



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social

Silvana Brazeiro Conti

Margaridas Africanas
Trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre:
fios e tramas do racismo estrutural

Porto Alegre

2022

Silvana Brazeiro Conti

Margaridas Africanas

Trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre:
fios e tramas do racismo estrutural

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia como requisito para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dolores Sanches Wunsch.

Porto Alegre

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Conti, Silvana Brazeiro
Margaridas Africanas Trabalhadoras negras do
serviço público municipal de Porto Alegre: fios e
tramas do racismo estrutural / Silvana Brazeiro
Conti. -- 2022.
159 f.
Orientadora: Dolores Sanches Wunsch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. mulheres negras. 2. serviço público municipal.
3. racismo estrutural. I. Wunsch, Dolores Sanches,
orient. II. Título.

Silvana Brazeiro Conti

Margaridas Africanas

Trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre:
fios e tramas do racismo estrutural

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia como requisito para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dolores Sanches Wunsch.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Dolores Sanches Wunsch
Professora orientadora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social (UFRGS)

Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Universidade Federal de São Carlos/SP)

Profa. Dra. Jane Cruz Prates
Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PUCRS)

Profa. Dra. Míriam Thais Guterres Dias
Professora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social (UFRGS)

RESUMO

A presente dissertação aborda o tema sobre as trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, evidenciando suas histórias de vida e trajetórias profissionais, no contexto do racismo estrutural, no período pós 1990 do século XX. Para fins de investigação, a problematização do estudo partiu de inquietações referentes às trajetórias profissionais das trabalhadoras negras no município, que atuam nas áreas da educação, saúde e assistência social. A metodologia utilizada teve como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, onde foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva analítica, com aplicação da técnica de triangulação das informações. Bem como, se utilizou a história oral para a escuta das histórias e trajetórias no contexto do racismo estrutural, que afeta diretamente as mulheres negras ao longo de suas vidas, com questões relacionadas à classe, ao gênero e à raça. Foram entrevistadas seis mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, militantes da luta antirracista. Também se utilizou da técnica da análise documental sobre servidores(as) públicos(as) negros(as) na Prefeitura de Porto Alegre. Como resultados, constatou-se que do total de servidores(as) públicos de Porto Alegre, 6,11% são servidoras negras. E dentre as servidoras mulheres, 10,29% são negras. Verifica-se que os fios e tramas do racismo estrutural, tendo como protagonistas as mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, apontam o entrelaçamento entre classe, raça e gênero, demonstrando as formas de lutas e resistências das mulheres negras em seu tempo sócio-histórico. Evidenciam a histórica desigualdade das mulheres negras trabalhadoras na sociedade capitalista/racista e o acirramento desta pós golpe de 2016. O racismo estrutural se particulariza no trabalho, na realidade e vivência das mulheres negras servidoras públicas da prefeitura, onde constatou-se que todas as servidoras negras pesquisadas sofreram e sofrem racismo em seus locais de trabalho de diversas maneiras. Conclui-se que as lutas sociais vividas pelas trabalhadoras negras servidoras do município, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra o racismo estrutural e o racismo institucional no serviço público municipal, fortalecem a resistência como um aspecto central para a luta pela emancipação humana, sendo esta permanente e num processo histórico contínuo, e no leito da luta.

Palavras-chave: mulheres negras; serviço público municipal, racismo estrutural.

ABSTRACT

This dissertation addresses the issue of black female workers in the municipal public service of Porto Alegre, highlighting their life stories and professional trajectories, in the context of structural racism, in the post-1990s period of the 20th century. For research purposes, the problematization of the study came from concerns regarding the professional trajectories of black women workers in the municipality, who work in the areas of education, health and social assistance. The methodology used had the historical-dialectical materialism as a theoretical-methodological contribution, where an exploratory and analytical descriptive research was carried out, with the application of the information triangulation technique. As well, oral history was used to listen to stories and trajectories in the context of structural racism, which directly affects black women throughout their lives, with issues related to class, gender and race. Five black women public servants from Porto Alegre, activists of the anti-racist struggle, were interviewed. The document analysis technique was also used on black public servants in the Porto Alegre City Hall. As a result, it was found that of the total public servants in Porto Alegre, 6.11% are black servants. And among female servants, 10.29% are black. It is verified that the threads and plots of structural racism, having as protagonists the black women public servants of Porto Alegre, point out the intertwining between class, race and gender, demonstrating the forms of struggle and resistance of black women in their socio-historical time. They highlight the historical inequality of black women workers in capitalist/racist society and the intensification of this post-2016 coup. Structural racism is particularized in the work, in the reality and experience of black women public servants of the city hall, where it was found that all black servants surveyed suffered and still suffer racism in their workplaces in different ways. It is concluded that the social struggles experienced by black workers who serve the municipality, especially with regard to the forms of organization and resistance against structural racism and institutional racism in the municipal public service, strengthen resistance as a central aspect of the struggle for human emancipation, which is permanent and in a continuous historical process, and in the bed of struggle.

Key words: black women; municipal public service, structural racism.

UM BREVE PRÓLOGO SOBRE A MESTRANDA

Nossos passos vêm de longe!

Minhas primeiras palavras carregam a força, a resistência e a sabedoria das minhas ancestrais que trazem consigo a bandeira da resistência, da esperança, rumo à liberdade.

Muitas de nós já foram queimadas em fogueiras!

Muitas de nós estavam na linha de frente como atiradoras de elite na Revolução Russa!

Muitas de nós, como Aqualtune, avó de Zumbi dos Palmares, estavam dirigindo Quilombos, grandes espaços de luta e resistência!

Muitas de nós, como Helenira, estavam no Araguaia liderando guerrilhas!

Muitas de nós já foram estupradas nos porões da casa grande!

Muitas de nós perderam seus companheiros e companheiras; perderam seus filhos e filhas no terror da ditadura!

Uma de nós foi eleita a primeira Presidenta do Brasil e sofreu impeachment sem crime de responsabilidade, sofreu machismo, misoginia e inúmeras violências.

Lutamos para que não esqueçamos e que tudo isso nunca mais aconteça.

(Silvana Brazeiro Conti, abril de 2016).

Uma trajetória repleta de Ubuntu

O racismo sempre rondou a minha vida. Minha mãe e minha irmã sofriam por terem o cabelo crespo, a pele mais escura, o nariz grande. Minha mãe dizia que tinha cabelo “ruim”, usava nele “henê maru” e falava que não gostava de molhá-lo no mar. Depois que cresci, entendi o quanto ela sofria por ser uma mulher negra. Quando me levava para a escola nos primeiros anos, alguns achavam que eu não era filha dela, ou que ela era minha “empregada”.

Desta forma, minha implicação com o tema do racismo iniciou quando entrei na escola e foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Sempre tive e tenho privilégios enquanto uma mulher de pele branca, e desta forma sou uma parceira de primeira hora na luta antirracista. Nós, brancas e brancos, precisamos cerrar fileiras e, se preciso for, colocarmo-nos como escudo, já que não basta dizermos que somos antirracistas, é preciso fazermos a luta antirracista, para juntas enfrentarmos e buscarmos acabar com esta dívida histórica que temos com nossas irmãs e irmãos negras e negros.

Os questionamentos que me levam a esta pesquisa iniciaram-se na minha infância e se confirmaram quando ingressei na Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre. Observei, na década de 80, que existiam poucas professoras negras na RME.

Na escola em que ingressei, a EMEF Aramy Silva, havia apenas uma professora negra, já, nos setores da cozinha e da limpeza, eram mais de dez colegas negras.

Nas minhas andanças, também fui diretora da EMEF Mário Quintana, que se localiza na Vila Castelo, na Restinga. Nosso Projeto Político Pedagógico tinha como um dos vértices centrais a defesa e a implementação da Lei 10639\2003 nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, para que a história da África e cultura afro-brasileira e africana fossem conhecidas, valorizadas e destacadas, para tornar visível o protagonismo dos homens e das mulheres negras e a dívida histórica da escravatura no Brasil.

Pelo reconhecimento do nosso trabalho, recebemos o Selo Nacional em Educação e Igualdade Racial do Ministério da Educação e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esta escola foi a última na qual trabalhei. Tenho muita gratidão por ter vivido essas experiências transformadoras, encantadoras e amorosas.

Por esses motivos, minha história profissional foi direcionada para investigar e me envolver pedagógica e afetivamente com crianças e jovens negros e negras, sendo uma trajetória repleta de Ubuntu. Ubuntu é uma palavra originária do idioma Kibundu e não tem uma tradução exata para a língua portuguesa. A ideia é: “minha existência está conectada à existência do outro”. Sintetiza uma concepção de humanidade típica dos povos de matriz bantu que difere da concepção autocentrada de sujeito, implícita no ideário iluminista. A filosofia ubuntu sinaliza que as existências humanas estão interconectadas, portanto, a condição humana é uma existência coletiva.

Além de minha trajetória profissional, também enveredei na militância nos movimentos sociais e sindicais. Estivemos com as feministas negras em todas as conferências locais e nacionais de política para as mulheres, aproximando as pautas, fortalecendo as nossas lutas e construindo políticas públicas no Conselho Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM), na Marcha das Mulheres Negras, nas Conferências locais

e nacionais de Educação, nas Conferências de Igualdade Racial, de Direitos Humanos, da Saúde e LGBTs (2004/2016).

Portanto, minha trajetória de vida profissional e de militância me trazem até aqui. Busco com esta pesquisa qualificar e aprofundar meus conhecimentos empíricos vividos e acadêmicos, que poderão contribuir na formação dos movimentos sociais e, com o resultado da pesquisa, para que os dados subsidiem a construção de políticas públicas e que também colaborem para o enfrentamento ao racismo estrutural vivido pelas trabalhadoras negras, servidoras públicas da cidade de Porto Alegre.

Agradecimentos

Neste caminho cheio de UBUNTU encontrei pessoas que me acolheram, abraçaram, deram a mão, indicaram o melhor caminho, compartilharam lutas e sonhos.

Início agradecendo a minha mãe que já se foi sem termos falado sobre o trauma do racismo que ela passou na sua vida, e só bem depois entendi que ela era uma feminista negra que buscou seu caminho para ser feliz ao seu modo.

Também quero agradecer a minha amiga e mestra Lizete Peralta que muito me ensinou a me tornar uma diretora de escola pública amorosa, firme e engajada nas lutas da comunidade.

Agradeço de forma especial minha companheira Márcia Losada que não mediu esforços para contribuir na minha escrita, nos meus estudos, nos meus sonhos e lutas, e sempre tem palavras e demonstração de amor que fazem toda a diferença nestes dias tão duros que vivemos.

Agradeço as valorosas entrevistadas pela sua generosidade, força, resistência e sabedoria. Sem elas sem dúvidas todo o caminho não teria acontecido com tanto prazer, troca de saberes e perspectivas de seguir o leito da luta.

Por fim e sempre quero agradecer minha Orientadora Dolores Sanches pela sua generosidade, e grande capacidade técnica, política e humana. Através da “Do”, o PPGSSPS soube acolher uma velha militante feminista e antirracista, e transformá-la em uma jovem acadêmica que deu muitos passos à frente, e dará muitos mais tendo o caminho científico como também uma ferramenta de transformação social.

Sigamos o leito da luta. Gratidão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do tempo com marcos históricos da resistência e luta do povo negro.....	28
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de servidores públicos municipais 2015-2021 em Porto Alegre.....	121
Tabela 2 – Servidores municipais ativos segundo entidade autárquica Prefeitura de Porto Alegre.....	121
Tabela 3 – Variação do número de servidores de acordo com a população de Porto Alegre.....	122
Tabela 4 – Indicadores do tema Cor/Raça: Negros empregados no governo do município 2006-2020.....	124
Tabela 5 – Total de servidores(as), servidoras mulheres e servidoras mulheres negras/pardas da SMED, SMS e FASC do Município de Porto Alegre, em 2021	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lélia Gonzales.....	49
Figura 2 – Rainha Nzinga.....	50
Figura 3 – Rosa Parks.....	52
Figura 4 – Bell Hooks.....	53
Figura 5 – Princesa Aqualtune.....	55
Figura 6 – Elza Soares.....	57
Figura 7 – Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.....	84
Figura 8 – Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, no México.....	85
Figura 9 – III Conferência Nacional de Política para as Mulheres.....	86
Figura 10 – Cartaz presente na III Conferência Nacional de Política para as Mulheres.....	87
Figura 11 – Marcha das Mulheres Negras de 2015.....	89
Figura 12 – Bancada Negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre eleita em 2020.....	90
Figura 13 – Médica Jurema Werneck.....	96
Figura 14 – Bia Ferreira.....	110
Figura 15 – Distribuição dos servidores municipais por gênero em Porto Alegre	120
Figura 16 – Distribuição total de veículos de emprego em Porto Alegre.....	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 SOBRE O MÉTODO E OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	20
1.2 PASSOS DO PROCESSO DA PESQUISA.....	22
1.3 A HISTÓRIA ORAL: HISTÓRIAS QUE MARCARAM NOSSAS VIDAS.....	24
1.4 A ORALIDADE COMO UM VALOR CIVILIZATÓRIO AFRO-BRASILEIRO..	26
2 RACISMO ESTRUTURAL: “DEIXAR VIVER E DEIXAR MORRER SÃO, DESTA FORMA, ESTRATÉGIAS PELAS QUAIS AS SOCIEDADES ESTRUTURADAS PELO RACISMO ORGANIZAM AS VIDAS DE PESSOAS NEGRAS E BRANCAS”.....	28
2.1 PRECISAMOS DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO.....	40
2.2 “NOSSAS PRIMEIRAS PALAVRAS CARREGAM A FORÇA, A RESISTÊNCIA E A SABEDORIA DAS NOSSAS ANCESTRAIS QUE TRAZEM CONSIGO A BANDEIRA DA RESISTÊNCIA, DA ESPERANÇA, RUMO À LIBERDADE”.....	45
2.3 AS MARGARIDAS AFRICANAS CONTAM SUAS HISTÓRIAS.....	48
2.3.1 Lélia Gonzales.....	49
2.3.1.1 A voz de Lélia Gonzales (codinome).....	50
2.3.2 Rainha Nzinga.....	50
2.3.2.1 A Voz de Rainha Nzinga (codinome).....	51
2.3.3 Rosa Parks.....	51
2.3.3.1 A voz da Rosa Parks (codinome).....	52
2.3.4 Bell Hooks.....	53
2.3.4.1 A voz de Bell Hooks (codinome).....	54
2.3.5 Princesa Aqualtune.....	55
2.3.5.1 A Voz de Princesa Aqualtune (codinome).....	56
2.3.6 Elza Soares.....	57
2.3.6.1 A voz de Elza Soares (codinome).....	58
2.4 DIÁLOGOS COM GRADA KILOMBA E AS MARCAS DO RACISMO.....	59
2.4.1 Primeiro diálogo.....	61
2.4.2 Segundo diálogo.....	61
2.4.3 Terceiro diálogo.....	62

2.4.4 Quarto diálogo.....	62
2.4.5 Quinto diálogo.....	63
3 ENTRELAÇANDO CLASSE, GÊNERO E RAÇA: "SER MULHER É DIFÍCIL. NEGRA, AINDA MUITO MAIS. MAS, SE VOCÊ PARAR PORQUE É NEGRA E É MULHER, NÃO CHEGA A LUGAR NENHUM"	64
3.1 RESISTÊNCIA E LUTA, SUBSTANTIVOS FEMININOS.....	71
3.1.1 Princesa Aqualtune.....	73
3.1.2 Bell Hooks.....	73
3.1.3 Rosa Parks.....	74
3.1.4 Elza Soares.....	74
3.1.5 Lélia Gonzales.....	75
3.1.6 Rainha Nzinga.....	76
3.2 ENFRENTANDO O RACISMO NO TRABALHO E NA MILITÂNCIA: "JÁ ARREBENTEI AS MINHAS CORRENTES. E NÃO TEM MAIS VOLTA. ABRE O OLHO, CAPITÃO DO MATO. EU NÃO ESTOU SOZINHA. E OS MEUS PASSOS VIERAM DE LONGE"	77
3.2.1 Lélia Gonzales.....	81
3.2.2 Elza Soares.....	81
3.2.3 Rosa Parks.....	82
3.2.4 Bell Hooks.....	82
3.2.5 Princesa Aqualtune.....	83
4 O RACISMO COMO PROCESSO DE DESUMANIZAÇÃO: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA	92
4.1 TRABALHO, SERVIÇO PÚBLICO E AO PAPEL DO ESTADO.....	98
4.2 COTA NÃO É ESMOLA.....	107
4.2.1 Bia Ferreira.....	110
4.3 SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) NEGROS(AS) NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: OS DADOS FALAM, APONTAM E CONFIRMAM.....	119
4.4 MARGARIDAS AFRICANAS NO SERVIÇO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE.....	126
4.4.1 Lélia Gonzales.....	127
4.4.2 Rosa Parks.....	128
4.4.3 Rainha Nzinga.....	131

4.4.4 Elza Soares.....	133
4.4.5 Bell Hooks.....	135
4.4.6 Princesa Aqualtune.....	136
5 CONSIDERAÇÕES QUE SEGUEM CONFORME O LEITO DA LUTA.....	141
5.1 SOBRE O LEITO DA LUTA.....	150
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICE A - Capa fotográfica da Dissertação	159

1 INTRODUÇÃO

O ato de conhecer está vinculado ao saber, sabor, saborear, à sapiência e ao sábio. O sábio(a) não é o cientista fechado no seu gabinete ou laboratório. Mas é aquele(a) que conhece o mundo através do seu mergulho no mundo (GOMES, 2017, p. 58).

As primeiras palavras desta pesquisa tratam sobre o conhecimento-emancipação, ou seja, busca-se conhecer o mundo e lutar por uma emancipação coletiva da sociedade. É com essa direção que a presente dissertação aborda o tema sobre as trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, evidenciando suas histórias de vida e trajetória profissional, no contexto do racismo estrutural, no período pós 1990 do século XX. Busca-se, a partir dos resultados do estudo, contribuir com a construção de formas de enfrentamento por meio de políticas públicas e com a formação política do movimento social e sindical.

De acordo com Sueli Carneiro (2019, p. 56), “a mulher negra não participa do processo produtivo em igualdade de condições com homens brancos, negros, amarelos, e mulheres brancas e amarelas”. Situa-se, assim, na base da hierarquia social, e por esse motivo é penalizada tanto em relação a oportunidades, quanto à mobilidade na estrutura ocupacional.

O racismo chegou no Brasil pelo mar. Atracou por aqui pelos navios que carregaram, por quase quatro séculos, cerca de cinco milhões de pessoas (famílias inteiras negras). Arrancadas do seu continente, de seus países de origem, tiveram suas histórias e raízes negadas para servir à corte portuguesa, mas especialmente aos grandes proprietários brasileiros, da maneira mais violenta que existe: escravizados(as).

Com forte acento na efetivação do mercado transatlântico de escravos(as), o Brasil foi o país que mais “importou” africanos(as) no período da escravatura. Um título que, além de vergonhoso, reverbera pelos séculos da história do país até hoje em todos os cantos. O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás somente da Nigéria. Foi o último país das Américas a abolir oficialmente a escravatura, em 1888¹.

¹ MARINGONI, Gilberto. **História: O destino dos negros após a abolição**. ed. 70. São Paulo: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 18 fev. 2021.

As consequências estruturais do longo passado escravagista permanecem até hoje, isto é, o racismo continua assumindo diversas formas de manifestações. O racismo faz parte da história moderna guardando relação com a formação do Estado. Segundo Almeida (2019), o conceito de raça foi desenvolvido pelo modelo do Estado burguês para eleger o sujeito universal e organizar as relações políticas, econômicas e jurídicas a partir da categorização em classes dos indivíduos com o fim de preservar o grupo hegemônico.

No racismo institucional, o que se observa é a presença massiva de determinado grupo étnico-racial nas instituições, cuja presença fortalece a estrutura racista e excludente da sociedade, que se reforça nos espaços institucionais. Nessa forma de racismo, vimos o legislativo, o judiciário, o executivo, os serviços públicos, as reitorias das universidades e grandes corporações aparelhadas com pessoas do grupo hegemônico.

Na dimensão estrutural, Almeida (2019) deixa nítido que as instituições somente são racistas, porque a sociedade também o é, ou seja, as estruturas que solidificam a ordem jurídica, política e econômica validam a autopreservação entre brancos, bem como a manutenção de privilégios, uma vez que criam condições para a prosperidade de apenas um grupo. Como resultado, as instituições externam violentamente o racismo de forma cotidiana.

Enquanto ideologia, o racismo constitui-se como representação do imaginário social sobre as identidades raciais, de maneira que o imperativo é manter o branco no lugar de líder nato e racional, enquanto o(a) negro(a) em condições subalternas. Denota-se, portanto, que o racismo formata as subjetividades nas relações sociais, visto que, do ponto de vista da consciência e dos afetos, o racismo valida quem merece ser considerado sujeito.

Na cultura, o racismo é sofisticado, pois propaga o relativismo cultural e o multiculturalismo como forma de domesticação de corpos. Ele também determina a superioridade, o valor e o significado da cultura dominante em detrimento de outros grupos dos quais a branquitude produz a exotificação e a inferiorização.

Almeida (2019) alerta ainda que o indivíduo que se apresenta como antirracista não pode argumentar que o racismo é estrutural como desculpa para não rever as suas ações, uma vez que a responsabilização é parte do processo. Assim, é fundamental perceber que há uma dialética entre as ações individuais e a estrutura.

No tocante à representatividade da população negra, Almeida (2019) elucida que, por si só, ela não é suficiente para resolver o racismo, pois, embora enxergar negros(as) em espaços de poder seja importante, o recrutamento de alguns negros(as) nesses espaços serve puramente para reforçar o racismo, visto que visibilidade negra não é poder. Assim, não é possível admitir uma maquiagem ao problema. O racismo exige mudanças profundas e concretas para que não seja eternizado o cenário de desigualdade racial.

Ainda no século XXI, é assustador que quase não se encontre mulheres negras em cargos de chefia, ou em grandes instituições. Isso demonstra o quanto ainda é necessário avançarmos no enfrentamento ao racismo estrutural. Deixar viver e deixar morrer são, desta forma, estratégias pelas quais as sociedades estruturadas pelo racismo organizam as vidas de pessoas negras e brancas. Por conseguinte, o racismo estrutural é o que está nas entrelinhas das mortes que acontecem todos os dias e que, em sua maioria, nem ficamos sabendo.

Destaca-se, como forma de ilustrar essa realidade, os assassinatos racistas de maio e junho de 2020, que causaram a perda das vidas de Miguel Otávio, aos 5 anos, João Pedro², aos 13, e George Floyd³, um trabalhador negro que morreu sob o joelho de um policial branco. Essas mortes escancaram que tanto o Brasil quanto os EUA são países em que a cor da pele determina quem tem mais oportunidades e direitos e quem é mais vulnerável e tem menos chances.

Após a abolição da escravatura, não houve mudanças significativas, já que não foram criados mecanismos ou políticas públicas que buscassem a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres negras, que, supostamente, passaram a ser “livres”. As mulheres negras foram sempre relegadas a postos subalternos, tratadas como seres humanos inferiores e, geralmente, representadas por sua sexualidade, sendo objetificadas, portanto, vistas como mercadorias.

Apesar de avanços recentes, os muitos talentos negros do país até hoje têm mais dificuldades de chegar ao ensino superior. As redes pessoais que podem

² COELHO, Leonardo. **João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro**. El País, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.htm>. Acesso em: 17 fev. 2021.

³ G1. **Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco om joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA**. Globo.com, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2021.

conduzi-los às melhores posições mostram estatísticas bem conhecidas. Para muitos profissionais negros, ainda assim, saltar esses obstáculos não é suficiente, pois se deparam com a estrutura.

Já se passaram mais de três décadas desde a introdução de legislações que reorganiza a administração pública, resultante do processo constituinte brasileiro. O acesso ao serviço público, desde então, se dá mediante novas normativas e seletividade. É nesse contexto histórico e contemporâneo que a investigação sobre as trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre torna-se relevante. A presente dissertação aborda o tema sobre as trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, evidenciando suas histórias de vida e trajetória profissional, no contexto do racismo estrutural, no período pós 1990 do século XX.

No primeiro capítulo, trazemos para dialogar sobre o racismo estrutural e o capitalismo o autor Achille Mbembe que em seu livro, “Crítica da razão negra” (2017), discorre sobre o conceito de “Negro”, e como evoluiu o pensamento racial europeu até os efeitos cruéis do neoliberalismo.

Destacamos também que a educação no Brasil, desde o seu princípio, preocupou-se em atender as necessidades dos homens da classe dominante branca. Sendo a população negra apartada do acesso e da produção intelectual, e desta forma não tendo igualdade de direitos e oportunidades de ocupar espaços de poder e visibilidade na sociedade.

No segundo capítulo, conheceremos mais de perto os fios e tramas do racismo estrutural, através das histórias vividas e contadas por seis trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, participantes da pesquisa que compõem essa dissertação. No processo de construção da pesquisa, quando dialogamos com as entrevistadas, logo na primeira entrevista começamos a fazer as relações entre as mulheres negras que participaram da exposição fotográfica *Margaridas Africanas* (2004/2016), com as entrevistadas trabalhadoras negras servidoras públicas de Porto Alegre.

Analisando as entrevistas, e fazendo as relações teóricas onde ancoramos nosso estudo, consideramos relevante aproximar da pesquisa mulheres negras que se destacaram nas lutas pelo fim do racismo. São de diversos lugares, profissões, tempos históricos, e sem dúvidas, trazem grandes contribuições para a atualidade.

Sendo elas: Lélia Gonzales, Rainha Nzinga, Elza Soares, Bell Hooks, Rosa Parks, Princesa Aqualtune.

Junto a elas, na sequência da apresentação, ouviremos as vozes e a história de cada uma das mulheres negras entrevistadas, as quais receberam o codinome correspondente às mulheres negras que foram acima referidas e referenciadas pelas suas trajetórias. Suas falas conectam-se entre si e com as histórias de milhares de mulheres negras que vivem e resistem ao racismo há séculos. Em suas apresentações expressam o quanto suas histórias se entrelaçam e dão sentido para serem nominadas Margaridas Africanas.

Destacamos que no processo de análise das entrevistas observamos que construímos momentos de intensa troca de saberes e experiências cheias de sentido e emoção. Foram encontros muito enriquecedores e, ao mesmo tempo, emocionantes, pois através da técnica da história oral dialogamos e percorremos vários períodos da vida das entrevistadas, onde ficou nítido que as dores e as marcas do racismo estrutural estão presentes ao longo de suas histórias e trajetórias.

Consideramos que os diálogos que mantivemos com as entrevistadas foram muito significativos para compreendermos a conexão entre as mulheres negras em cada tempo histórico, e que o racismo diário acontece de forma atemporal. Fazendo esta análise, nos desafiamos a construir diálogos das entrevistadas com Kilomba (2019), que descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada.

No terceiro capítulo, trazemos as questões do entrelaçamento de classe, gênero e raça, considerando que o patriarcado, o colonialismo, o racismo e o sexismo são irmãos gêmeos do capitalismo e constituíram formas de dominação que caracterizaram o período de escravização e que, no que pese apresentarem dinâmicas diferentes em cada contexto histórico nacional, influenciaram a formação dos aspectos da vida social, que irá criar implicações distintivas em cada contexto social.

Salientamos que a luta por emancipação das mulheres faz parte da luta geral por emancipação de toda a sociedade, porém, adquire seus contornos próprios no Brasil, considerando o longo e criminoso processo de colonização que teve por base o sistema escravista e o patriarcado.

No capítulo quatro, abordamos os fios e as tramas do racismo estrutural relacionado ao trabalho, ao serviço público e ao papel do estado. Também destacamos as cotas raciais como ações afirmativas aplicadas em alguns países, como no Brasil, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais.

No quinto capítulo, percorremos um caminho de construção que culmina com a análise da inserção das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre pós 1990, a partir de sua história de vida e trajetória profissional, com vistas a apontar o contexto do racismo estrutural e suas formas de enfrentamento, nos espaços de trabalho, os quais vinculam-se à Secretaria de Saúde, Educação e Fundação de Assistência social. Para tal, analisamos as falas das entrevistadas, que foram expostas em duplas, assim partindo do critério das políticas públicas e os respectivos órgãos nos quais trabalham.

Neste sentido, aponta-se a importância de conhecer e dar visibilidade às trajetórias, histórias de vida e onde se encontram estas trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre. Busca-se, a partir dos resultados do estudo, contribuir com a construção de formas de enfrentamento por meio de políticas públicas e com a formação política do movimento social e sindical.

Na sequência dessa introdução, aponta-se os caminhos da pesquisa, os quais foram ancorados no materialismo histórico-dialético e evidenciam a construção da realidade como contradição em movimento, numa perspectiva de totalidade.

1.1 SOBRE O MÉTODO E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Tem-se como referência teórica-metodológica o materialismo histórico-dialético, para a investigação do objeto desse estudo que é a realidade das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre.

A metodologia partiu da escuta de suas histórias e trajetórias no contexto do racismo estrutural, que afeta diretamente as mulheres negras ao longo de suas vidas, pois elas sofrem violências múltiplas, em especial as relacionadas à classe, ao gênero e à raça.

O materialismo histórico-dialético é o método que toma a realidade como contradição em movimento, numa perspectiva de totalidade. Esse pressuposto não divorcia o movimento do pensamento nem das leis dos fenômenos do mundo

objetivo. Por isso, será o fio condutor deste processo investigativo, por possibilitar, efetivamente, compreender as múltiplas determinações do objeto de investigação.

Marx (1988) expôs alguns princípios fundamentais do método materialista dialético e, para a formulação do materialismo histórico, partiu do ser social, cujo primeiro ato é a produção material da própria vida (beber, comer, abrigar-se, etc), das condições materiais necessárias à sobrevivência, o que evidencia o papel de relevo da economia política.

Para tanto, privilegiou a produção e a reprodução da vida humana tornando o trabalho a categoria central do materialismo histórico.

O “método”, a partir dos postulados marxianos, fundamenta-se nas dimensões do social e, assim, remete-nos à análise histórica: a do movimento do capital que, por sua vez, nos remete à análise do movimento de classes. Marx (1988) realiza uma análise crítica radical da sociedade capitalista, mostrando que nela se estabelecem, no campo da produção, relações sociais de exploração e dominação.

Construímos o conhecimento em nossa pesquisa partindo dos fatos mais simples, do aparente/superficial, como coloca Netto (2011, p. 8):

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto [...] isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o(a) pesquisador(a) a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o(a) pesquisador(a) reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Este foi o caminho: do empírico à construção do objeto da pesquisa, qual seja: a investigação sobre as trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, seus cargos e suas trajetórias, no período pós 1990. A fundamentação teórica, aplicada ao objeto concreto em seu contexto, permitiu a construção de um novo conhecimento.

Finalmente, o movimento de volta: o objeto foi enriquecido pelo conhecimento socialmente produzido, acrescido do novo conhecimento. Esse procedimento representa uma “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, que leva, portanto, ao novo.

Alcançar o conhecimento científico, explicar qualquer objeto por meio da ciência requer do(a) pesquisador(a) a retomada dos conceitos e teorias socialmente

construídos. É por meio da teoria, pelo pensamento, que as relações entre sujeito e objeto podem ser explicitadas. Assim, para conhecer meu objeto de estudo, realizei uma reflexão ampliada sobre o real, conhecendo e interpretando o objeto da pesquisa e os meandros que o envolveram.

A investigação do real requer “[...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas” (MARX, 1980, p. 14). Marx, ao distinguir o método de exposição do método da investigação, aponta que a realidade é descrita depois de concluído o movimento que permitiu conhecê-la. Assim descreve-se, na sequência dessa introdução os passos do processo de pesquisa.

1.2 PASSOS DO PROCESSO DA PESQUISA

Início pelo delineamento da pesquisa, que se refere ao seu planejamento em sua dimensão mais ampla, envolvendo sua diagramação, o ambiente da coleta de dados, previsão da análise dos dados e o planejamento para a realização do estudo investigativo (GIL, 2012).

O trabalho desenvolvido foi uma pesquisa exploratória e descritiva analítica, com aplicação da técnica de triangulação de dados (TRIVIÑOS, 2019). Por meio de levantamento documental e pesquisa de campo, buscou-se responder ao problema de pesquisa que norteia esse estudo que é: como se dá a inserção e trajetórias das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, no contexto de racismo institucional. E como questões orientadoras: Qual o perfil das trabalhadoras negras e onde estão inseridas no serviço público municipal de Porto Alegre? Qual a trajetória de vida e trabalho das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre? Quais as principais manifestações de racismo que as trabalhadoras negras apontam terem vivenciado no exercício do serviço público municipal de Porto Alegre? Quais as principais formas de enfrentamento ao racismo institucional são apontadas pelas trabalhadoras negras?

A partir da coleta dos dados na pesquisa exploratória deu-se a etapa das pesquisas descritivas, que teve por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças das entrevistadas. Utilizamos a técnica da triangulação que, conforme Triviños (2019), objetiva abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. É um procedimento que reconhece a interconexão

entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados.

Esse recurso metodológico reconhece que os fenômenos sociais são multicausais e não podem ser explicados sem o desvendamento de suas “raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

Segundo Minayo (2000), o termo triangulação é utilizado nas abordagens qualitativas para indicar o uso concomitante de várias técnicas de abordagens e de várias modalidades de análise, de vários informantes e pontos de vista de observação, visando à verificação e à validação da pesquisa. Utilizamos a técnica de triangulação pois a investigação da pesquisa está interligada à política e a uma agenda política, e tratou de um tema tão relevante e relacionado às lutas sociais.

Na pesquisa de campo, examinamos os contextos históricos que cercaram as problematizações feitas pelas trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, suas ideias, suas relações com o trabalho que executam, as relações culturais, estéticas e outras questões que surgiram em nossos encontros. Também, através da história oral, onde as entrevistadas falaram de suas vidas, conhecemos a tessitura – os fios e as tramas – produzidos pelo racismo estrutural, presentes nas suas trajetórias.

A população que pesquisamos foi as servidoras públicas negras do município de Porto Alegre. A amostra foi de seis trabalhadoras negras: duas trabalhadoras da educação, duas trabalhadoras da assistência social e duas trabalhadoras da saúde.

Utilizamos como critério de elegibilidade as trabalhadoras negras do serviço público municipal com o seguinte perfil: mulheres que se tornaram uma referência em Porto Alegre, na sua área de atuação, e que se destacaram nos movimentos sociais, da educação, da saúde, da assistência social, da cultura, enfim, que são trabalhadoras e cumprem um papel de destaque em outras áreas da sociedade no enfrentamento ao racismo estrutural, bem como serem trabalhadoras negras da educação, assistência social da saúde e sindicalizadas no respectivo sindicato da categoria. Consideramos importante esse perfil para dialogarmos com mulheres negras militantes que estão na luta antirracista, portanto, mais fortalecidas para serem informantes desta pesquisa. Serão considerados critérios de exclusão as trabalhadoras negras que não pertencem às secretarias previamente definidas – que não sejam militantes e que não sejam sindicalizadas.

O primeiro contato foi realizado por telefone, cujo acesso às informações das trabalhadoras foi através do sindicato que fazem parte. O início do diálogo se deu a partir de uma breve conversa para despertar o interesse de conhecerem a pesquisa, e desta forma foi solicitado o endereço eletrônico para o envio do convite e todas as informações necessárias para o início do processo de aproximação, parceria e troca de saberes.

No convite, foi descrito toda a pesquisa, informando sobre todo o processo, desde os objetivos, metodologia, roteiro semiestruturado com as questões posteriormente perguntadas, e respondendo todas as dúvidas que as entrevistadas apresentaram. Após estas primeiras informações, enviamos o termo de consentimento esclarecido, que também continha todas as informações necessárias para que as entrevistadas aceitassem ou não participar da pesquisa.

Foi realizado um primeiro contato telefônico com as entrevistadas-chave, definidas conforme critério de elegibilidade e, logo após, enviamos um e-mail contendo os objetivos da pesquisa e aspectos éticos. Após a resposta à mensagem enviada por correio eletrônico, confirmando a participação na pesquisa, iniciaram-se as tratativas para realização da entrevista de forma presencial, com definições sobre dia e horário mais adequado para cada uma. A escolha da modalidade de realização da entrevista (presencial ou virtual) foi definida pelas entrevistadas, no momento do contato.

As entrevistas ocorreram de forma presencial e seguiram as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), considerando o contexto de pandemia e a segurança sanitária. Os encontros foram realizados em locais públicos indicados pelas participantes. Após definida a data de realização da pesquisa, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e posterior assinatura.

Quanto à realização das entrevistas, foram agendadas previamente; com a duração entre 45 minutos e uma hora, tivemos um encontro com cada entrevistada. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

1.3 A HISTÓRIA ORAL: HISTÓRIAS QUE MARCARAM NOSSAS VIDAS

Para realização das entrevistas, utilizamos um roteiro semiestruturado com uso da técnica da história oral. Segundo Martinelli *et al.* (2019, p. 30):

as narrativas dos sujeitos e a interlocução com os(as) mesmos(as) permitem ao pesquisador(a) apreender a dinâmica social com processo histórico em constante transformação, assim como conhecer as micro tramas da vida cotidiana, as histórias da casa, do espaço doméstico, da vida das mulheres, dos velhos, das crianças.

Martinelli *et al.* (2019), em seu livro *A história oral na pesquisa em Serviço Social – da palavra ao texto*, aponta que a liberdade é de fundamental importância, para que possa explorar todas as possibilidades, esclarecendo ao sujeito que fazemos a entrevista para conhecer, para aprender. Ele(a) é quem tem a informação, o conhecimento que buscamos. “Criamos a igualdade explorando a diferença, interagindo de forma autêntica, deixando livre espaço para que o sujeito também faça perguntas” (MARTINELLI *et al.*, 2019, p. 31).

Examinamos os contextos históricos e as problematizações feitas pelas trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, suas ideias, suas relações com o trabalho que executam, as relações culturais, estéticas e outras questões que surgiram em nossos encontros, e, através da história de vida de cada uma, conhecemos os fios e as tramas do racismo estrutural e institucional que elas viveram ao longo de suas vidas.

A metodologia da história oral tem grande significado por possibilitar a escuta atenta da voz daqueles(as) que foram silenciados(as). Utilizamos neste trabalho a história oral embasada na ontologia marxiana do ser social, que permite uma leitura da historicidade deste ser em sua totalidade, no complexo das suas partes, de suas conexões recíprocas.

A pesquisa em si é um processo de descobertas e aprendizagens. Pela história oral, revelam-se as pistas do que realmente buscamos, mas também se descortina novos elementos; revelamos o que não buscamos e que pode ser útil ou não para esta pesquisa em particular.

A pesquisa foi desenvolvida com trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, e consideramos importante destacar que a oralidade é uma herança direta da cultura africana. A expressão oral é uma força comunicativa a ser potencializada; jamais como negação da escrita, mas como afirmação de independência.

1.4 A ORALIDADE COMO UM VALOR CIVILIZATÓRIO AFRO-BRASILEIRO

Segundo Azoilda Trindade⁴, a oralidade, a fala, a palavra dita ou silenciada, ouvida ou pronunciada – ou mesmo segregada – tem uma carga de poder muito grande. Através da oralidade, os saberes, poderes, querereres são transmitidos, compartilhados, legitimados. Se a fala é valorizada, a escuta também. A fala carrega consigo uma grande e poderosa carga afetiva.

A expressão oral é carregada de sentido, de marcas da existência e resistência de mulheres e homens negras(os). Falar e ouvir podem ser libertadores. A cultura negra, a cultura afro-brasileira, é a cultura do plural, do coletivo, da cooperação.

Segundo Martinelli *et al.* (2019), a expressão história oral é utilizada exatamente para evidenciar a importância das narrativas que os sujeitos nos oferecem através das fontes orais. Estas são:

[...] narrações individuais, dialógicas, não formalizadas, construídas na presença da pesquisadora, com sua direta e determinante participação. Trata-se, portanto, de uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de olhar (entrevista), de perguntas e respostas, não necessariamente em uma só direção. (MARTINELLI *et al.*, 2019, p. 30).

A liberdade é de fundamental importância, neste momento, para que se possam explorar todas as possibilidades, esclarecendo ao sujeito que faz a entrevista para conhecer, para aprender. Ela é que têm a informação, o conhecimento que buscamos. Criamos a igualdade explorando a diferença, interagindo de forma autêntica, deixando livre espaço para que o sujeito também faça perguntas.

Saber escutar, oferecer uma escuta atenta, interativa, é condição indispensável para a pesquisadora, pois o momento da entrevista, apoiada no uso do gravador, é condição básica para a realização de seu trabalho. Para as entrevistadas, tal escuta foi também de fundamental importância, pois, ao narrar, elas reconstruíram suas histórias, conseguiram vê-las como totalidade e

⁴ TRINDADE, Azoilda. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Mestra em Educação, com área de concentração em Psicologia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1994). Atuou como consultora do Canal Futura, da TVE (Programa Salto para o Futuro) e do UNICEF, é Coordenadora Pedagógica do Projeto "A Cor da Cultura". Tem vários livros e capítulos de livros organizados e publicados.

estabelecendo nexos até então inalcançáveis. Podemos dizer que, de alguma forma, conseguiram apropriar-se de sua história e atribuíram-lhe novos significados.

Assim, a entrevista com as participantes da pesquisa teve questões introduzidas pela pesquisadora, as quais constam no roteiro semiestruturado, contemplando temas abertos que foram desenvolvidos pelas entrevistadas sobre a vida, sua história profissional no serviço público, questões referentes ao racismo e à luta antirracista.

Para Martinelli *et al.* (2019) o rumo da entrevista é dado por ambas(os), ou seja, pesquisador(a) e participante da pesquisa “num percurso construído na relação que é estabelecida entre sujeitos [...] reconstruindo sua história, num exercício democrático da palavra” (p. 110).

Ainda segundo Martinelli *et al.* (2019, p. 111), “o tempo, na entrevista, é constituído de palavras e silêncios, e definido pelo(a) narrador(a). O ritmo, a entonação e a fluidez da narrativa revelam o que flui na memória e o que está distante, o que se quer lembrar e o que se quer esquecer.” Daí a responsabilidade ética da pesquisadora em ouvir por inteiro a narrativa que as entrevistadas quiseram realizar, suspendendo atitudes que pudessem bloquear ou inibir a sua fala.

Os momentos das entrevistas valerem por anos de experiências, foram muito significativos, e trouxeram histórias de vidas marcadas pelo racismo estrutural, e formas de enfrentamento através do trabalho e da militância social.

2 RACISMO ESTRUTURAL: “DEIXAR VIVER E DEIXAR MORRER SÃO, DESTA FORMA, ESTRATÉGIAS PELAS QUAIS AS SOCIEDADES ESTRUTURADAS PELO RACISMO ORGANIZAM AS VIDAS DE PESSOAS NEGRAS E BRANCAS”

O termo negro surgiu com o advento da modernidade e foi responsável por sua constituição, consolidação e, ainda hoje, para sua manutenção. Sua existência simplificou a gama de direitos vivenciados pelos cidadãos europeus em detrimento dos direitos dos negros(as).

Para Mbembe (2017), foi no colonialismo que a racionalização da raça passou a servir como fundamento de dominação. O Estado age em constante estado de exceção e estado de sítio, reproduzindo guerra, homicídio, políticas de repressão e suicídio. O autor vai mais longe, argumentando ainda que a raça e a classe social caminham juntas. Se um dia a luta de classes acabasse, o racismo poderia continuar existindo.

A abolição da escravatura não produziu a liberdade e a integração do negro(a) à cidadania; antes, foi responsável pela criação de detritos raciais, um problema, um incômodo, que só seria minimizado com o embranquecimento cultural e com o respeito aos espaços que são reservados aos brancos e não aos negros. As consequências estruturais do longo passado escravagista permanecem até hoje, isto é, o racismo continua assumindo diversas formas de manifestações.

Logo a seguir, construímos uma linha do tempo que explicita a resistência e a luta do povo negro, da mesma forma que escancara a construção e origem do racismo estrutural no Brasil.

Quadro 1 - Linha do tempo com marcos históricos da resistência e luta do povo negro

(continua)

Ano	Lei
1837	Primeira lei de educação: negros não podem ir à escola
1837/1850	Lei das terras: negros não podem ser proprietários
1871	Lei do Ventre Livre – quem nascia livre?
1885	Lei do Sexagenário – quem sobrevivia para ficar livre?
1888	Abolição (atentem, foram 388 anos de escravidão)

(conclusão)

1890	Lei dos vadios e capoeiras – os que perambulavam pelas ruas, sem trabalho ou residência comprovada, iriam para a cadeia. Eram mesmo "livres"? Dá para imaginar qual era a cor da população carcerária daquela época? Você sabe a cor predominante nos presídios hoje?
1968	Lei do Boi: 1ª lei de cotas. Não, não foi para negros, foi para filhos de donos de terras, que conseguiram vaga nas escolas técnicas e nas universidades
1988	Nasce nossa atual Constituição. Foram necessários 488 anos para ter uma constituição que dissesse que racismo é crime!
2001	Conferência de Durban: o Estado reconhece que terá que fazer políticas de reparação e ações afirmativas
2003	Lei 10639: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura Afro-Brasileira"
2010	Lei 12288: Estatuto da Igualdade Racial
2012	Lei 12711: Cotas nas universidades
2016\2021	Golpe no povo brasileiro e retrocessos nos direitos conquistados; Pandemia da COVID-19. Aprofundamento das desigualdades sociais

Fonte: DHnet (s.d.).

Desde o século XVI, quando os(as) negros(as) oriundos(as) de vários países do continente africano começaram a desembarcar na América portuguesa de forma forçada para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e nas minas de ouro, começou um longo período de usurpação da liberdade dos escravizados(as). Como efeito, gerou graves consequências para suas vidas e para aqueles e aquelas que vieram depois.

Vale explicitar que alguns negros(as) e mestiços(as) trabalhavam nos centros urbanos, conhecidos como escravizados(as) de ganho. Nas ruas, desempenhavam diferentes funções, tais como carregadores(as) de água, sangradores, barbeiros e vendedores(as) de doces, frutas e outros quitutes. Apesar desses(as) escravizados(as) não estarem nas fazendas ou nas minas e desempenharem outras atividades, eles(as) não estavam isentos(as) do estigma de serem escravizados(as);

difícilmente, conseguiam ascender socialmente e atingir status sociais dos homens e mulheres brancos.

O racismo estrutural é um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes que promove, direta ou indiretamente, a segregação racial. Ele permeia todas as estruturas da sociedade, seja na política, educação, economia ou saúde. Por ser uma maneira mais “velada”, e até imperceptível, essa forma de racismo tende a ser ainda mais perigosa. Isso porque inclui comportamentos que consideramos normais e naturais, mas que fazem parte de uma herança racista, que acompanha a nação brasileira desde a colonização.

Após a abolição da escravatura, não houve mudanças significativas, já que não foram criados mecanismos ou políticas públicas que buscassem a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres negras, que, supostamente, passaram a ser “livres”. As mulheres negras foram sempre relegadas a postos subalternos, tratadas como seres humanos inferiores e, geralmente, representadas por sua sexualidade, sendo objetificadas, portanto vistas como mercadorias.

Segundo Almeida (2019, p. 50):

O racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

O autor apresenta a distinção entre preconceito, racismo e discriminação, uma vez que esses termos são compreendidos por algumas pessoas e grupos como sinônimos.

Assim, o preconceito deve ser entendido com a construção de juízos estereotipados sobre determinada pessoa ou grupos. Ele pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Segundo Almeida (2019, p. 23), “a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. Ela fica evidente, de forma direta, por meio de repúdio manifesto a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial. É o que ocorre em países que proíbem ou dificultam a entrada de negros, de latino-americanos, de muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda em estabelecimentos que se recusam a atender clientes de determinada raça.

Já na forma indireta, é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada. Ela fica patente quando não se leva em conta a forma como vive a maioria dos negros no Brasil. Por trás da neutralidade racial, esconde-se um processo discriminatório.

Almeida (2019) mostra que o racismo é racionalmente reproduzido, tanto que, no século XX, muitos estudos foram feitos sobre as diferenças raciais, corroborando com as teses de inferiorização dos negros e supremacia branca. Com base nos estudos sobre desigualdade racial, verifica-se que a ideia de democracia racial se disseminou, mantendo enraizado o pavor de o branco ser comparado ao negro, ao mesmo tempo em que pregava a miscigenação como uma evolução aos negros(as).

A negação do racismo e a evolução do conceito de democracia racial se aperfeiçoaram com o conceito de meritocracia, segundo o qual os negros que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais aos dos brancos. Tal conceito, na prática, apenas serviu para a manutenção da desigualdade entre brancos e negros.

Almeida (2019) relaciona racismo e política, apontando que as definições de organização política da sociedade são realizadas pelo Estado. Porém, o Estado não é uma pessoa, mas um sistema que define as práticas sociais em favor do grupo dominante, o que o faz reproduzir o racismo. Estado e capitalismo estão estruturalmente relacionados, pois as formas sociais de mercado, propriedade privada, dinheiro, finanças, liberdade e igualdade são moldadas para garantir o controle da sociedade nas mãos do grupo dominante.

Outra questão colocada pelo autor é o nacionalismo, que identifica as pessoas como sendo pertencentes a um mesmo povo, no interior do território e sob poder de soberania. Todavia, alguns costumes e culturas devem ser excluídos “em favor da nação”, o que pode fazer com que o Estado, ou grupos sociais autorizados por este, realize violência direta contra aqueles que não se conformam às normas de condutas definidas.

Para Almeida (2019), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro. Muitos estudos a respeito da desigualdade racial foram utilizados para justificar a inferioridade negra, inclusive por não terem feito críticas sobre a condição do negro na sociedade.

Qualquer negro só é considerado evoluído apenas a partir da miscigenação com brancos ou quando assim se consideram. Entretanto, Almeida (2019) pontua que a luta por representatividade não faz com que o racismo seja enfrentado ou

superado. Embora importante, a representatividade não garante a mudança da forma como se compreendem as relações sociais, tampouco retira o estigma colocado sobre os negros(as). A representatividade, segundo o autor, é uma falácia, uma mentira utilizada para minimizar as lutas do movimento negro.

Para falar sobre política, o autor se fundamenta em Achille Mbembe⁵ e seus escritos sobre biopolítica, necropolítica e racismo. Almeida (2019), também trata da relação entre racismo e economia. O autor aponta que a raça é um fator que promove e que justifica imensa desigualdade econômica. Para ele, o racismo é constituinte da economia. Por isso, entendemos que toda e qualquer ação de combate ao racismo deve levar isso em consideração.

A propósito, a pesquisa de muitos autores leva em conta as relações econômicas, já que, para eles, a real desigualdade está relacionada à classe e não à raça. O autor também afirmou, acertadamente, que causas cumulativas de racismo cooperam com a inferiorização dos negros(as), como o fato de ser pobre, mulher e LGBT, por exemplo.

Além disso, o autor mostra que as crises existentes no capitalismo serviram para adaptar as manifestações do racismo. O poder e a dominação do grupo dominante moldaram-se às novas necessidades de mercado, tendo destinado às/aos negros(as) os piores lugares.

Trago também Frantz Fanon que faz uma análise da cultura racista presente no colonialismo europeu. O autor defende que o racismo aprisiona negros e brancos em papéis pré-determinados e limitantes, pautados em estereótipos raciais.

Ele adota uma postura universalista e critica tanto à ideologia do racismo quanto o apego à negritude. Esta, para ele, seria potencialmente tão perigosa quanto as afirmações sobre a inferioridade negra, na medida em que perpetuaria uma dicotomia entre brancos e negros que é típica do pensamento racista.

Fanon (2008), trata de análises sobre fenômenos sociais ocorridos em diferentes partes do planeta – as relações assimétricas entre diferentes grupos humanos, marcadas principalmente pela questão racial. Fato que se consumou posteriormente, pois o livro tornou-se um clássico do pensamento sobre a diáspora africana, do pensamento psicológico, dos estudos culturais e pós-coloniais –

⁵ É um dos maiores pensadores da atualidade. Professor de história e de ciência política da universidade em Joanesburgo, e nos EUA. Autor de importantes obras que tratam sobre o racismo, descolonização, necropolítica, dentre outras.

influenciou pensadores e militantes da descolonização dos países africanos – da teoria das ciências humanas, da filosofia e da literatura, estimulando obras importantes nestas áreas e no pensamento político e social.

O autor demonstra nitidamente sua orientação pelo materialismo histórico quando considera que uma revolução não se faz através da cultura, mas por meio da transformação das condições materiais a partir das quais a cultura se torna possível. Deste modo, Fanon (2010) afirma que uma revolução cultural deve ser também uma revolução social que transforme todas as estruturas do sistema político e econômico vigente; portanto, a luta dos negros(as) deve estar alinhada com a luta anticapitalista e contra todas as formas de opressão.

Sua obra demonstra que a luta contra a opressão no mundo colonial deve abranger a totalidade das condições em que a opressão se manifesta, considerando fatores psicológicos, contexto histórico e social, sistema político e econômico. É preciso descolonizar as nações, mas também os seres humanos. Descolonizar é criar homens e mulheres novos(as), é modificar fundamentalmente o ser, é transformar espectadores(as) em atores e atrizes da história.

No Brasil, houve um silêncio sobre a obra de Fanon (2010) até meados dos anos 1960. Suas ideias chegaram aqui em uma época de disputa entre o marxismo e o existencialismo na cena cultural e política. Quase todas as ideias novas daquela época chegaram através de livros europeus, mostrando-nos como boa parte das elites intelectuais brasileiras, durante muito tempo, ignorou não apenas a questão do racismo, como também o que foi produzido intelectualmente fora do eixo da Europa e Estados Unidos.

As ideias de Fanon chegam ao Brasil num momento em que pensar a revolução social estava na ordem do dia. Passada, porém, esta fase, ao contrário do que ocorreu em outros lugares, as ideias do autor não foram objeto de reflexão e crítica por parte de universitários(as) e acadêmicos(as).

Paulo Freire talvez tenha sido o primeiro intelectual brasileiro de grande reconhecimento a abraçar as ideias de Fanon. Referências ao autor martinicano e citações de “Os Condenados da Terra” (2010) aparecem em “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1970), escrito entre 1965 e 1968 durante o exílio no Chile. Lewis R. Gordon, no prefácio para a edição brasileira de “Pele negra, máscaras brancas”, também afirma que “[...] uma leitura cuidadosa de Pedagogia do Oprimido

de Paulo Freire revela o quanto esta obra sofre influência de Fanon (GORDON, 2008)".

Em 1968, foi lançada a primeira edição brasileira de "Os condenados da Terra"; porém, rapidamente tirada de circulação pelos órgãos da repressão. Neste mesmo ano, Abdias do Nascimento parte para os Estados Unidos onde permaneceu exilado até 1981.

É neste período que o líder do Teatro Experimental do Negro entra em contato com a obra de Frantz Fanon, amplamente traduzida, discutida e comentada naquele país, onde influenciou intelectuais e militantes comprometidos(as) com a causa antirracista e com a revolução social, entre os quais, os Panteras Negras. Fanon também passa a ser referido na obra de Nascimento (1978) a partir de "O genocídio do negro brasileiro". Suas ideias marcaram os discursos dos(as) jovens estudantes que incorporaram as fileiras do movimento negro brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, entre eles os(as) fundadores(as) do Movimento Negro Unificado (MNU).

O autor vê incoerência em comparar racismos de diferentes sociedades para dizer que o racismo de uma é pior do que o de outra. Apesar das diferentes formas em que se manifesta, o racismo nas sociedades latinas é tão perverso quando no mundo anglófono, pois, em todos os casos, funcionará como mecanismo de exclusão social dos negros(as).

Embora as análises de Fanon (2010) sejam elucidativas para compreendermos as mais diversas formas de dominação e opressão sociais e políticas, o fio condutor das discussões privilegia o estudo do racismo no contexto colonial francês de meados do século XVII. Para o autor, a colonização não se limita à subordinação material de um povo, pois ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressar e se entender, estando, portanto, no cerne da linguagem, nos métodos pelos quais as ciências são construídas, na produção cultural como a literatura, o teatro e o cinema.

O complexo de inferioridade do colonizado deve-se ao sepultamento de sua originalidade cultural. Faz parte do processo de dominação colonial desconsiderar que o negro(a) possui cultura, civilização e um longo passado histórico. Ao analisar criticamente o colonialismo, o autor também volta sua atenção para formas de reação e resistência contra a dominação europeia.

Entre os temas discutidos por Fanon, está o papel da linguagem na construção de relações de dominação colonial. Analisa-se o *status* que a língua e a cultura do colonizador assumem no cotidiano dos colonizados e nas relações desses com os colonizadores. Nas colônias antilhanas, o domínio da língua francesa funciona como forma de aproximação entre o negro e o mundo dos brancos, que se impõe como o “mundo civilizado.”

À medida em que o colonizado assimila os valores culturais da metrópole, supostamente escapará do que o colonizador chamou de “selva”. Neste caso, comunicar-se nas línguas crioulas seria uma das marcas de “selvageria”. É comum que essa “assimilação cultural” afaste o negro antilhano de seus semelhantes e o desloque de seu grupo de origem. No contexto colonial, tanto nas Antilhas, quanto nos países africanos, o(a) negro(a) que detém a cultura do colonizador se eleva em seu grupo social, porém, nunca se equipara ao branco.

A língua funciona como porta de entrada aos valores do colonizador transmitidos através da cultura, da literatura, da filosofia, do conhecimento científico, em que são enaltecidos os feitos históricos, do progresso, das conquistas, em geral, exemplos que demarquem a pretensa superioridade do europeu sobre os outros povos, justificando sua hegemonia perante o mundo.

Por outro lado, a valorização superestimada da cultura europeia se fortalece pela desvalorização das culturas dos negros(as) ou, simplesmente, pela total destituição cultural do colonizado; ou seja, na indicação de que há ausência de civilização entre os povos colonizados.

Fanon (2010) tece críticas ao colono branco, que impõe sua cultura aos membros da pequena burguesia Antilhana. Por sua vez, esses aderem aos hábitos europeus como forma de distinguirem-se de seu grupo étnico de origem, marcando, assim, uma ascensão social via “embranquecimento cultural.” O autor salienta, ao longo do livro, que sua luta não é contra o homem europeu nem contra a cultura europeia. Ele é contra os mecanismos políticos e ideológicos do colonialismo que hierarquizam os seres humanos e as diferentes culturas.

Fanon (2010) entende que o racismo se alia às barreiras econômicas como forma de garantir os privilégios das elites brancas, também funcionando como proteção aos brancos pobres, impedindo-os de decaírem ainda mais na pirâmide social. O racismo deve ser combatido como uma forma de opressão aliada à exploração econômica e a manutenção das estruturas sociais.

Tanto o materialismo histórico de Marx, quanto a influência de ideias de Hegel fazem com que Fanon inclua a libertação do(a) negro(a) em um projeto universalista de libertação, considerando que todas as formas de exploração têm uma semelhança em comum, pois são aplicadas a um mesmo objeto: o ser humano. Esta tendência ao universalismo, revelada desde a introdução do livro, torna-se mais enfatizada no quarto capítulo em diante.

Escrevendo no contexto imediato aos pós Segunda Guerra e o holocausto de judeus, o autor frequentemente faz referência à questão do antissemitismo. Ele reforça também sua mensagem de solidariedade entre os(as) oprimidos(as) do mundo na luta contra todas as formas de opressão.

O racismo impõe aos indivíduos desvios existenciais: aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco (FANON, 2008). Da mesma forma, o suposto caráter negativo atribuído aos judeus resulta de construções antissemitas.

Os estigmas imputados aos grupos que se tornam bode expiatório em sociedades racistas são veiculados em ditados populares recorrentes no cotidiano, nas escolas, livros didáticos, histórias em quadrinhos, periódicos, literatura, cinema, teatro. O racismo e a colonização extirpam do negro(a) qualquer aspecto de valor e originalidade.

Diante disso, Fanon (2008) critica os negros(as) que buscam o caminho do embranquecimento como tentativa de ilusoriamente atenuar sua situação de oprimido. Portanto, trata-se, primeiro, de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros(as) para, depois, defender sua unidade através de uma política de contra aculturação, ou seja, desalienação autêntica.

A negritude nasce como uma reação ao racismo do branco; é uma negação à via do embranquecimento, através da afirmação de uma cultura negra dotada de originalidade e valores positivos. O problema de uma negritude baseada neste tipo de essencialismo estaria no fato de querer construir uma identidade negra a partir de estereótipos criados pelos brancos para afirmar sua suposta superioridade.

Para o autor, atribuir a emoção ao negro e a razão ao branco como características inerentes à raça reforçaria o mito de que os(as) negros(as) estacionaram em um estágio evolutivo superado pelos brancos. Fanon (2008) defende que o(a) negro(a) não deve rejeitar a razão em detrimento da emoção, ao contrário, deve reivindicar a razão para si, posto que é capacidade inerente ao ser

humano. Reivindicar a razão é defender a humanidade do(a) negro(a); é salvaguardar a essência humana, que o racismo tenta tirar. Portanto, a luta contra o racismo deve ser travada no campo da razão. A afirmação de valores positivos para o(a) negro(a) deve tender ao universalismo.

A antiguidade negra em África e as complexas civilizações desenvolvidas neste continente são importantes para situar o(a) negro(a) na história e não para separá-lo. A luta do(a) negro(a) contra o racismo e o colonialismo é pela conquista do reconhecimento de sua essência humana e não de uma suposta essência negra. Cabe ao branco o dever de reconhecer a humanidade do(a) negro(a).

Tal atitude não pode ser unilateral, como ocorre em sociedades racistas nas quais apenas o grupo dominante é reconhecido. Com uma visão humanista e universalista, Fanon (2008) defende a universalidade das lutas contra todas as formas de opressão.

Trago para dialogarmos sobre o racismo estrutural e o capitalismo o autor Achille Mbembe que em seu livro, "Crítica da razão negra" (MBEMBE, 2017), discorre sobre o conceito de "Negro", como evoluiu o pensamento racial europeu até os efeitos cruéis do neoliberalismo. O texto é profundamente teórico, permeado por uma escrita reflexiva. Como ele mesmo diz, "[...] um rio com múltiplos afluentes" (MBEMBE, 2017, p. 9)".

Mbembe (2017) começa fazendo uma transposição entre o conceito de "Negro". Inicialmente, "aquele que vemos quando nada se vê" (p. 11), passando, por meio da escrita, àqueles que reivindicaram para si o estatuto de "sujeitos completos do mundo vivo" (p. 12), até a uma condição universal na qual todos estaremos sujeitos no atual panorama de crise instituída com o neoliberalismo. Assim, todos e todas viríamos a ser "negros", reconfigurados por novos modelos de exploração e submissão em função dos artefatos que a época oferece.

O autor debate o lugar mítico da Europa como suposto berço da modernidade e a sua influência nos momentos de transição para o capitalismo. Ele afirma que "[...] os riscos sistemáticos aos quais os escravizados negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas" (MBEMBE, 2017, p. 17). Mbembe (2017) mantém sempre presente a análise da condição econômica na percepção da questão da raça, vendo-as como indissociáveis: a subjugação do "negro" e a exploração capitalista.

O autor delinea o percurso de criação do conceito de “negro”, idealizado pelo ocidente como uma ficção plena de exotismo, refinada com elementos carnis de pulsão sexual e sensualidade. Um ideário em que o corpo, a fruição, o gozo desempenham funções preeminentes, repleto de referências ao “natural” em bruto, aos sentimentos primários e aos instintos animais. Um imaginário que tanto fascinava como originava repúdio e repulsa.

No decorrer da obra, escreve sobre um enquadramento histórico do conceito do “negro” e seus aspectos: o corpo, a sua identidade, o seu trabalho, o seu ser mais íntimo (desde a perda de identidade na plantação agrícola americana à ausência de direitos na colônia africana).

Mbembe (2017) pontua ainda como, desde a plantação à colônia, o conceito de escravo se funde, conseqüentemente, com o de “negro”. Dentro e fora do capitalismo, o “negro” passa por diferentes relações metonímicas: homem-metal, na exploração mineira em África, a homem-mercadoria, no período do tráfico negreiro de escravos e, por fim, a homem-moeda, produto de troca no capitalismo.

Legitimador da opressão e da exploração, o racismo foi engendrado a serviço do capitalismo, o qual necessitava de pressupostos raciais para subsistir: “negro” é uma alcunha, a túnica com a qual outros me disfarçaram e na qual me tentam encerrar (MBEMBE, 2017).

Num movimento de tensão dialética viria a construção da sua identidade, na qual Mbembe vislumbra três momentos: a atribuição (do nome “negro”), a interiorização e a subversão do próprio conceito. Parafraseando Fanon, com fechamento do livro, Mbembe diz que:

Pensar significa caminhar com os outros em direção a um mundo que, interminável e irreversivelmente, seria criado na luta e pela luta [...] com uma força capaz de danificar o muro mineral e rochoso e o sistema ósseo do colonialismo. (MBEMBE, 2017, p. 271).

Mbembe (2017) pode parecer, por vezes, um pouco denso, vagueando por complexos conceitos e referências. Nada melhor por isso que o mobilizador epílogo com que termina o livro, no qual aponta alguns caminhos para um futuro “livre do peso da raça e do ressentimento”.

É por meio da justiça, restituição e reparação que o autor propõe a descolonização mental da Europa. Um projeto comum e universal, de “reinvenção da

comunidade.” Mbembe (2017) afirma que o africano só se tornou negro depois que o europeu assim o nomeou. Antes disso, ele era apenas ele mesmo. Sem nenhum adjetivo que o estigmatizasse.

Ao nomear o Outro, estabeleceu imediatamente que as diferenças eram mais importantes do que as semelhanças. Tão incontornáveis eram, que poderia coisificar este estranho, sem ferir nenhuma lei ou moral, tendo em vista que estas só são aplicáveis aos iguais. A invenção da raça gerou o medo inconsciente do Outro, que deve ser controlado, evitado, submetido.

O continente Africano se tornaria um não-mundo, a ausência da civilização. Mas o fato é que o negro sofreu a diáspora que o espalhou pelo mundo, em cada lugar que trabalhou, criou cultura e se miscigenou à população local e aos colonizadores.

O argumento de Achille (2017) é que as elites brancas passaram a usar a mestiçagem como uma forma de minimizar a discriminação, o chamado mito da democracia racial. Ela desmobiliza qualquer crítica às desvantagens sociais sofridas pelos(as) negros(as) e mestiços(as) por todo o mundo, além de apagar qualquer contribuição histórica importante dessa população.

O etnocentrismo europeu em relação aos negros(as) foi cotidiana e incansavelmente reproduzido, ano após ano, por séculos. Assim foi naturalizada a ideia de inferioridade dos negros. Para enfrentar os estereótipos ditados pelos europeus, é preciso recriar tradições e significados. Entretanto, os(as) negros(as) que não estão em comunidades raciais, muitas vezes, não conseguem livrar-se das máscaras que a história de submissão lhes impôs.

Os laços são fundamentais, para o pertencimento e para garantir a força suficiente com vistas ao enfrentamento da desumanização cotidiana. Considero importante destacar duas falas de mulheres negras feministas da atualidade, que são empoderadas e visíveis para a sociedade. Djamila Ribeiro afirma que “O racismo estrutural está em todos os lugares no Brasil, inclusive na Redação do GLOBO”⁶. Atualmente, o número de jornalistas negros(as) não chega a 10% do total, muito distante da atual proporção de pretos e pardos no país.

⁶ RIBEIRO, Djamila. **Preto no branco**: 9 visões sobre onde está o racismo estrutural. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/preto-no-branco-9-visoes-sobre-onde-esta-racismo-estrutural-24466876>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Como podemos observar, o racismo é uma chaga histórica que perdura na atualidade. Flávia Oliveira⁷ afirma que: “Foi o racismo estrutural, no qual o Brasil está assentado, que tomou pelas mãos Miguel Otávio Santana da Silva, levou-o até o elevador, apertou o botão de um andar alto, liberou a porta e, indiferente, retornou ao lar. Selou assim o destino ao qual crianças negras estão vinculadas por um projeto desumano e macabro, travestido de fatalidade. Era filho único da empregada doméstica Mirtes Renata. Morreu porque era filho da empregada. Se herdeiro da patroa, estaria vivo”.

2.1 PRECISAMOS DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO

A educação oferecida no Brasil Colônia, por exemplo, tinha como objetivo a modelação dos povos nativos para se adequar aos modos europeus e incluí-los em uma lógica de trabalho escravizado. Desde o seu princípio, esteve direcionada em atender as necessidades dos homens da classe dominante branca, segregando a população negra do acesso e da produção intelectual. Já a educação⁸ destinada aos colonos se direcionava para a preservação dos valores morais e religiosos, ao passo que excluía os(as) escravizados(as).

Diante desse contexto histórico, pode-se perceber que a escolarização, quando se trata da população negra, nasceu de uma disparidade, a qual vem sendo refletida ao longo dos anos. Percebe-se que a educação no Brasil, desde o seu princípio, preocupou-se em atender as necessidades dos homens da classe dominante branca. Já a população negra foi apartada do acesso e da produção intelectual⁹.

No Brasil Império, quando as escolas se propagaram, ainda assim não existiam escolas formais para negros(as). Também não havia apoio governamental que permitisse seu ingresso, diferentemente de outros países, como os EUA.

A antropóloga Irene Maria Ferreira Barbosa, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, afirma que um dos mais antigos registros da escolarização dos povos negros foi através da escola do Professor Antônio

⁷ Colunista de opinião do Jornal O Globo.

⁸ Aqui se faz referência a educação escolar enquanto acesso negado aos negros e negras.

⁹ SECAD. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

Cesarino, situada em Campinas, no interior de São Paulo, que funcionou de 1860 a 1876.

O professor Cesarino e suas irmãs eram filhos de um escravo alforriado, o qual vendeu sua tropa de mulas para que seu filho pudesse estudar. Cesarino frequentou uma escola para brancos e conseguiu se formar, posteriormente, passou a lecionar junto com suas irmãs e esposa.

A escola que Cesarino fundou era para meninas brancas. Elas aprendiam a ler, escrever, a resolver as operações matemáticas e regras de etiqueta, além de costurar, bordar, cozinhar, entre outros afazeres. Com a mensalidade paga pelas meninas brancas que estudavam no diurno, Cesarino oferecia gratuitamente a escolarização para moças negras no noturno.

Além da escola de Cesarino há registros, não tão aprofundados, da escola de Pretextato, que foi a primeira escola para negros existente no Brasil. Ela funcionou de 1853 a 1873, situada no Rio de Janeiro.

Segundo a historiadora Adriana Maria Paulo da Silva (2002), Pretextato era homem negro e, não se sabe como, conseguiu alfabetizar-se, abriu processo licitatório à corte para funcionamento de sua escola, que atendia em média quinze alunos pobres, os quais não possuíam sequer sobrenome.

Esses negros que, a duras penas, conseguiram ingressar nas escolas eram um grupo restrito de negros livres ou libertos. Conforme o Decreto 7031 de 06 de setembro de 1878¹⁰, somente podia se matricular pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados. Deste modo, fica evidente a exclusão das mulheres negras e dos escravizados, visto que, para estes, era impossível executar trabalhos de longas jornadas e ter o “luxo” de aprender a ler e escrever.

A lei Áurea, de 13 de maio de 1888, proibiu a escravização de pessoas dentro do território brasileiro. Ainda assim, o Brasil foi o último grande país ocidental a extinguir a escravidão. E esse fim não significou o início da inserção social.

Depois da libertação dos(as) escravizados(as) não foi criado um sistema de políticas públicas para inseri-los(as) na sociedade, garantindo a essa população dignidade e direitos humanos, como moradia, saúde, educação e trabalho. Desta

¹⁰ BRASIL. **Decreto nº 7.031**. Brasília: Presidência da República, 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2021.

forma, a população negra foi se organizando nas periferias e formando assim as favelas, que se transformaram em espaços de resistência e sobrevivência.

Ou seja, a abolição trouxe a liberdade jurídica, mas socialmente, os(as) negros e negras que foram escravizados(as) e seus descendentes permaneceram inferiorizados. Não eram inseridos no mercado de trabalho, não tinham participação na política, não frequentavam as escolas, além de apresentarem os maiores índices de mortalidade, devido a qualidade de vida que levavam.

A escravização negra, raiz da formação brasileira, é a razão para a persistente desigualdade racial que conduz o conjunto das relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país. E diante desse histórico de centenas de anos de escravização, seguidos de liberdade sem suporte, nasceu o racismo estrutural.

O argumento da professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (pg. 121, 2011) coaduna com nossa avaliação de que a luta contra o racismo deve ser feita por toda a sociedade, e ela coloca que:

a dimensão de nossa responsabilidade de mulheres e homens negros e também dos não negros, particularmente de professores(as) e pesquisadores(as), para com o combate ao racismo, sem dúvida alguma, é demarcada pelos sofrimentos impingidos aos negros – crianças, adolescentes, jovens e adultos – em todos os âmbitos da sociedade, inclusive nos estabelecimentos de ensino.

Consideramos a educação uma ferramenta de transformação social, e que a educação antirracista é um dos caminhos de combatermos o racismo e contribuirmos para que a história e a cultura afro-brasileira sejam parte dos currículos escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, e, portanto, fazerem parte da vida das crianças, jovens e adultos negros(as) e não negros(as).

Ao longo da nossa trajetória na Rede Municipal de educação (1987/2016), construímos projetos de educação antirracista, e no período da Administração Popular em Porto Alegre tivemos muito investimento em formação continuada e em serviço, materiais didáticos e pedagógicos para fazermos na RME um trabalho voltado à educação antirracista, antes mesmo da lei 10.639/2003. Desta forma, desde muito tempo, viemos acumulando conhecimento e força para fazermos o enfrentamento concreto ao racismo estrutural na educação, buscando, assim, descolonizarmos o conhecimento. Seguimos na luta até os dias de hoje.

É importante destacarmos a importância das cotas raciais no serviço público de Porto Alegre, pois isso possibilitou a entrada de colegas negros(as) na educação, e foi neste período em que o trabalho antirracista se multiplicou e fortaleceu na RME, que tem nos dias de hoje dezenas de coletivos de professores(as) que fazem um brilhante trabalho de educação antirracista no chão da escola com alunos(as) e comunidades escolares.

Infelizmente, a educação antirracista não é uma proposta político-pedagógica da RME nas últimas gestões da prefeitura de Porto Alegre, e como forma de resistência e luta, construímos a muitas mãos, com grande participação destes coletivos de professores(as) antirracistas, uma proposta de educação para o programa de governo da candidatura (Manuela e Rosseto - 2020), onde defendemos como educação antirracista uma educação comprometida com o combate a todo tipo de discriminação e preconceito racial.

Organizamos um grupo de trabalho que contribuiu na construção do programa que foi chamado de: Porto Alegre da qualidade de vida, uma cidade que ensina e que aprende. Apresentaremos, logo a seguir, um fragmento do Relatório do Grupo de Trabalho da Educação que foi concluído em 13/07/2020.

Entendemos a educação antirracista como uma educação das relações étnico-raciais voltada para o combate ao racismo, recontando a história da nossa sociedade, buscando atribuir os devidos papéis aos atores e atrizes envolvidos(as), e atribuindo não somente a negros e negras, mas também aos indígenas seu protagonismo na história e na cultura do país.

Defendemos uma proposta inovadora e que sirva de modelo para as escolas do Brasil, criando um currículo realmente antirracista que tenha em suas diretrizes metas e objetivos bem definidos a serem cumpridos pela totalidade da gestão, ou seja, as escolas, a assessoria e a administração pública. Políticas públicas de qualidade são um direito da população e dever do Estado, portanto, é fundamental a previsão de investimento maciço de verba e tempo para formação dos(as) educadores(as) e “auditorias” nas escolas para avaliar o trabalho efetivamente realizado. Além disso, é fundamental a ampliação de formações e seminários de Educação Antirracista no município para que este se torne um evento de rede anual, coordenado por professores(as) negros(as), mas obrigatoriamente com participação de todas as escolas e de professores(as) não negros(as). Um projeto de Educação antirracista precisa estar alicerçado em dois eixos:

a) Eixo 1 - A mediação de conflitos raciais dentro da escola: esses conflitos não podem ser ignorados, eles não são *bullying* e trazem um imenso sofrimento a quem sofre estas ações. No entanto, para que professores(as) e gestores(as) estejam capacitados(as) para mediar de forma construtiva estes conflitos, são necessários conhecimentos que só virão através de formações específicas;

b) Eixo 2 - A implementação das Leis 10639/03 e 11645/08: estas leis versam, sobre a Lei 10639/03, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

A implementação destas leis visa valorizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, uma vez que vivemos uma cultura eurocêntrica dentro da escola que faz exacerbar o racismo e reafirmar pré-conceitos históricos.¹¹ Neste grupo de trabalho também realizamos um diagnóstico, através de diálogos e visitas as escolas da RME, que apresentaremos logo a seguir. E como conclusão do GT, apresentamos as propostas relacionadas abaixo, que foram incluídas no programa de governo e que não se consolidaram pois perdemos a eleição municipal de 2020.

Segue diagnóstico realizado:

- a) Não há um projeto de Rede em educação antirracista;
- b) Não existe assessoria exclusiva das relações étnico-raciais;
- c) Existem professores e coletivos de professores independentes executando ações de educação antirracista e procurando implementar em suas turmas e grupo as Leis 10639/03 e 11645/08;
- d) Também não existe uma auditoria na administração pública, destas ações que deveriam ser obrigatórias, posto que estão previstas em Lei;
- e) No momento atual, algumas assessoras trabalham, de forma incompleta, a mediação de conflitos, mas ignoram a questão racial.

¹¹ Documento construído por professoras(es) da Rede Municipal de Educação e outros profissionais da educação. Porto Alegre da qualidade de vida, uma cidade que ensina e que aprende! Relatório dos Grupos de Trabalho da Educação, 2020.

Segue relação das propostas:

- a) Criação de uma robusta assessoria para as relações étnico-raciais que possa planejar as ações de rede e tornar o trabalho em educação antirracista realmente generalizado na RME;
- b) Formação maciça e obrigatória dos(as) gestores(as) e professores(as) da rede em educação antirracista;
- c) Estabelecer parcerias com movimentos sociais para realização das formações de professores(as) e atividades pedagógicas;
- d) Criação de Grupos de Trabalho por escola, com representantes que possam criar um fórum permanente que abarque todas as escolas da rede;
- e) O fórum permanente das relações étnico-raciais, além de fazer a mediação e trazer demandas das escolas, seria responsável por realizar diagnósticos para identificar as demandas da rede e auditar as ações e investimentos, tanto das escolas, quanto da mantenedora;
- f) Os projetos político-pedagógicos das escolas precisam ser construídos levando em consideração também a educação antirracista e suas peculiaridades;
- g) Pesquisa socioantropológica para conhecer as comunidades (autodeclaração quanto à raça/cor, situação);
- h) Formação para secretários(as) para os dados dos(as) alunos(as) quanto a raça e o gênero;
- i) Revisão do programa de cadastramento dos(as) estudantes.

Passaremos, a seguir, a conhecer mais de perto os fios e tramas do racismo estrutural, através das histórias vividas e contadas por 6 trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, participantes da pesquisa que compõe essa dissertação.

2.2 “NOSSAS PRIMEIRAS PALAVRAS CARREGAM A FORÇA, A RESISTÊNCIA E A SABEDORIA DAS NOSSAS ANCESTRAIS QUE TRAZEM CONSIGO A BANDEIRA DA RESISTÊNCIA, DA ESPERANÇA, RUMO À LIBERDADE”¹²

¹² Esta frase foi retirada do breve prólogo da autora, disponível na página 5 da presente dissertação.

No processo de construção da pesquisa, quando dialogamos com as entrevistadas, logo na primeira entrevista começamos a fazer as relações entre as mulheres negras que participaram da exposição fotográfica Margaridas Africanas (2004/2016), com as entrevistadas trabalhadoras negras servidoras públicas de Porto Alegre.

A exposição surge de minha iniciativa, vendo a necessidade de fotografar mulheres tão importantes na construção da sociedade brasileira, e das políticas públicas no Brasil. Uma vez que, mesmo com grandes lideranças negras, na primeira década do novo século, as mulheres negras continuavam invisibilizadas nos movimentos de mulheres.

A primeira exposição das fotografias “Margaridas Africanas” foi realizada em 2009, na Cidade do México, e visibilizou mulheres negras de diversos movimentos sociais, já que naquele período o movimento feminista ainda estava engatinhando na pauta racial.

Tive a possibilidade de participar de muitas conferências nacionais para a construção da democrática, com grande grau de participação popular e construção de políticas públicas nos governos Lula e Dilma, portanto, estava muito envolvida com os movimentos de mulheres, e tendo as companheiras negras como aliadas de primeira hora.

Foi um período muito significativo e de grande efervescência social. Fizemos parte dos avanços que tivemos nas políticas públicas para as mulheres, políticas de igualdade racial, políticas LGBT, direitos humanos, educação, saúde e outras. As mulheres do Brasil, com grande protagonismo das mulheres negras e LGBTs, conquistaram planos nacionais para que as políticas públicas fossem implementadas nas três esferas de governo.

Infelizmente, desde o golpe de 2016, viemos perdendo direitos conquistados, tanto direitos trabalhistas, quanto direitos sociais. Hoje vivemos num Brasil com um governo ultraliberal na economia e conservador nos costumes, portanto, estamos na contramão da história, mas seguimos resistindo e lutando, e mais do que isso, esperançando e acreditando que dias melhores virão.

A exposição fotográfica Margaridas Africanas surgiu para mostrar os rostos, sorrisos, histórias de vida, resistência e lutas das mulheres negras que são militantes sociais, e fizeram parte do processo das conferências nacionais de políticas públicas no período 2004/2016, e na Marcha das Mulheres Negras (2015).

Estas conferências foram momentos importantes de participação popular, de construção de políticas públicas, onde principalmente as mulheres tiveram grande protagonismo. Faço aqui um destaque ao protagonismo das mulheres negras, que realizaram uma Marcha em Brasília (2015) com milhares de participantes de todo o Brasil.

As mulheres militantes sociais foram fotografadas por mim e renomeadas com nomes de mulheres negras que contribuíram significativamente na construção da luta contra o racismo, vencendo os obstáculos do seu tempo. Acompanhou a amostra uma breve história de cada mulher negra representada.

Nossa intenção de renomear as mulheres negras da exposição fotográfica e utilizar essa mesma proposta com as participantes da pesquisa foi de visibilizar as mulheres negras históricas e conectar as suas histórias e lutas com as mulheres negras da atualidade, que seguem lutando e sofrendo racismo ao longo do tempo.

Desta forma, renomeamos nesta dissertação as participantes da pesquisa que realizamos, compreendendo que as mulheres negras se conectam através de suas histórias e lutas ao longo de suas vidas pelos caminhos da ancestralidade, memória, histórias contadas, sofridas, superadas, enfim, entendemos os nexos das individualidades e da coletividade entre elas.

Essa conexão nos fez perceber que todas são Margaridas Africanas, tais como: Lélia Gonzales, Rainha Nzinga, Rosa Parks, Elza Soares, Bell Hooks, Princesa Aqualtune, Nilmas, Petronilhas, Bias, Juremas, Marias, Djamilas, Joanas, Mirtes, Anastácias, Antônias, Olívias, Nices, Suelis, Beneditas, Malus, Reginetes, Brunas, Daianas, Lauras, Karens, Ângelas e tantas outras...

Abaixo, apresentamos o texto poético escrito por essa mestranda e que contou com a colaboração poética da Ariane Celestino Meireles, o qual faz parte da exposição fotográfica Margaridas Africanas (2009), e passa a também fazer parte desta escrita, pois explicita em verso o significado da unificação destas seis mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, com as mulheres negras que lutaram antes delas pelo fim do racismo no seu tempo histórico, e com as mulheres negras militantes sociais fotografadas na exposição Margaridas Africanas.

*Margaridas Africanas. Flores de muitas cores, muitos cheiros, muitas folhas.
"Sem folhas, não tem vida. Sem folhas não tem nada."
As mulheres negras de África e da diáspora expressam as margaridas africanas em muitas identidades: são belíssimas, fortes, resistentes, exibem extrema beleza e realeza. E sorriem.*

Sorriem para mostrar a sabedoria peculiar das mulheres negras, feministas muito antes da palavra ser forjada nas literaturas acadêmicas. Sorriem para mostrar que suas ancestrais ensinam para elas – e só para elas – todos os segredos do axé.

Sorriem para exibir a realeza das Yabás e Orixás que vivem nelas.

Sorriem para que as crianças negras do Brasil e do mundo inteiro também sorriam ao se darem conta que descendem de Lélia Gonzales, Rainha Nzinga, Elza Soares, Bell Hooks, Rosa Parks, Princesa Aqualtune (...).

Sorriem. Também se colocam sérias. Estudam, trabalham, batalham, se impõem, exigem respeito, exigem espaços de poder.

São jovens, velhas, crianças, bem pretas, menos pretas, lésbicas, heterossexuais, trans, muito sábias, jogadoras de futebol, lavadeiras, artistas, intelectuais, servidoras públicas, mães-de-santo, médicas, ativistas dos movimentos sociais, professoras, sindicalistas, assistentes sociais, dentistas, enfermeiras, psicólogas, operárias, desempregadas, mães que criam seus filhos e filhas sozinhas, domésticas, dançarinas...

São mulheres. São negras.

Ocupam os mais diferentes espaços no mundo e no Brasil: do Amapá ao Rio Grande do Sul. Estão em todos os lugares. São rainhas. São princesas. Não precisam de coroas, nem capas, nem carrosséis, nem fadas-madrinhas, nem príncipes e reis que as protejam.

Seus cabelos protegem e ornamentam a cabeça, além de desafiarem heroicamente a lei da gravidade: crescem para cima!

As capas são desnecessárias: a melanina que cobre suas lustrosas peles as ornamenta naturalmente. A força ancestral as leva para onde quiserem ir. As Yabás as orientam.

São feministas, lutam por sua sobrevivência, de suas famílias e descendentes desde sempre.

São Margaridas Africanas que têm a sabedoria das anciãs e a suavidade das crianças. E sorriem. E ensinam.

As flores e folhas não são apenas beleza. Têm perfume. Têm axé.

No processo da pesquisa de campo, tivemos o prazer de conhecer, ouvir, interagir com as entrevistadas. Foram momentos únicos de aprendizagens, trocas de saberes e muita emoção. As entrevistadas receberam um codinome e foram convidadas para integrar à exposição fotográfica: Margaridas Africanas, construída em 2009. Assim se conectam as Margaridas Africanas nesta dissertação, num movimento simbólico de circularidade, ancestralidade, através da oralidade que fazem parte dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

2.3 AS MARGARIDAS AFRICANAS CONTAM SUAS HISTÓRIAS

Iniciaremos a seguir a apresentação das mulheres negras, que se destacaram nas lutas pelo fim do racismo. São de diversos lugares, profissões, tempos históricos e, sem dúvidas, trazem grandes contribuições para a atualidade. Sendo elas: Lélia Gonzales, Rainha Nzinga, Elza Soares, Bell Hooks, Rosa Parks, Princesa Aqualtune.

Junto a elas, na sequência da apresentação, ouviremos as vozes e a história de cada uma das mulheres negras entrevistadas, as quais vão receber o codinome correspondente às mulheres negras que foram acima referidas e referenciadas pelas suas trajetórias, cujas falas conectam-se entre si e com as histórias de milhares de mulheres negras que vivem e resistem ao racismo faz séculos.

Nessa primeira apresentação expressam o quanto suas histórias se entrelaçam e dão sentido para serem nominadas de Margaridas Africanas. Elas se apresentam, falam, gritam, põe “o pé na porta”, choram, sorriem, resistem, lutam...

Abram alas que as Margaridas Africanas vão passar!

2.3.1 Lélia Gonzales

Figura 1 - Lélia Gonzales



Fonte: <https://nossacausa.com/atualidade-do-pensamento-de-lelia-gonzalez/> 2021

Lélia Gonzalez¹³ é referência internacional nos estudos interseccionais de gênero, raça e classe. Lélia foi uma mulher à frente de seu tempo. Sua produção acadêmica e suas entrevistas comprovam tal vanguarda.

Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, a mineira, aquariana e filha de Oxum trouxe para debate questões sobre psicanálise, marxismo, juventude negra, cultura negra e, principalmente, feminismo negro.

Lélia Gonzalez inspira porque além de deixar um grande legado, abriu passagem para uma contribuição enorme que perpassa e tem fertilidade em todas

¹³ NUNES, Eduarda; ALMEIDA, Ludmila. **Lélias em movimento**. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lelias-em-movimento/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

as áreas do conhecimento. Lélia desmistificou o mito da democracia racial, assentando dois tipos de colocação social para a mulher negra: a mulata formada pela imagem carnavalesca sexista e a doméstica, sendo uma hierarquização do pensamento colonial escravagista. Foi pioneira da crítica do feminismo clássico, branco, brasileiro.

2.3.1.1 A voz de Lélia Gonzales (codinome)

“Eu venho de uma família que sempre teve fortes conflitos raciais, é interessante porque eu me descobri negra não foi desde pequena, foi a partir de quando eu vim para Porto Alegre, não é que eu não me enxergasse no espelho, mas o fato de ter me nominado e de ter assumido.

A minha mãe sempre se disse negra, tinha um conflito muito grande com a minha avó, que era branca e morou a vida inteira com a gente, e nunca quis o casamento, tendo, assim, muitos conflitos durante o tempo todo.

Recentemente eu fui me dar conta porque que a minha mãe não dizia que nós éramos, que as filhas e o filho eram negros. Era uma maneira de proteger a gente, ela se dizia, “eu sou negra, eu tenho orgulho de ser negra”, e era uma coisa assim, com dor e com rancor, mas muito resistente. E a gente não, eu acho que uns foram descobrindo, uns não descobriram até hoje, isso foi muito de acordo com as vivências que cada um(a) de nós tivemos”.

2.3.2 Rainha Nzinga¹⁴

Figura 2 – Rainha Nzinga



Fonte: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/> 2015.

¹⁴ PORTAL GELEDÉS. **Nzinga, a rainha negra que combateu os traficantes portugueses**. Portal Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Rainha do Ndongo, atual Angola, Nzinga Mbandi (1582-1663) entrou para a história como combatente destemida, exímia estrategista militar e diplomata astuciosa. Ela chefiou pessoalmente o exército até os 73 anos e era tão respeitada pelos portugueses que Angola só foi dominada depois da sua morte, aos 81 anos.

Marcou a história de Angola do século XVII. Os projetos mercantis europeus, em particular de desenvolvimento do tráfico de escravos na costa da África austral, alteram a paisagem política, social e cultural do reino do Ndongo e de toda a região.

A sua tática de guerra e de espionagem, as suas qualidades como diplomata, a sua capacidade para tecer múltiplas e estratégicas alianças, e por fim, o seu conhecimento das implicações comerciais e religiosas, lhe permitiram opor resistência tenaz aos projetos coloniais portugueses até a sua morte em 1663.

2.3.2.1 A Voz de Rainha Nzinga (codinome)

“Tenho 50 anos, sou de uma família de cinco irmãos, do interior do Rio Grande do Sul, de Rio Grande. Nos mudamos bastante, passamos por muitas dificuldades porque era só minha mãe que era provedora.

De certa forma, a gente sempre... eu sempre sofri racismo. A primeira vez que eu percebi o racismo, eu tinha 10 anos, foi na escola. A professora disse que eu não era para aquela turma. Ela me olhou de cima a baixo e disse que eu era de uma outra turma, que seriam de repetentes. De crianças mais velhas, que já tinham sido reprovadas. Mas eu sempre estudei dentro da minha faixa etária, sempre estive no ciclo certo.

Eu lembro que ela me fez sentar no fundo da sala... Então, ela dividia a sala, as meninas na parte da frente, nas primeiras classes e os meninos atrás, e eu fiquei atrás dos meninos. Então ela me segregava assim, ela me segregou, porque eu era a única, depois eu fui entender o porquê disso. Eu era a única negra da turma.”

2.3.3 Rosa Parks

Nascia no dia 4 de fevereiro de 1913 aquela que seria chamada de a “mãe do movimento dos direitos civis”, nos Estados Unidos. Ativista negra, um dos maiores símbolos dos direitos civis dos negros dos Estados Unidos da América.

Figura 3 – Rosa Parks



Fonte: <https://www.anf.org.br/rosa-parks-ativista-na-luta-contr-a-segregacao-racial-mae-do-movimento-dos-direitos-civis-eua/> 2021.

Rosa Parks¹⁵ foi revolucionária, fez história se opondo às leis segregacionistas. Em 1º de dezembro de 1955, sua força e garra registraram um dos momentos mais importantes na luta travada por anos. Naquela época, no Alabama, ocorriam os maiores conflitos raciais, desde 1900. Os assentos da frente dos ônibus eram destinados para pessoas brancas e os últimos, para os negros. Entretanto, quando ônibus ficavam muito cheios, os negros eram obrigados a ceder os lugares para os brancos.

Certo dia, Rosa Parks pagou sua passagem como qualquer outro americano, mas em determinado momento da viagem o motorista pediu que ela cedesse o seu lugar para um homem branco e ela recusou-se. Acabou sendo presa. A notícia se espalhou rapidamente e a prisão de Rosa Parks provocou um boicote aos serviços de transporte de ônibus. A mobilização foi liderada por Martin Luther King Jr.

2.3.3.1 A voz da Rosa Parks (codinome)

“Eu tenho 53 anos, sou uma mulher negra. Eu sou a filha do meio, eu tenho mais duas irmãs, uma mais velha e a outra mais nova. Pai já é falecido, a mãe ainda é viva, tem 77 anos, já é idosa.

Durante toda minha infância, durante a escola, eu fiz desde o jardim na mesma escola, do jardim a 4ª série, a gente sofria muito *bullying*, muito racismo, a

¹⁵ NASCIMENTO, Jadson. **Rosa Parks**: ativista na luta contra a segregação racial, “mãe do movimento dos direitos civis” EUA. Agência de notícias da favelas, 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/rosa-parks-ativista-na-luta-contr-a-segregacao-racial-mae-do-movimento-dos-direitos-civis-eua/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

gente era chamada de negras macacas, de cabelo carapinha, cabelo pixaim. Então tinha várias coisas que naquele período a gente não entendia, porque em casa a gente não falava sobre isso.

Daí depois de um tempo, a gente começa a fazer ballet, na minha infância eu faço ballet, participo de uma academia que era bem na frente da minha casa, eu e as minhas irmãs, eu gostava muito de fazer ballet clássico, então a gente fez bastante tempo assim, tipo dos 6 anos até adolescente a gente fez ballet.

Mas tinha essa coisa no ballet que a gente sempre identificava que tinham certos papéis que a gente não podia, por mais que tu fosses boa bailarina, que tu se destacasses, tinham certos papéis que não dava para ti fazer porque já tinha uma coisa instituída, depois de muito tempo a gente entende.”

2.3.4 Bell Hooks¹⁶

Bell Hooks foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. Publicou mais de trinta livros e numerosos artigos acadêmicos, apareceu em vários filmes e documentários.

Figura 4 – Bell Hooks



Fonte: <https://www.anf.org.br/rosa-parks-ativista-na-luta-contra-a-segregacao-racial-mae-do-movimento-dos-direitos-civis-eua/> 2021.

Segundo a autora, podemos dizer que é um “pensar negro” entender que a nossa negritude e a nossa epistemologia são relevantes, pois nós somos relevantes, nosso pensamento tem que estar dentro das instituições, assim como nós temos que estar presentes. E isso é perigoso.

¹⁶ CARLOS, Anna Beatriz Passos da Silva. “**Amar a negritude**”: a descolonização na luta antirracista. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/amar-a-negritude-a-descolonizacao-na-luta-antirracista/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

“Amar a negritude”, é esse ato de descolonizar e romper com pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização (HOOKS, 2019). Internalizar para si o amor pela sua cor; pela sua cultura; pelos seus traços e pelos seus modos. “Em nossos empregos, quando nos expressamos a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais.” (HOOKS, 2019, p. 50).

Colocar nossas opiniões pode ser, muitas vezes, entendido como uma afronta digna de punição, fazendo com que muitos negros estejam dispostos a ignorar essas diferenças, mesmo consciente em seu ambiente de trabalho, na estimativa de alcance de recompensa de bens materiais e *status quo* na sociedade supremacista branca.

A autora expõe a lógica da branquitude que seduz as pessoas negras com a promessa de sucesso apenas a aqueles que estiverem dispostos a negar o valor da negritude condizendo com os valores da supremacia branca e vendo a negritude como um marcador de vitimização.

2.3.4.1 A voz de Bell Hooks (codinome)

“Tenho 50 anos e nasci em uma família negra, essencialmente negra, meus avós se casaram duas vezes, então a família da minha mãe é uma família muito grande. A minha mãe perdeu a mãe muito cedo, ela tinha seis anos.

Então meu avô pegou os filhos desse segundo casamento, colocou dentro de uma carrocinha, como ela conta e eles contam também, e foi largando os filhos. Ela entrou dentro daquele regime dos afilhados, que era muito comum na região de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço.

Ela foi criada em Pelotas por uma família branca. E depois de alguns anos, quando ela já estava adulta e a minha mãe era uma mulher muito inteligente, muito esperta, mesmo não sendo alfabetizada, conhecendo o básico, veio para Porto Alegre.

A minha referência sempre foi o meu pai, então esse sobrenome sempre teve um peso muito grande e ele tem um peso, porque é um sobrenome italianíssimo, com uma família que é essencialmente negra.

Porque o meu bisavô, ele foi criado desde bebê por uma família de italianos, um casal italiano, que veio da região central da Itália. E pelo que nós sabemos da

história, no distribuir assim os filhos dos pós escravidão, esse meu avô foi para essa família e lá ele recebeu educação, ele foi escolarizado.

Ele tinha um grupo de Educação de Jovens e Adultos em casa, que eu acho que é uma das partes mais interessantes da nossa família, então ele ajudava, ele alfabetizava os homens, basicamente homens, tem esse detalhe de gênero, negros da comunidade. Então cedo ele entrou no serviço público, porque ele se deu conta que era a única maneira que ele tinha de ascender socialmente.”

2.3.5 Princesa Aqualtune¹⁷

Aqualtune foi uma princesa africana, filha do rei do Congo. No final do século XVI, sua nação foi invadida por um grupo de mercenários e, apesar de Aqualtune comandar um grupo de cerca de 10 mil homens e mulheres contra os invasores, seu povo foi derrotado. Após a derrota, Aqualtune foi vendida como escrava e trazida para o Brasil, mas resistiu, lutou e fugiu.

Chegou ao Recife em 1597, mesmo ano em que um grupo de 40 negros chegou à Serra da Barriga, formando o primeiro núcleo do que seria o Quilombo dos Palmares. A princesa ajudou a fortalecer o que se tornou o Quilombo dos Palmares, cujo último líder foi seu neto, Zumbi.

Figura 5 - Princesa Aqualtune



Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. 2019.

¹⁷ GARCIA, Maria Fernanda. **A princesa escravizada no Brasil que lutou pela liberdade de seu povo**. Observatório do terceiro setor, s.d. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Com ascendência nobre e um histórico de comandar batalhas em sua terra natal, Aqualtune recebeu uma aldeia para comandar e ajudou a erguer o que seria “um império em meio à selva”.

A líder quilombola e avó de Zumbi dos Palmares desapareceu dos registros históricos em 21 de setembro de 1677, quando sua cidadela foi atacada, e não se sabe quando exatamente ela morreu. Na época do ataque, ela já era idosa.

2.3.5.1 A Voz de Princesa Aqualtune (codinome)

“Eu me lembro que na minha infância morava em uma casa, era na Chácara das Pedras, próximo ao Quilombo do Silva, que isso depois eu fui ver era próximo, porque eu não sabia na época. Mas aquela região tinha uma população negra grande, perto do Iguatemi, aquela parte chamada Chácara das Pedras.

E eu me lembro que na minha infância, ali tinha muitas famílias negras. Uma família que era conhecida era a da Tereza. Tereza era uma mulher negra que fazia bailes, chamavam Bailes da Tereza.

Até é interessante, que essa semana falando com a mãe, a mãe me dizia, “fui lá na Chácara das Pedras e aquilo está outro lugar, um bairro só de burguês, só de grandes casarões e não tem mais nenhuma daquelas famílias que tinha antes”.

Meu avô fundou no bairro Rio Branco, que era outro bairro onde era a antiga Colônia Africana, uma sociedade espírita tem uma placa com o nome dele lá. A região da Escola José do Patrocínio também era de Colônia Africana, e meu avô fundou na Venâncio Aires a Sociedade Espírita Amor e Caridade, é próximo ao Hospital de Clínicas, têm a sede ali urbana e a sede na Mapa do Amor e Caridade, uma região grande também.

Falando do meu avô, ele era um admirador do Luís Carlos Prestes, trabalhou no arsenal de guerra em General Câmara. Porque a família era de General Câmara e lá o meu avô criou um clube negro e tem inclusive um livro que um pesquisador fala da noite gaúcha. Fala desses clubes negros, e meu avô é chamado rei da noite, porque existiam os clubes de brancos e não existia clubes negros”.

2.3.6 Elza Soares¹⁸

Figura 6 – Elza

Soares



Fonte: https://piaui.folha.uol.com.br/na-piaui_185/2022.

Um dos principais nomes da música brasileira, a artista nasceu no bairro de Padre Miguel, no Rio de Janeiro, no ano de 1931. Aos 12 anos, foi obrigada pela família a abandonar os estudos e a se casar com um amigo do pai depois de sofrer uma tentativa de estupro.

Com 20 anos, Elza ficou viúva e, em 1962, casou-se novamente, dessa vez com o jogador de futebol Garrincha. Ao todo, ela teve oito filhos — quatro morreram, um foi entregue à adoção e uma foi sequestrada.

A frase “eu vim do planeta fome” foi dita por ela durante participação de um show de calouros de Ary Barroso, no rádio. Ele perguntou: “De que planeta você veio?”. E a resposta veio depois que o apresentador e o público riram da roupa da cantora, que estava com um vestido da mãe, preso com alfinetes, pois era muito magra.

Ao conquistar seu espaço, Elza sentiu que o palco era seu motor transformador de autoestima. “Toda vez que entro no palco, me sinto o máximo. Fora, eu sou a Conceição. Mas, lá, me sinto a negra mais gostosa, mais sedutora. Lá, estou viva”, contou a artista, em participação no programa Roda Viva, em 2002.

Na música “O que se Cala”, do álbum “Deus é Mulher” (2018), Elza utilizou o conceito de “lugar de fala” para marcar a importância de legitimar vozes que não são ouvidas e abrir espaço para grupos sociais historicamente reprimidos, como

¹⁸ PORTAL GELEDÉS. “**Nasci feminista**”: 7 lições que Elza Soares deixou para todas as mulheres. Portal Geledés, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nasci-feminista-7-licoes-que-elza-soares-deixou-para-todas-as-mulheres/>. Acesso em: 12. jan. 2022.

mulheres, negros e LGBTQIA+. Na letra, ela crava: “Minha voz uso pra dizer o que se cala”.

2.3.6.1 A voz de Elza Soares (codinome)

“Eu sou natural aqui de Porto Alegre, nasci no ano de 1966, então eu tenho 55 anos. Quando eu era pequena misturava sabonete com detergente e talco com creme dentro do banheiro para ver o que que dava, achava superinteressante a questão dos vagalumes, dos musgos depois que chovia, então sempre fui uma apaixonada pela ciência. Mas ao mesmo tempo, me apaixonava também pelas artes, então eu tenho uma facilidade com relação à música, com relação à escrita, à dança, enfim.

Acho importante também colocar que teve uma situação, isso foi bem, assim quando tu te dá conta realmente do racismo, devia ter o que, uns 7 ou 8 anos, na época estava passando o filme Chica da Silva. Teve um certo dia que se formou um cortejo durante a escola até eu entrar no meu portão, foram cantando a música da Chica da Silva (cantarola).

Eu perplexa com o motivo daquilo, mas eu me lembro que eu contei para minha mãe, eu cheguei chorando e no dia seguinte ela foi na escola e falou com as crianças e falou com as professoras, que aquilo nunca mais devia se repetir, pediram desculpa. Mas eu me lembro que eu acho que foi o primeiro impacto dessa questão do racismo.”

Aqui se encerra a apresentação das nossas Margaridas Africanas. Passaremos a seguir para um momento desafiador, onde faremos algumas reflexões e um possível diálogo das Margaridas Africanas com a autora Grada Kilomba.

Nas falas iniciais das seis entrevistadas servidoras públicas negras de Porto Alegre, fica nítido que suas histórias de vida se entrelaçam e se conectam com as suas e com as nossas ancestrais, já que: “Nossos passos vêm de longe...”

E através da voz dessas mulheres negras nossos passos se ampliam, nossas vozes se amplificam, e como nos diz Hooks (2019, p. 39) “Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.”

2.4 DIÁLOGOS COM GRADA KILOMBA E AS MARCAS DO RACISMO

No processo de análise das entrevistas, observamos que construímos momentos de intensa troca de saberes, experiências, cheios de sentido e emoção. Foram encontros muito enriquecedores e ao mesmo tempo emocionantes, pois através da técnica da história oral dialogamos e percorremos vários períodos da vida das entrevistadas, onde ficou nítido que as dores e as marcas do racismo estrutural estão presentes nas vidas das mulheres negras ao longo de suas histórias e trajetórias.

As entrevistadas falaram sobre suas histórias de vida, e as marcas do racismo que são profundas, chagas abertas, lembranças doloridas que se expressaram no olhar, na voz embargada, nas palavras ditas e não ditas, na impossibilidade do abraço, pois estamos em tempos de pandemia da COVID-19.

Foi então que buscamos dentre as referências teóricas a autora que entrevistou mulheres da diáspora africana, em cujos relatos falam de suas experiências na Alemanha.¹⁹ Passamos então a construir um diálogo entre algumas falas das entrevistadas, com Kilomba (2019) no livro “Memórias de Plantação: Episódios de racismo cotidiano”, que trata de várias questões, como o gênero, o racismo, a pós-colonialidade e a branquitude. Trata também de experiências coletivas universais.

A autora trata como experiências coletivas universais o que consideramos conexões entre as Margaridas Africanas, desta forma, encontramos mais mulheres negras que se entrelaçam em vivências do racismo, mesmo vivendo em lugares distantes e distintos.

As entrevistas realizadas pela autora focaram nas narrativas biográficas, a fim de possibilitar a reconstrução da vivência negra dentro da lógica racista. Foram realizadas entrevistas com seis mulheres africanas ou da diáspora (entre elas, uma afro-brasileira) que viviam na Alemanha, mas apenas as narrativas biográficas de duas dessas interlocutoras são densamente analisadas, a de Alicia (afro-germânica) e a de Kathleen (afro-estadunidense).

¹⁹ O livro aqui destacado da autora Grada Kilomba é o resultado do seu trabalho de doutorado em Filosofia na Universidade Livre de Berlim, Alemanha, no qual contou com uma bolsa de estudo da Fundação Heinrich Böll. Foi publicado pela primeira vez em 2008, em Berlim, sendo o segundo livro de sua autoria.

As mulheres que são entrevistadas vêm de diásporas africanas diferentes, mas partilham a mesma vivência. Há uma experiência coletiva, global, que é idêntica, uma experiência de opressão, assim como a branquitude tem uma experiência coletiva, que é a do privilégio, das políticas de ignorância, do não saber e não precisar de saber.

Para Kilomba (2019), essas narrativas biográficas revelaram informações vastas e detalhadas acerca do racismo cotidiano, pois são testemunhos de duas mulheres residentes na Alemanha que nos ajudam a melhor compreender a racialização na sociedade alemã.

A autora realiza um registro entre o biográfico e o etnográfico, tal como faz consigo mesma ao longo de todo o livro. A escravatura foi o primeiro movimento de globalização em que pessoas foram escravizadas a fim de serem levadas a outro continente para enriquecer um terceiro continente. É uma história global que une vários continentes. Kilomba (2019, p. 80) fala de racismo e do trauma do racismo, das feridas abertas que não saram:

[...] porque a história foi mal contada, contada exatamente ao contrário, e há sempre cortes que vão atingindo o mesmo sítio, e fala também do feminismo negro, que foi invisibilizado, mas lutou pelo seu próprio espaço. O feminismo ocidental fez um erro fatal, que foi dividir o mundo entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, sendo as mulheres oprimidas pelos homens.

A autora aponta que descolonizar o conhecimento é encontrar e explorar formas alternativas e emancipatórias para sua produção, que estejam fora dos parâmetros clássicos.

A interdisciplinaridade é um modo de descolonizar e transgredir as formas clássicas de conhecimento. Kilomba (2019) trabalha com dois conceitos fundamentais: a interdisciplinaridade e as configurações de poder. As últimas devem ser repensadas para abrir espaços para outras biografias, pessoas, vozes, perspectivas. Isso automaticamente traz um conhecimento emancipador e alternativo.

A história colonial tem sido muito negada no mundo ocidental, mas se trata também de um processo. Todavia, não é um processo moral. É muito importante lembrar que racismo não tem a ver com moralidade, tem a ver com responsabilidade.

Kilomba (2019, p. 27), nos apresenta que:

O racismo é um modo bastante habilidoso de uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes.

Passamos a apresentar falas das nossas entrevistadas com seus respectivos codinomes, que então denominamos diálogos, pois suas histórias de vida se conectam com as histórias de vida apresentadas por Grada Kilomba em seu trabalho. Entende-se que a escrita, dessa forma, as coloca em diálogo, não importando quem disse, e sim importando o que é dito como marca do racismo estrutural.

Lélia Gonzales, Rainha Nzinga, Rosa Parks, Elza Soares, Bell Hooks e Princesa Aqualtune em diálogos com Grada Kilomba, os quais podem ser vistos a seguir.

2.4.1 Primeiro diálogo

“No jardim de infância, era uma menina muito tímida, chorava, fiz o jardim chorando, chorando, chorando, eu não queria ir para a escola, me lembro e tenho fotos minhas no jardim com os cabelos puxados. A gente ficava japonesa, de tanto que puxava o cabelo, para não ficar com os cabelos Black...”.

Dialogando com Kilomba (2019), mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizados(as), a cor da pele de africanos(as) passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”.

2.4.2 Segundo diálogo

“Eu sempre fui meio desengonçada. Ninguém queria ser meu par, eu nunca era a mais bonita da escola, eu nunca tive a possibilidade de me sentir uma pessoa, eu me sentia a cabelo de bombril, me chamavam de cabelo de bombril.”

Dialogando com Kilomba (2019), tal informação aparentemente privada não é, de modo algum, privada. Não são histórias pessoais ou declarações íntimas, mas sim relatos de racismo. Tais experiências revelam as complexas dinâmicas entre raça, gênero e poder, e como a suposição de um mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas não pode explicar o poder da mulher branca sobre mulheres e homens negros.

2.4.3 Terceiro diálogo

“Meu nariz é chato, minha boca é... eu sou bocuda, eu sou beijuda, eu sou negra bunduda, morria de vergonha, que bunda grande... hoje tudo que se quer é ter bunda grande, bunda e teta grande, tudo que as mulheres querem, mas eu me achava inadequada.”

Dialogando com Kilomba (2019), originalmente a palavra negro deriva da palavra latina para cor preta: niger. Porém, no final do século XVIII, a palavra negro já havia se tornado um termo pejorativo, usado estrategicamente como forma de insulto para implementar sentimento de perda, inferioridade e submissão diante de pessoas brancas (Kennedy,2002).

Neste sentido, quando a palavra negro é proferida, a pessoa que o faz não se refere somente à cor da pele negra, mas também à cadeia de termos associados à palavra em si: primitividade, animalidade, ignorância, preguiça, sujeira, caos. Essa cadeia de equivalências define o racismo.

2.4.4 Quarto diálogo

“Meu cabelo é de bombril mesmo, então vou lá com ferro quente pro meu cabelo deixar de ser bombril, então tu vais lá do lado do fogão e passa uma chapinha no teu cabelo e agora tu tens um cabelo que não é de bombril.”

Dialogando com Kilomba (2019), negros e negras foram pressionados(as) a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. Neste contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanos e africanas na diáspora.

2.4.5 Quinto diálogo

“Então o padre queria que eu coordenasse o grupo de jovens, eu não ia, eu me escondia, eu me escondia embaixo das cobertas. O que minha psicóloga um dia disse ‘tu tens um grande receio de ser vista, porque se tu for tu vais ser vista, todo mundo vai ver, vai te olhar, todo mundo vai te ver e tu não quer, tu queres ficar sempre atrás’. Isso foi uma coisa que se construiu na minha identidade, na minha vida, ao longo do tempo.”

Dialogando com Kilomba (2019, p. 41), que no capítulo primeiro levanta muitas questões: “por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada(o)? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse a boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir?”. Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a(o) colonizadora(or), será uma fala difícil de ouvir. Será forçada(o) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da(o) outra(o).

Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas em segredo. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

Os diálogos que mantivemos entre as entrevistadas e Grada Kilomba deixam explícito o racismo diário que acontece de forma atemporal. Kilomba (2019) descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada.

3 ENTRELAÇANDO CLASSE, GÊNERO E RAÇA: "SER MULHER É DIFÍCIL. NEGRA, AINDA MUITO MAIS. MAS, SE VOCÊ PARAR PORQUE É NEGRA E É MULHER, NÃO CHEGA A LUGAR NENHUM"²⁰

De acordo com o Atlas da violência de 2020, 4.519 mulheres foram assassinadas em 2018. 68% delas eram negras. Entre 2008 e 2018, os homicídios de mulheres negras aumentou 12,4%.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), foram registrados 1.350 casos de feminicídios no Brasil em 2020, um crescimento de 0,7% com relação à 2019. Desse total, 74,7% das vítimas tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% das mulheres eram negras e 81,5% foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros.

A dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial são dois dados chocantes da situação das mulheres trabalhadoras no Brasil. Há uma triste constatação: a precarização, a terceirização, o trabalho informal e o desemprego têm rosto de mulher e, em sua maioria, o rosto das mulheres negras.

Para Saffioti (2013), a questão da mulher não é algo isolado da sociedade, e superar a opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo. O capitalismo pode até se revelar maleável e mesmo permitir e estimular mudanças, mas isso não significa que ele ofereça plenas possibilidades de integração social feminina, já que as características naturais (como sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes.

Saffioti (2013) defende a importância de analisar estas contradições existentes na sociedade capitalista como enoveladas ou enlaçadas em um nó. A autora, desde a década de 1980, busca estabelecer a imbricação de gênero, raça e classe em seus estudos, em diálogo com as feministas materialistas francesas.

Assim, a metáfora do "nó" é uma alegoria para a compreensão da consubstancialidade, a partir da realidade brasileira. Já em 1987, em "O poder do macho", menciona o termo "simbiose" para se referir à relação entre diferentes formas de opressão e exploração. Nesta obra, a autora afirma que na ordem

²⁰ Fala de Elsa Soares no seu último show em Porto Alegre, em 2018.

patriarcal de gênero o homem branco encontra vantagens, potencializadas caso ele seja rico e heterossexual, “o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2013, p. 31).

Na obra, “A mulher na sociedade de classes” (2013), a autora aponta que a sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais.

Hirata (2002) traz a ideia de que um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de gênero, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de gênero, ou nas relações de raça e de gênero, por exemplo, podem ser dissimétricas.

A autora aponta que o desenvolvimento das pesquisas feministas na França, o contato com as ideias vindas do outro lado do Atlântico, as interpelações das feministas negras em países onde a opressão racial foi objeto de análise bem antes da França, como é o caso do Brasil, certamente contribuíram para uma sensibilização crescente quanto às relações de poder ligadas à dimensão racial e às práticas racistas. A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política.

Collins (2019) traz que a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, um conceito analítico de “projeto de conhecimento” e um instrumento de luta política, no combate às opressões múltiplas e imbricadas, com vistas à emancipação. É nesse sentido que esse autor considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social.

Os conceitos desenvolvidos em *Black Feminist Thought* organizam-se a partir dos históricos e trajetórias das mulheres negras afro-americanas. O referencial bibliográfico também fala bastante alto sobre o rigor metodológico com que Hill Collins (2019) construiu a obra, utilizando-se de conceitos de intelectuais do pensamento filosófico ocidental clássico para explodir a potência e a relevância do pensamento intelectual feminista negro.

Especialmente porque as epistemologias feministas negras carregam a possibilidade de reflexão comprometida acerca da maneira com que as ações coletivas e individuais podem se constituir enquanto ferramentas de subordinação de outros. Conforme escreve a própria Hill Collins (2019, p. 425):

[...] feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz. Afro-americanos que têm análises eloquentes sobre o racismo, frequentemente persistem em ver mulheres brancas pobres como símbolo do poder branco. A esquerda radical não se sai muito melhor. 'Se ao menos pessoas negras e mulheres pudessem ver seus verdadeiros interesses de classe, argumentam, 'a solidariedade de classe poderia eliminar o racismo e o machismo'. Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes.

Repensar raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias como ferramentas de análise social sempre foi a grande tarefa acadêmica e ativista da autora. Para ela, uma das dimensões da opressão de mulheres negras é a forma específica com que o trabalho dessas mulheres será historicamente explorado para a construção e manutenção do capitalismo. Essa percepção nos auxilia a compreender por que o pensamento de mulheres negras ainda é tão subvalorizado pelas lógicas acadêmicas, uma vez que não está articulado nas lógicas padronizadas da academia branca.

O custo para a manutenção da própria vida, sem sucumbir às violências vivenciadas a partir do trabalho, é alto e, conseqüentemente, afasta as mulheres negras de lugares de privilégio social, como as instituições de ensino superior.

O pensamento feminista negro, portanto, é resultado da própria experiência de sobrevivência das mulheres negras e não de observações externas, apartadas e supostamente neutras. O pensamento feminista negro não é uma novidade. Embora sua visibilidade tenha aumentado nas últimas décadas, o feminismo negro não se constituiu de forma responsiva ao feminismo branco e, tampouco, é um mero desdobramento dele.

Feministas negras existem desde os primórdios do feminismo, o que nem sempre houve foi o reconhecimento destas enquanto feministas devido ao racismo e às dinâmicas oriundas dele, como os processos de silenciamento e ocultação dos negros e negras de momentos históricos relevantes e decisivos para a sociedade contemporânea.

O pioneirismo de mulheres negras dos séculos XVIII e XIX também pode ser considerado como gênese do pensamento feminista negro. Já nesse período compreendiam que a condição de mulheres negras lhes colocava em uma posição social distinta, influenciada por marcadores que, articulados conjuntamente, produzem opressões específicas.

Dessa forma, os esforços e iniciativas das mulheres que desafiaram os padrões hegemônicos não podem ser ocultados da construção social do pensamento feminista negro ainda que, naquele momento, não houvesse uma definição das práticas e políticas executadas por estas mulheres enquanto feminismo.

Considero que o pioneirismo por si só não se constitui enquanto uma característica para localizar as precursoras do pensamento feminista negro, sendo um critério importante, mas não central. O que é central para pensar os primórdios do pensamento feminista negro, a partir da análise desenvolvida por Collins (2019), é compreender esse pioneirismo como uma política transgressora em que estas pioneiras estão utilizando estratégias que desafiem o status quo, pois há pioneirismos que servem apenas como uma forma de reforçar os padrões dominantes e as lógicas de subordinação aplicadas pelos grupos hegemônicos aos que são desfavorecidos socialmente.

É reconhecido que não é incomum que grupos oprimidos sejam estimulados a ocupar determinados lugares de forma controlada, sendo aceitos em espaços nos quais comumente pessoas desses grupos não são autorizadas a estar. A falsa sensação de representatividade faz com que as pessoas que jamais são ouvidas aparentem ter suas falas respeitadas quando, na verdade, só estão ocupando esses espaços porque estão enquadradas em uma linguagem familiar e confortável para os grupos dominantes.

A obra de Collins (2019) propõe um rompimento com essa lógica desde suas primeiras páginas. Ao colocar como sua experiência enquanto a única mulher negra ou como uma das poucas mulheres negras nos espaços educacionais e de trabalho sempre foi um motivo de desconforto para ela, a autora nos desafia a pensar a quem serve esse tipo de representatividade que se baseia na consolidação de uma única voz como representação da multiplicidade de mulheres negras.

Collins (2019) nos convida a pensar sobre como ser a única mulher negra tem um significado que não está inscrito apenas em nosso mérito e na reverberação das

nossas conquistas individuais, mas sim em uma lógica que silencia e controla o conjunto de mulheres negras. Se eu sou a única mulher negra a figurar em um espaço absolutamente branco, isso não significa que eu esteja ocupando esse espaço por representar a comunidade negra. Talvez o esteja ocupando para atender a uma necessidade das novas dinâmicas do racismo, as quais mercantilizam o próprio ativismo de mulheres negras, se estas não estão atentas às armadilhas que uma representatividade monolítica apresenta.

O esvaziamento de práticas políticas históricas de mulheres negras é decorrente de uma lógica de promoção pessoal e individualista; faz parte da apropriação dos conceitos formulados pelos movimentos sociais vocalizados pelas coletividades de mulheres negras. Nesse sentido, o pensamento negro feminista deve estar atento às abstrações que podem ser produzidas a partir da forma, dos conceitos oriundos da experiência e da luta das mulheres negras feministas. Às vezes, ao serem absorvidos pela mídia, pela academia e pelas instituições, é negligenciado o que as interações específicas das opressões significam na materialidade social.

As respostas articuladas por mulheres negras e por grupos historicamente subordinados auxiliam na compreensão da natureza da dominação política e visibilizam as formas com que as políticas transversais podem ser construídas. A tradição intelectual e política do pensamento feminista negro provoca questões relevantes sobre a natureza da solidariedade política. O histórico do pensamento de mulheres negras sugere que as respostas à violência racial foram além da solidariedade racial, centrada exclusivamente em resistir ao racismo.

O que se observa é que há uma agenda feminista negra muito anterior ao *boom* midiático que o feminismo negro alcançou recentemente e essa agenda está alicerçada em construções coletivas de emancipação da comunidade negra e não em possibilidades de ganhos individuais midiáticos.

As múltiplas maneiras com que as diferentes experiências entre mulheres escravizadas moldaram suas formas de resistência numa perspectiva múltipla é uma característica que atravessou os tempos e auxiliou na construção das estratégias políticas do movimento negro. O sistema de ganho, por exemplo, é um fator que implicou na presença das mulheres negras no âmbito público em um momento histórico no qual as mulheres brancas eram proibidas de trabalhar.

Dessa forma, a emancipação que as mulheres brancas buscavam através do trabalho não contemplava a agenda política das mulheres negras, pois, para essas mulheres, o trabalho fazia parte de seus cotidianos como uma forma de violência, dominação e controle. Ou seja, a percepção do trabalho como uma ferramenta de exploração é uma experiência anterior para mulheres negras.

A compreensão da dinâmica do trabalho como uma forma de opressão e controle, portanto, surge para essas mulheres antes mesmo da consolidação do capitalismo. Deveriam, então, ser a vanguarda revolucionária, uma vez que suas históricas experiências de resistência às violências do trabalho lhes possibilitam uma compreensão mais aprofundada de suas dinâmicas.

Segundo Collins (2019), os diferentes sistemas de dominação apresentam a própria malha de poder, o que irá criar implicações distintivas em cada contexto social. Por exemplo, o sistema escravocrata no Brasil e nos Estados Unidos apresentou características que, analisadas numa perspectiva global, mostram contornos semelhantes.

Contudo, ainda assim, não é possível meramente entender esses dois contextos de forma igualitária, como se os impactos produzidos na vida social dos sujeitos localizados em cada um desses países fossem idênticos, apesar de estruturalmente semelhantes.

O histórico de violências sexuais impingidas às mulheres negras e indígenas na história das Américas é uma característica compartilhada em todos os contextos pátrios. Contudo, no contexto brasileiro, a violência sexual que essas mulheres sofreram durante o período colonial transformou-se em romance e mito, criando uma dinâmica específica das relações sociais no Brasil.

A miscigenação, fruto desse histórico de violências, ainda hoje é celebrada e alicerça o mito da democracia racial. Não obstante, é esse sistema de dominação que organiza as hierarquias de raça e gênero no país. A miscigenação, portanto, enquanto celebração de todas as raças, cunhada de forma romântica e ufanista, é parte da matriz de dominação brasileira.

O conceito de matriz de dominação diz respeito à forma com que as opressões se desenvolvem, assim também à maneira com que se articulam mutuamente a partir de uma organização social, que fortalece os sistemas de dominação e que estruturam o poder hegemônico. Nesse sentido, as instituições terão um papel central, pois são elas que regulam a forma como as opressões serão

organizadas para controlar os grupos subordinados em determinado momento histórico.

Essa é uma das razões pela qual o fim da escravização de pessoas negras não significou a autonomia e a emancipação plena da população. A abolição da escravidão não significou o fim da dominação racial, significou apenas que um sistema de dominação foi substituído por outro, exigindo, portanto, uma mudança nos padrões de opressão para que a subordinação dos negros permaneça agora sob outra forma.

No final da década de 1970, Danièle Kergoat (1978) começou a trabalhar com a categoria consubstancialidade para se referir à articulação entre sexo e classe social. Muitas outras, conhecidas como feministas materialistas, seguiram o mesmo caminho, escolhendo o marxismo como principal interlocutor teórico, produzindo uma teoria que é, ao mesmo tempo, feminista e materialista.

Os estudos das feministas marxistas versam sobre a imbricação entre gênero e trabalho, entendendo que a divisão sexual do trabalho é a base material na qual as desigualdades entre mulheres e homens se constrói. Assim, busca-se compreender como as múltiplas desigualdades se reproduzem tanto nas relações sociais de classe quanto nas relações sociais de gênero.

Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. As pesquisas no campo da sociologia do trabalho e do gênero, tanto na França quanto no Brasil, têm demonstrado o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.

Já há uns 40 anos, ou seja, desde a década de 80 do século XX, o gênero é uma categoria que foi introduzida dentro da sociologia do trabalho. Ela, entretanto, aparece e desaparece. Se você está presente e você insiste na questão do gênero, ela aparece. Mas se as pessoas que estão preocupadas com a questão do trabalho e gênero não estão presentes, os outros agem como se esta questão não existisse e volta de novo à sociologia do trabalho cega à questão do gênero.

Houve uma época em que gênero e trabalho eram bem associados, eram trabalhados conjuntamente: os anos de 1970, 1980 e 1990. Na atualidade, todavia, há um desenvolvimento de pesquisas sobre gênero que não contemplam o trabalho.

De uma certa forma, essas categorias dão uma nova atualidade para esta questão da centralidade do trabalho.

A consubstancialidade é uma interdependência das relações sociais e das relações de poder entre classes sociais, relações étnico-raciais, relações de homens e mulheres, relações de gênero. Pelo menos, estas três dimensões impingidas (classe, gênero e raça) são os três aspectos, sobretudo via classes sociais, que se revelam no trabalho.

Qual é a relação com o trabalho destas diferentes classes, destes diferentes gêneros, destas diferentes raças? O trabalho é visto diferentemente, vivido diferentemente pelos negros e negras, ou brancos, ou pelas diferentes classes, por homens e mulheres. Então o trabalho volta de novo a ser uma categoria central.

Ângela Araújo, nos Cadernos Pagu, em 2002, faz uma espécie de estudo da arte das pesquisas sobre trabalho e gênero no Brasil. Se fizermos o mesmo tipo de levantamento hoje, não sei se há tantos trabalhos assim sobre a questão de gênero e trabalho, quer dizer, as muitas pesquisas sobre gênero não são diretamente sobre trabalho. Temos uma importante contribuição da Davis (2016), que se converteu em referência obrigatória para se pensar a dinâmica da exclusão capitalista, tomando como nexos prioritários o racismo e o sexismo.

3.1 RESISTÊNCIA E LUTA, SUBSTANTIVOS FEMININOS

O patriarcado, o colonialismo, o racismo e o sexismo são irmãos gêmeos do capitalismo e constituíram formas de dominação que caracterizaram o período de escravização e que, no que pese apresentarem dinâmicas diferentes em cada contexto histórico nacional, influenciaram a formação dos aspectos da vida social, que irá criar implicações distintivas em cada contexto social.

A luta por emancipação das mulheres faz parte da luta geral por emancipação de toda a sociedade, porém, adquire seus contornos próprios no Brasil, considerando o longo e criminoso processo de colonização tendo por base o sistema escravista e o patriarcado.

Embora o povo brasileiro tenha lutado e segue lutando pela construção de uma nação livre, soberana, desenvolvida e justa, estamos distantes disso. Enfrentamos em nossa história a ação de uma elite perversa, entreguista, antinacional, racista e misógina. Neste sentido, as mulheres têm tido papel

estratégico nas batalhas gerais por emancipação e nas lutas contra as profundas desigualdades de gênero, raça e classe que conformam o Brasil.

Nas palavras de Ângela Guimarães, que é presidenta nacional da UNEGRO²¹, a luta de classes no Brasil sempre teve nas mulheres o protagonismo, seja na resistência dos quilombos e rebeliões negras, com Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, líder do Quilombo do Quariterê, e Luiza Mahin, da Revolta dos Malês; seja nas lutas por Independência, onde se destacam a freira Joana Angélica, a combativa Maria Quitéria, que se infiltrou no Exército como o Soldado Medeiros, a pescadora Maria Felipa de Oliveira, que expulsou as tropas portuguesas da Ilha de Itaparica, na heroica Guerrilha do Araguaia, na resistência à Ditadura Militar de 1964-1985.

Ou seja, atuamos na luta pela redemocratização, nas greves, nas lutas contra a legislação machista, contra o racismo e o patriarcado, na organização dos movimentos populares históricos e contemporâneos e mesmo na resistência silenciosa e cotidiana das mulheres negras e periféricas, chefas das famílias em situação de pobreza para criar, educar e orientar seus filhos(as). Seguimos contestando a exploração capitalista, denunciando a violência machista e racista presente na sociedade brasileira.

Considerando o fortalecimento da resistência como um aspecto central para a luta pela emancipação humana, segundo Tonet (2005, p.106):

A emancipação humana não é um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade. É na forma do trabalho associado que se construirá uma forma de sociabilidade plenamente livre, onde a auto edificação humana encontrará diante de si um horizonte ilimitado.

Assim, nessa perspectiva, ou seja, de evidenciar a resistência e luta das mulheres negras, buscamos compreender as histórias singulares e lutas de enfrentamento ao racismo vividas pelas trabalhadoras negras servidoras públicas da cidade de Porto Alegre.

Apresenta-se nas falas, abaixo, das nossas entrevistas com os seus respectivos codinomes, momentos e marcas de suas histórias que dizem respeito às primeiras aproximações, às formas de organização e resistência contra o racismo estrutural na sociedade. E lá vem elas falando sobre suas histórias nas lutas sociais!

²¹ União de Negros e Negras pela Igualdade.

3.1.1 Princesa Aqualtune

“Chego na minha adolescência, vou para o Júlio de Castilhos e lá eu me deparo com o movimento estudantil e entro num partido de esquerda. Mas eu estou entrando num partido para discutir a questão de classe, a questão dos(as) trabalhadores(as), a questão da revolução. Mas não me dou conta muito que eu sou a única, muitas vezes, a única negra naquele ambiente, e vamos fazendo a luta.

Conheço uma mulher militante do movimento negro, que foi quem trouxe o 25 de julho²², a primeira discussão do 25 de julho para Porto Alegre. Também nesse período eu coordeno um curso articulado junto com a Universidade de Moçambique, nós conseguimos trazer o reitor da Universidade de Moçambique para UFRGS e assim abriu um curso sobre a Lei 10.639 junto com a Universidade. E estávamos nessa efervescência, porque estávamos em um governo de esquerda. Também fizemos articulação com a ONG Crioula e com Geledés.”

3.1.2 Bell Hooks

“Eu fui encontrando meus espaços, fui cavando, cavando, cavando. Na minha adolescência tinha as festas Black na Azenha, mas nós não frequentávamos muito esses espaços, a maioria dos nossos colegas eram brancos. Muito cedo eu me dei conta e aí entra a questão bem da estética, beleza né, que eu teria que fazer muito mais, eu teria que estudar, eu teria que me sobrepôr a esse racismo, que era velado, algumas vezes, outras vezes mais explícito, as coisas das piadas, tudo.

Entrei na universidade em 1991, fui fazer história. Eu saí da graduação num semestre e no outro semestre eu entrei no mestrado. E aí no mestrado a barra foi mais pesada ainda, passei com bolsa e era a única negra, fazendo mestrado, isso em 1995.

O meu orientador era podre de racista. Às vezes, quando a gente ia conversar sempre tinha aquela coisa de contar a mesma história de brigadiano que era negro, que morava na cidade e ele ficava muito impressionado com o cabelo do brigadiano e eu ficava, ‘meu deus, porque esse homem tá me contando isso’, mas está, deixava passar.

²² Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Na minha defesa ele dormiu, ele só acordou no final, quando a professora literalmente disse, 'acorda fulano, nós temos que fechar a nota'. Eu fiquei traumatizada, fiquei literalmente traumatizada, passei, fui aprovada, mas foi um momento muito pesado, tanto é que eu demorei muitos anos para voltar, porque literalmente eu tinha medo, eu tinha medo de encontrar a pessoa de novo."

3.1.3 Rosa Parks

"A gente circulava muito nos espaços que tinham pessoas negras, a gente circulava no Floresta, quando tinha as festas Black, circulava no metalúrgico. Eram lugares que tinham bastante pessoas negras, ali a gente se sentia representada.

Teve um período que saiu uma notinha no jornal, no Correio do Povo, e assistimos uma apresentação do Grupo Semba, que era o grupo do professor Oliveira Silveira, hoje já falecido.

Fomos nessa apresentação, foi lá no Teatro de Câmera, ali na República, a gente se viu apaixonada na apresentação daquele grupo, as músicas, as danças, e aí esperamos terminar a apresentação, fomos lá saber como é que a gente fazia para participar do grupo.

E começamos, eu e minhas irmãs, entramos no movimento negro e conhecemos um pouco mais essas questões do negro, porque foi pelo lado da cultura, aproveitando a parte da dança que a gente já tinha do ballet, então contribuimos muito nesse grupo naquele período, na organização das danças, a gente tinha muita facilidade nesse sentido. Neste grupo aprendemos um pouco sobre as questões étnico-raciais das coisas que a gente tinha que enfrentar, do 20 de novembro, que o professor Oliveira então era um dos idealizadores junto com o Grupo Palmares."

3.1.4 Elza Soares

"No final dos anos 1990 eu fiz um curso ligado à Unisinos, um curso de extensão vinculado ao CECUNE, o Centro Ecumênico de Cultura Negra, que se chamava Universidade Livre, que era para criar lideranças negras, e durante esse período eu fui regente do coral do CECUNE um tempo, cantei depois de regente.

Também fiz um curso que tinha uma disciplina que era Literatura Negra e nessa disciplina eu conheci escritores que eu nunca tinha ouvido falar: Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, o Cuti, Solano Trindade.

Na época, a gente estudou os cânones que nem sabia que eram negros, então nesse momento começou a surgir a literatura negra brasileira para mim, eu comecei a escrever com essa ênfase. E depois, em 2012, comecei a frequentar o Sarau Sopapo Poético e ali novamente surgiu a tendência dessa poesia e não só a tendência da poesia, mas de um posicionamento político. E esse posicionamento político foi tanto para escrita quanto foi para o profissional. Então, fizemos um trabalho já de base com relação a isso e entrando para a Associação Negra de Cultura surgiu um leque ainda maior na cultura para trabalhar em cima disso.

Dentro disso, várias entidades foram me convidando para fazer parte, hoje eu faço parte da Associação Gaúcha de Escritores, eu sou do Mulherio das Letras, eu sou do Partenon Literário, eu faço parte de várias academias e sempre eu pontuo essa questão antirracista.”

3.1.5 Lélia Gonzales

“Eu me formei em Pelotas e vim morar em Porto Alegre, não conhecia ninguém aqui e acabei me aproximando do povo da capoeira, quando vi a capoeira pela primeira vez eu fiquei encantada. Mas eu conheci em Santa Maria, era capoeira regional, achei bacana, mas quando eu vim para Porto Alegre eu conheci a capoeira angola e entrei no grupo, fiz capoeira por muitos anos e a partir daí é que eu comecei de uma maneira muito afirmativa a me reconhecer como negra, a conhecer toda a história de luta dos escravizados e a conhecer toda a resistência do povo negro.

Então a partir daí eu fui me reconhecendo, e me tornando uma mulher negra, a partir dessa conscientização. Fiz Psicologia, me formei em Pelotas e vim para Porto Alegre e em Porto Alegre participei de alguns trabalhos em organizações.

Fiz um trabalho com adolescentes e com as famílias, na Maria Mulher tinha convênio com a Prefeitura. Então, a partir daí eu passo a desenvolver esse trabalho e aprendi muito, essa coletividade de mulheres, ela era muito forte.

Um outro trabalho também que foi bem importante foi no CECUNE, o CECUNE é um Centro de Cultura Negra e ele era mais voltado para a área da arte.

E eu e uma outra colega, a gente propôs assim, “olha, mas quem sabe então a gente faz algum trabalho social, que era algo que eles já queriam. Realizamos um projeto com mulheres da periferia, fazíamos grupos com mulheres negras da periferia, trabalhando a sua identidade, trabalhando todo o histórico da mulher negra, a imagem da mulher negra. “

3.1.6 Rainha Nzinga

“Na verdade, assim, não entrei pra nenhum grupo com relação à luta antirracista, estou lendo mais, estou procurando me informar mais, até porque eu também tenho que desconstruir várias coisas, dentro de mim, na verdade, a minha luta foi muito individual, eu passei por situações e me coloquei, depois de uma certa idade, porque até então eu me reprimi, e opa, só um pouquinho, quando tu te dá conta, quando cai a ficha que tu tem que reagir, mas ainda é uma luta muito individual, acho que cada um acaba reagindo, muito sozinho assim, em algumas situações.”

As histórias singulares que vimos acima demonstram que a inserção social nos espaços coletivos e na forma de luta individual foram representando a tomada de consciência e se tornando maneiras de organização e resistência contra o racismo estrutural na sociedade.

E foi uma caminhada sem volta, mas ao mesmo tempo os caminhos são muito duros, pedregosos, cruéis, de muita resistência e luta cotidiana, já que o racismo estrutural é uma chaga social que mesmo havendo alguns avanços em políticas públicas graças à luta do movimento negro, está muito distante de ser erradicado.

O capitalismo e o racismo andam de mãos dadas, já que no modo de produção capitalista as relações de poder e as necessidades específicas das relações de produção no Brasil são estruturadas pelo racismo, que enquanto ideologia justificadora de explorações estruturou o capitalismo no Brasil.

O Estado, suas políticas e instituições, criam sujeitos racistas e dão condições para a manutenção e continuidade do sistema de exploração da mão de obra da classe trabalhadora e dos privilégios do grupo identificado socialmente como branco.

A população negra, e principalmente as mulheres, vem sofrendo ao longo do tempo inúmeras violências no capitalismo. Tais violências são características do

genocídio da população negra, ficam explícitas no alto índice de desemprego, terceirização e baixos salários das mulheres negras, também ficam nítidas na pouca representação das mulheres negras na política, nos cargos de chefia, enfim, estas barbáries se concretizam como uma política do Estado burguês brasileiro. No percurso das mulheres negras participantes dessa pesquisa, até os dias atuais novas lutas e formas de resistência foram constituindo a suas trajetórias, e é sobre estas questões que as Margaridas Africanas falarão agora.

3.2 ENFRENTANDO O RACISMO NO TRABALHO E NA MILITÂNCIA: “JÁ ARREBENTEI AS MINHAS CORRENTES. E NÃO TEM MAIS VOLTA. ABRE O OLHO, CAPITÃO DO MATO. EU NÃO ESTOU SOZINHA. E OS MEUS PASSOS VIERAM DE LONGE”²³

Ao ouvir as trajetórias das trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre, consideramos importante destacar que a oralidade é uma herança direta da cultura africana. A expressão oral é uma força comunicativa a ser potencializada; jamais como negação da escrita, mas como afirmação de independência.

A oralidade está associada ao corpo. É através da voz, da memória e da música, por exemplo, que o povo negro se comunica e se identifica. Por isso, considera-se a oralidade como um valor civilizatório Afro-brasileiro.

Griôs são contadores(as) de histórias fundamentais para a permanência da humanidade: são como um acervo vivo de um povo. Carregam nos seus corpos lendas, feitos, canções e lições de vida de uma população, envoltos numa magia própria, específica dos que encantam com o corpo e com sua oralidade (SABERES; FAZERES, 2006, p. 36).

A professora Azoilda Loretto da Trindade, uma das coordenadoras do Projeto A Cor da Cultura, afirma que:

Ao destacarmos a expressão “valores civilizatórios afro-brasileiros”, temos a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. (TRINDADE, 2000, p. 30).

²³ Fragmento do poema da poetiza negra Lilian Rocha.

Valores inscritos na nossa memória, no modo de ser, na música, na literatura, na ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na pele, no coração. A África e seus/suas descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios. Esses princípios e normas corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem em valores afro-brasileiros.

Assim o método de pesquisa é sempre uma opção política. No caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre as interlocutoras, fundado na confiança mútua, envolto de dimensão política, como “história viva, lembranças de lutas, processos em andamento” (PORTELLI, 1997).

Criamos a igualdade explorando a diferença, interagindo de forma autêntica, deixando livre espaço para que as sujeitas também fizessem perguntas. Para as sujeitas, tal escuta é também de fundamental importância, pois, ao narrar, elas reconstróem suas histórias, conseguem vê-las como totalidade e estabelecer nexos até então inalcançáveis. Podemos dizer que, de alguma forma, conseguem apropriar-se de suas histórias e atribuir-lhes novos significados.

Assim, nessa direção, a história coletiva das mulheres negras sujeitas dessa pesquisa se conecta no passado, no presente e nas perspectivas de futuro, mesmo tendo realidades históricas diversas, pois o racismo se mantém muito enraizado, entrelaçado com o capitalismo e com as mazelas sociais atuais da sociedade brasileira.

Vivemos um período obscuro, onde o negacionismo e a necropolítica dão o tom do projeto nefasto de Bolsonaro. O presidente genocida corta recursos públicos para áreas como saúde e educação, aposta na venda do patrimônio público, ataca os direitos da classe trabalhadora, fomenta sabotagens e retarda o processo de vacinação.

O atual presidente atenta contra a saúde e a vida dos brasileiros e brasileiras, aposta no caos, está de costas para as mulheres e homens do nosso país. Somos aquelas que choram as mais 660 mil mortes porque nossas filhas, netas, irmãs, companheiras, companheiros, parentes, amigas e amigos estão tombando todos os dias sem ter chance de sobreviver a esta crise sanitária.

Somos aquelas que sofrem, gritam, lutam, matam um leão por dia porque nossos(as) filhos(as), jovens negros(as) das periferias estão na mira da “bala

perdida” de um Estado repressor e racista. Nossos(as) filhos(as) são assassinados(as) pela cor de sua pele, sempre acusados(as), desde a escravatura.

É muito importante destacarmos que o Estado, o capitalismo e o racismo estão estruturalmente relacionados. As formas sociais de mercado, propriedade privada, dinheiro, finanças, liberdade e igualdade são moldadas para garantir o controle da sociedade nas mãos do grupo dominante. A sociedade capitalista aprofunda as desigualdades sociais, a divisão social e sexual do trabalho, o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a alienação, a opressão de uma classe sobre a outra.

Os valores dessa sociedade são a mercadoria, o lucro e o trabalho até o esgotamento físico, gerando mulheres e homens infelizes e oprimidos(as). O tipo de relação estabelecida na produção define se é uma atividade livre, que possibilita a autoconstrução humana, ou se é alienada e escraviza as mulher e homens.

Segundo lamamoto (2012), a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.

Para a autora, a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Destaca que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Partindo do princípio da relação entre capital e trabalho, na qual a questão social e suas manifestações têm origem, Castel (2005) afirma que a condição do trabalho é metamorfoseada em assalariamento e que a condição de assalariado, ocupada por muitos trabalhadores(as), está vinculada à maior parte das proteções contra os riscos sociais. No entanto, mesmo inseridos no mercado de trabalho, muitos(as) desses trabalhadores(as) permanecem em uma condição de vulnerabilidade.

Portanto, as políticas sociais associadas ao Estado não promovem e nem emancipam as pessoas em situação desigual, pelo contrário, funcionam para manter as desigualdades e perpetuar a dominação dos grupos do poder. Buscamos compreender o racismo estrutural e as lutas sociais vividas pelas trabalhadoras negras servidoras públicas da cidade de Porto Alegre, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra o racismo institucional no serviço público municipal. Considerando o fortalecimento da resistência como um aspecto central para a luta pela emancipação humana.

A emancipação humana não é um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade. É na forma do trabalho associado que se construirá uma forma de sociabilidade plenamente livre, onde a auto edificação humana encontrará diante de si um horizonte ilimitado. (TONET, 2005, p. 106).

Marx (1983) faz a distinção entre emancipação política e emancipação humana; no limite da primeira, como resultado das contradições capitalistas, a conquista da autêntica emancipação somente acontecerá com a superação dessas contradições. Destaca que a cidadania (emancipação política), é apenas uma mediadora no processo emancipatório.

Portanto, emancipação humana é a superação do trabalho alienado engendrado pela sociedade de classes. Como se trata de uma totalidade social, a emancipação não pode ser apenas econômica ou política, precisa ser total, enfim, a emancipação humana é uma necessidade tão nítida nesses tempos de domínio global do capital, domínio gerenciado pelo Estado.

Não se pode confundir, por esse motivo, a emancipação política burguesa, meramente formal, com aquela emancipação (plena) que implica na emancipação do capital. O objetivo da emancipação humana não pode ser somente um compromisso subjetivo, um desejo ou um sonho utópico. Com efeito, precisa ser resultante de uma crítica radical da sociedade e da natureza, incluindo nessa crítica as tentativas de emancipação já vividas no processo histórico.

Chega-se ao momento de adentrar nas narrativas das lutas mais recentes dessas mulheres negras servidoras públicas, seu papel na resistência e na luta antirracista, e os sentidos e significados a essa luta que se faz cotidianamente e de maneira individual e coletiva.

A forma de exposição dessas narrativas será dando destaque a uma sequência de falas que demonstram os diferentes lugares e espaços que as trabalhadoras negras do serviço público de Porto Alegre vêm construindo e ocupando nas suas trajetórias.

E mais uma vez, “abram alas que as Margaridas Africanas vão passar!”

3.2.1 Lélia Gonzales

“Desde que eu me dei conta da minha negritude, eu me considero uma militante feminista e da luta antirracista, independente de fazer parte de alguma organização. Eu faço parte de um coletivo de mulheres que antes do governo Bolsonaro organizou o 8 de março unificado, e a gente foi para as vilas, a gente bateu de porta em porta, para conversar, sobre o que é direita, o que é esquerda, saber o que o Bolsonaro pensa sobre as mulheres.

Criamos um coletivo, o grupo que funciona quando chega alguma situação de violência contra mulheres. Somos mulheres advogadas, empresárias, servidoras públicas, tem outra que está lá no coletivo feminista, somos mulheres de variados locais, uma está lá na Defensoria Pública, e cada uma ajuda a partir da experiência na sua área.

Mas a luta antirracista eu entendo que ela se faz no dia a dia, eu sempre trago essas discussões para os grupos, a gente tem a proposta agora de fazer um planejamento, porque estamos começando os grupos, então eu trago essa proposta de trazer a educação antirracista para trabalhar com as pessoas, com usuárias(os), eu acho fundamental.”

3.2.2 Elza Soares

“Várias entidades foram me convidando para fazer parte, então hoje eu faço parte da Associação Gaúcha de Escritores(as), eu sou do Mulherio das Letras, eu sou do Partenon Literário, eu faço parte de várias academias e sempre pontuo a questão antirracista. Faço parte da Associação Nacional de Facilitadores de Biodança, então eles sempre me chamam para fazer palestras, para criar essa cultura antirracista já que os facilitadores se dizem tão ligados à vida, tão amorosos, tão afetuosos, como é que eles lidam com essas questões.

E ao mesmo tempo, essa questão da poesia, ela foi, porque eu acho que a gente tem que estar em todos os lugares, porque algumas pessoas negras têm medo de entrar em uma casa de cultura, num Teatro São Pedro. Temos que estar nestes lugares exatamente para mostrar que existe a cultura negra, que existe uma história que nunca foi contada e nem escrita como realmente deveria ser, porque nunca foi escrita por nós, faz pouco tempo começou a ser escrita por nós.”

3.2.3 Rosa Parks

“Com a minha chegada no CREAS fizemos vários trabalhos voltados para a questão racial, seja com os trabalhadores, com os usuários do serviço, nas comunidades que a gente atendeu, a gente discutia direto sobre as questões do racismo.

E eu participei também do curso de saúde da população negra, e aí começamos a fazer várias ações, do dia 25 de julho, do Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, depois a gente faz um 20 de novembro, dentro do espaço do CREAS, fora do espaço do CREAS, na comunidade.

Então eu comecei a levantar essa bandeira, para também trazer isso para o espaço institucional, apesar de que na FASC não tem essa questão instituída, fica mais por conta dos serviços, mesmo assim eu não deixava de fazer, de marcar essas datas, de fazer ações durante o ano.”

3.2.4 Bell Hooks

“Então eu acho que a experiência de uma das escolas da rede municipal de ensino que trabalhei em termos de educação antirracista para mim foi das melhores e a que mais deu resultado, pela semente que se tornou árvore que hoje tem galhos e a coisa cresceu e o pessoal que seguiu lá, continuou, botou no currículo da escola e eu me sinto assim sempre muito lisonjeada. Eu acho que dessa caminhada toda, o meu trabalho antirracista é na educação mesmo.”

3.2.5 Princesa Aqualtune

“Com as experiências na educação a gente estabeleceu relações e hoje temos um grupo grande de educação antirracista que tem 100 pessoas, tem os coletivos de educação antirracista daqui da rede e tem outras pessoas de outros lugares, de outras cidades também, que trabalham com educação antirracista.

Nesse meio tempo eu também fui eleita para o Sindicato, fui diretora geral do Sindicato por três anos, agora ainda estou diretora do Sindicato, diretora administrativa. Então além disso, ainda tem uma militância político-partidária. Então eu tenho essa militância política no Sindicato, no partido e tem essa relação e essa identidade com o pessoal da educação antirracista.

Essa minha militância me levou no ano passado a ser candidata a vereadora no coletivo de quatro mulheres negras, professoras, servidoras públicas, que tem relação com a educação antirracista, educação e as relações étnico-raciais.

De perspectiva, olha, eu espero que em 2022 a gente mude o rumo dessa história, nos cortaram, destruíram muito, praticamente algumas coisas têm que começar de novo. Mas eu acho que a gente constituiu aqui, pelo menos aqui em Porto Alegre, aqui na rede, um grupo que se identifica na questão antirracista e é um grupo de certa forma coeso, que tem uma identidade.”

A importância da educação antirracista aparece diversas vezes nas histórias de vida das Margaridas Africanas entrevistadas nesta dissertação. Portanto, consideramos de grande relevância trazeremos mais uma valorosa Margarida Africana que tem uma qualificada e relevante contribuição na área da educação, para destacarmos o quanto a educação antirracista faz diferença na vida de alunos(as) negros(as) e não negros(as) como uma potente ferramenta de construção da igualdade racial e combate ao racismo estrutural.

Trazemos agora para o diálogo a Prof.^a Dr.^a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva²⁴, na verdade Pós-Doutora, que é gaúcha de Porto Alegre e, ao mesmo tempo, um nome nacional com largo trânsito no exterior. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com licenciatura em português e francês, sua trajetória em educação é bonita e diversificada.

²⁴ SILVEIRA, Oliveira. **Perfil:** Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Negraldeia, 2007. Disponível em: http://negraldeia.blogspot.se/2007/01/perfil-petronilha-beatriz-gonalves-e_01.html. Acesso em: 25 abr. 2022.

Do magistério nas redes pública e particular, partiu para a busca de maior preparo, aprofundando a formação profissional. Fez especialização em administração e planejamento de sistemas de ensino pela Unesco em Paris, na França, o mestrado em planejamento da educação e o doutorado em ciências humanas na UFRGS, seguido do pós-doutorado em teoria da educação na África do Sul. Não são apenas títulos, consubstanciam-se em trabalho produtivo e relevante.

Da docência e coordenação pedagógica no ensino médio em escolas como Godói e Sévigné ou cargos técnicos na Secretaria de Educação do RS, Conselho Estadual de Educação do RS e atividades ligadas à PUCRS, ela foi chamada para a UFSCar, em São Carlos-SP. Dali, foi irradiando suas potencialidades em ações vinculadas à USP, eventos científicos em outros Estados brasileiros e no Peru, México, EUA, Canadá, Senegal.

Indicada pelo movimento negro para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Petronilha integrou a comissão que elaborou o parecer CNE/CP nº 3/2004, sendo relatora. O parecer regulamenta a lei nº 10639/2004 e estabelece diretrizes para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da Rede de Ensino do Brasil. Seu voto, em nome da comissão, foi aprovado por unanimidade no Conselho Pleno do CNE.

Figura 7 - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva



Fonte: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/petronilha-b-goncalves-e-silva-diversidade-em-dialogo-na-educacao>. 2021

A professora Petronilha (2011, p. 165) afirma que:

Independente de ser escola pública ou privada, localizada nos centros ou nas periferias urbanas, no campo, a educação não está cumprindo seu papel republicano para todos(as). Desta forma, a escola e seus professores(as) têm desconsiderado a multiplicidade de origem histórica, social e étnico-racial, gerando sofrimento e desenraizamentos.

As leis que tratam da obrigatoriedade da temática história e Cultura Afro-Brasileira precisam sair do papel e estar na vida. Já caminhamos, mas temos um longo caminho a percorrer para que isso se torne realidade e a educação seja, de fato, uma política pública universal para todos e todas. As narrativas das entrevistadas expressam trajetórias enraizadas no movimento da luta feminista e antirracista, e desta forma soma-se a Prof. Petronilha, que é uma grande referência na luta antirracista e cumpre um papel destacado na educação nessa luta.

Na sequência buscamos, também a partir das falas das entrevistadas, fazer conexões com os movimentos das mulheres negras contemporâneos a fim de vislumbrarmos perspectivas do passado, do presente e dos futuros desafios das lutas antirracistas. Bem como, ilustraremos esse processo com fotos de importantes marcos históricos dessa luta nas últimas duas décadas.

Figura 8 - Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, no México



Fonte: Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho. Cidade do México. Arquivo pessoal (2009).

Destacaremos alguns aspectos dos movimentos de mulheres negras e dos estudos de intelectuais do feminismo negro, os quais apontam o movimento feminista negro como um grupo intelectual e político, que a partir do final dos anos de 1970 passou a refletir sobre o cenário da invisibilidade das mulheres negras em nosso país. Desta forma nas últimas décadas, avança em sua emancipação na esteira do processo político da nossa sociedade, construindo a importância da questão étnico-racial para resgatar os direitos humanos de mulheres negras que sempre foram negados.

Quando analisamos as condições de emprego, renda, moradia, educação, violências, entre outras experiências vividas por mulheres negras em relação a outros grupos sociais, percebe-se que o conjunto de desvantagens sociais reforçam esse aspecto de invisibilidade, sendo o mesmo estudado pelo movimento feminista negro no Brasil.

Quando falamos de feminismo negro no Brasil, são importantes vozes as autoras negras: Lélia Gonzales, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, dentre outras. Essas intelectuais refletem sobre as particularidades das identidades femininas negras no Brasil. Elas apontam seus discursos à invisibilidade de mulheres negras nas pautas de reivindicações do movimento feminista.

Gonzales (1984) construiu a categoria Amefricanidade, um conceito que engloba o Brasil e a América latina numa perspectiva transnacional, colocando a mulher negra no centro do debate. Denunciando o racismo, sexismo, emergindo uma releitura da história do Brasil sobre o olhar da mulher negra, fazendo com que sua ideologia esteja presente na introdução dos estudos sobre o feminismo negro.

Figura 9 – III Conferência Nacional de Política para as Mulheres



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

Gomes (2017) explora o papel do movimento negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. A autora destaca também que os saberes elaborados pelo movimento negro, enquanto ator político que traduz em reivindicações e através da luta e resistência, conseguiu transformar nas últimas décadas em políticas públicas

determinantes para o combate ao racismo no país. As reflexões apresentadas no livro ecoam a potência da autora, que tem construído e inspirado há décadas as lutas de combate ao racismo e pela emancipação social no Brasil e na diáspora africana.

Carneiro (2011) afirma que mulheres não são categorias universais, sempre devemos questionar de que mulher está sendo falado, pois falamos de realidades sociais diferentes. Portanto, ela demonstra que essa universalização da mulher fez com que as mulheres negras fossem invisibilizadas, por isso, temos que nomear os grupos sociais para trazer visibilidade e fazer uma reestruturação na educação brasileira. Segundo Carneiro (2011, p. 111) “o Brasil descobre o Brasil ao se deparar com o problema do racismo e tentar solucioná-lo”.

Como aponta Ribeiro (2018, p. 123), “o arcabouço teórico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos.”

Esse modelo de sociedade permite que as diferenças de raça, classe e gênero tenham visibilidade e diferenças gritantes ao acesso e a condições de trabalho, estudo, proteção social etc. Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional de qualidade, laico, inclusivo, democrático e antirracista.

Figura 10 - Cartaz presente na III Conferência Nacional de Política para as Mulheres



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a formação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, às questões específicas das mulheres negras na sociedade, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem.

Segundo as pensadoras e feministas negras tais como Gonzalez (1984) e Ribeiro (2018), o primeiro contato ativista da mulher negra vai ser dentro do movimento negro, em que ela teve um desenvolvimento necessário para moldar uma consciência em relação ao racismo e de classe.

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III encontro Feminista Latino-Americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Este encontro feminista ocorrido em 1985 em Bertioga abre espaço para os surgimentos de várias organizações políticas, como Geledés²⁵, e variados coletivos, produções intelectuais que promovem a mulher negra no centro do debate.

Matilde Ribeiro (1995)²⁶ cita que no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no ano de 1985 em Bertioga/Brasil, as mulheres negras de vários países debateram temáticas como Racismo e Feminismo. E constataram, através de depoimentos das participantes, que havia grande dificuldade de tratar da realidade vivida pelas mulheres negras. Em 1987, o IX Encontro Nacional Feminista (ENF), realizado em Garanhuns/PE, foi marcado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação à ausência da questão racial na pauta.

Em 1988, as mulheres negras brasileiras dão impulso para a construção de sua organização autônoma, com uma fisionomia própria e caráter nacional, com o objetivo de intensificar reflexões e ações contra a opressão racial e de gênero.

²⁵ Instituto da Mulher Negra é uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, tendo como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade que afeta indivíduos com essas características, sem desencorajar a luta contra todas as restantes formas de discriminação.

²⁶ RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revistas Estudos feministas**. v. 3, n. 2, 1995.

Segundo Ribeiro (1995), outro marco importante foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença, também no ano de 1988. Esse evento foi precedido por encontros e seminários em vários estados do Brasil, que possibilitaram a mobilização de mulheres negras e o aprofundamento do debate político. Este encontro vai possibilitar um vasto intercâmbio cultural, resgatando a importância de cultivar a cultura negra, colocando em pauta a formação de organização das mulheres negras enquanto grupo social, mostrando atentamente como a questão de representatividade é importante nos espaços corporativos.

Djamila Ribeiro (2018) é umas das vozes que desconstrói o mito da democracia racial no Brasil, partindo do questionamento de que no Brasil o racismo acontece de forma velada, recreativa, utilizando da mestiçagem e da meritocracia como bandeiras ideológicas, mostrando que a colonialidade se faz presente, quando ao reescrever a historiografia do povo negro percebemos que a lei 10.639/03, que completa 19 anos, ainda não está implementada.

A referida lei restabelecida em 9 de janeiro de 2002 estabelece obrigatoriamente no currículo de diretrizes e bases da educação nacional o tema da “História e cultura africana e afro-brasileira”, quando na verdade acaba se tornando um projeto opcional, ou melhor, inexistente.

O movimento feminista de mulheres negras desempenha um papel político na reeducação brasileira, ressaltando o quanto é importante a questão de representatividade nos espaços de poder para que haja uma abertura no mercado de trabalho, na publicidade, na música e em todos os espaços da sociedade.

Figura 11 - Marcha das Mulheres Negras de 2015



Fonte: Instituto Amma Psique e Negritude (2015).

Em síntese, a muito tempo as mulheres negras resistem, lutam e denunciam o racismo, as violências sofridas diariamente, na busca da criminalização do racismo, fizeram a disputa no período de construção da Constituição Brasileira, na proposição e implementação das políticas afirmativas e legislação antirracista, na persistente denúncia do genocídio da população negra, feminicídio das mulheres negras, violência política que tenta nos calar, a sub-representação da população negra nos espaços de poder, dentre outras reivindicações que expõem a dureza da perversa do entrelaçamento do racismo com o sexismo e com o capitalismo.

Consideramos importante destacar que as eleições municipais de 2020 trouxeram um dado eleitoral inédito no Brasil: Pela primeira vez o número de candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) foi maior que o total de candidatos brancos. Foram 276 mil candidatos(as) negros(as) o que representou 49,95% do total de candidaturas. Candidaturas brancas somaram 48,04% do total.

O crescimento do debate antirracista se expressou no processo eleitoral de 2020 através de candidaturas individuais e coletivas com representantes da população negra, especialmente jovens mulheres negras.

Figura 12 - Bancada Negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre eleita em 2020



Fonte: Foto de Leonardo Contursi (2021).

Esse dado eleitoral reflete a ascensão da luta antirracista que testemunhamos atualmente. Tem se transformado em uma luta de massas, que perpassa as periferias do país. Elas gritam e batalham diariamente em defesa da vida, pelo

direito ao trabalho digno, saúde, educação, salário igual para trabalho igual, e sem o racismo que obstaculiza a nossa inserção e ascensão social e profissional.

E para finalizar esse momento que entrelaçamos as falas das entrevistadas com alguns aspectos históricos das lutas das mulheres negras, faremos um breve e profundo diálogo com nossa doutora Honoris Causa da UFRGS (2019) e grande referência da luta antirracista, a sempre presente Elza Soares, que explicita a resistência e luta das mulheres negras ao longo do tempo e na atualidade, cantando: “...Mil nações moldaram minha cara, minha voz, uso pra dizer o que se cala, o meu país é meu lugar de fala. Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala, o meu país é meu lugar de fala”²⁷.

²⁷ Fragmento da música “O que se cala”, cantada por Elza Soares.

4 O RACISMO COMO PROCESSO DE DESUMANIZAÇÃO: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA²⁸

Abordaremos neste capítulo os fios e as tramas do racismo estrutural relacionado ao trabalho, ao serviço público e ao papel do Estado.

A trabalhadora negra é a que recebe mais baixa remuneração, comparada a outros grupos no país, e predomina nas atividades cujas condições de trabalho são inferiores. Há, portanto, uma hierarquização de poderes, corpos, existências, em que podemos observar uma banalização da vida atrelada a um processo de desumanização das relações sociais e de trabalho. Em decorrência disso, afirmamos que na arena de disputa de poder e das correlações de força, como dito por Elza Soares, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

Segundo o Atlas da violência, divulgado em agosto de 2020, a taxa de homicídios de negros no Brasil saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes entre 2008 e 2018, o que representa um aumento de 11,5%. Ao mesmo tempo, a mesma taxa entre brancos caiu 12,9%. De todos os homicídios do Brasil em 2018, 75,7% das vítimas eram negras.

Trata-se, portanto, de uma realidade que foi sendo produzida socialmente e que se propõe a garantir interesses postos na sociedade, sobretudo em virtude da existência de uma dinâmica que requer a obtenção de lucros crescentes no interior do modo de produção capitalista.

E, muito embora o racismo anteceda o capitalismo, é por ele apropriado e se torna para ele um elemento basilar e essencial à sua vigência. Não obstante a isso, convém mencionar que a história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo.

A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégia de subjugação da população negra (ALMEIDA, 2018).

²⁸ Fragmento da música “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, cantada por Elza Soares.

Para a população negra são atribuídos, na sua maioria, os cargos mais destituídos de prestígio. Também são aqueles com menor proteção trabalhista e menor cobertura na garantia de direitos.

Embora no Brasil ocorreram avanços com a Carta Constitucional “cidadã” de 1988, no que se refere a garantias legais e nas políticas sociais, ao longo desses mais de 30 anos, a seguridade social brasileira não se efetiva como forma de ampliar o acesso aos direitos sociais e contribuir para enfrentar as desigualdades sociais e, recentemente, com a política de Estado mínimo, foram congelados os investimentos em políticas sociais por 20 anos²⁹.

Com a Emenda Constitucional 95 (EC95), o congelamento dos gastos públicos atacou de morte a seguridade social, atingindo assim milhões de brasileiros e brasileiras que necessitam desta política pública para sobreviver. Desta forma, a seguridade social sofre o seu maior ataque na tentativa do seu desmonte³⁰.

Em pleno século XXI, o racismo e a discriminação racial ainda estão presentes na sociedade e nas relações de trabalho. Visto que a convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) define discriminação como “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão³¹”.

No âmbito do trabalho no serviço público, a partir da Constituição de 1988, desaparece o conceito de funcionário público. Passa-se a adotar a designação ampla de servidores(as) públicos (BRASIL, 2020, SEÇÃO II, art. 39). A prestação do serviço público é das mais importantes atividades de uma comunidade, de uma sociedade ou de uma nação. Nenhum país, Estado ou município funciona sem seu quadro de servidores(as) públicos, responsáveis pelos diversos serviços colocados à disposição dos cidadãos e cidadãs, que têm o direito de acesso universal com qualidade.

²⁹ SENADONOTÍCIAS. **PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai à promulgação.** Senado Federal, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: 18 fev. 2021.

³⁰ Ibid.

³¹ JUSTIÇA DO TRABALHO. Tribunal Superior do Trabalho. **Especial:** discriminação racial no ambiente de trabalho. TST, s.d. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/racismo>. Acesso em: 17/02 2022.

Segundo as disposições constitucionais em vigor, servidores(as) públicos são todos(as) aqueles(as) que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Trata-se de designação genérica e abrangente introduzida pela Carta de 1988. Até a promulgação da Constituição Federal hoje em vigor, prevalecia a denominação de funcionário público para identificação dos(as) titulares de cargos na administração direta, considerando-os(as) equiparados(as) aos(às) ocupantes de cargos nas autarquias, aos quais se estendia o regime estatutário.

A Constituição Federal, em seu art. 37, estabelece que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988). Esses princípios carregam consigo alto grau de imperatividade, o que denota seu caráter normativo.

O Artigo 5º da Constituição Federal (CF) de 1988 conta com 78 incisos. São esses que determinam quais são nossos direitos fundamentais, como a igualdade de gênero, a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de locomoção, cujo objetivo é assegurar uma vida digna, livre e igualitária a todos os(as) cidadãos e cidadãs de nosso País.

Podemos compreender, com base no texto da lei, que o Caput do artigo 5º é um resumo de como devem ser garantidos os direitos fundamentais dos indivíduos no Brasil (BRASIL, 1988, Título II). Logo, é através dele que os direitos fundamentais encontram meios, segundo a Constituição, de alcançar os seus objetivos, previstos em seu próprio artigo 3º. São eles:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos(as), sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, Título I).

No decorrer dos anos, as formas de manifestação das práticas racistas foram ganhando novos contornos de acordo com as exigências e as normas postas em sociedade, o que tende a encobrir o racismo, como se ao negá-lo ele porventura

deixasse de existir. Quando, na verdade, sabemos que ele apenas vai adquirindo novas expressões e meios de se justificar, a exemplo do discurso da meritocracia, a qual está respaldada na responsabilização do indivíduo pela sua sobrevivência e pela dos seus familiares.

Os(as) negros(as) são a maioria entre os(as) desempregados(as) no país, no quarto trimestre de 2020, período que compreende os meses de outubro a dezembro. A constatação é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.³²

O Estado Brasileiro a muito tempo está distante de cumprir as determinações da carta magna, e principalmente pós 2016 e neste momento de pandemia as desigualdades sociais estão escancaradas, vivemos em meio à esta crise sanitária, política, institucional e civilizatória, em que o acirramento da luta de classes se apresenta na fase mais aguda da crise estrutural do capitalismo, tendo a barbárie, o racismo estrutural e a violência institucional como regra na organização do Estado.

Existe um abismo social entre homens e mulheres, entre brancos e negros e as mulheres negras e não negras que se expressa no mercado de trabalho.

Antes da Covid-19, mulheres desempenhavam três vezes mais trabalhos não remunerados do que os homens; com o isolamento, a estimativa é que este número triplicou.

Trazemos, num primeiro momento desse capítulo, para dialogar sobre as questões do Trabalho, Serviço Público e Racismo, a médica Jurema Werneck³³, que é a atual diretora da Anistia Internacional no Brasil, que tem um histórico no ativismo desde cedo: movimento estudantil, movimento negro, movimento de saúde, movimento de mulheres negras.

Formada em medicina, mestre em engenharia de produção e doutora em Comunicação e Cultura, uma das marcas da sua trajetória é a luta pela garantia do acesso à saúde, direito básico e inegociável. Foi Conselheira Nacional de Saúde e a primeira mulher negra a coordenar uma Conferência Nacional neste tema, em 2012.

³² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>. Acesso em: 15.02.2022.

³³ OLIVEIRA, Semayat S. **Jurema Werneck**: 'O racismo faz com que pessoas negras adoecem mais. 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/jurema-werneck-o-racismo-faz-com-que-pessoas-negras-adoecam-mais>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Figura 13 – Médica Jurema Werneck



Fonte: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/jurema-werneck-o-racismo-faz-com-que-pessoas-negras-adoecam-mais/> 2020.

Jurema afirma em entrevista que: “Quando comecei a trabalhar como médica da Prefeitura do Rio de Janeiro, trabalhei em favela. Mas por que que eu fui trabalhar na favela? Eu nasci na favela. Não fiz nada assim: Ah, eu escolhi ser uma pessoa legal e vou trabalhar em favela. Não, gente! Na favela mora meus amigos(as), meus parentes e um montão de gente que eu não conheço. Mas lá é o meu ambiente, eu conheço aquele lugar. Eu só voltei para casa.”

Para ela, parte do esforço feito nas décadas anteriores era garantir mais especialistas negros(as), em todas as áreas. Auxiliares enfermagem. Técnicas de enfermagem. Enfermeiras. Fisioterapeutas. Psicólogos. Médicas. Jurema afirma que: “Isso faz a diferença. Se não fizesse, não tinha tanto branco em todo lugar. Porque isso ajuda muito os brancos a irem mais longe. Por isso que durante muito tempo e até hoje, de certa forma, eles controlam os espaços. Isso importa. Por isso, a gente também quer colocar os nossos e as nossas lá. Indígenas também querem colocar pessoas lá. Ciganos e ciganas querem estar lá. Judeus, muçulmanos. Todo mundo quer se enxergar.”

Importante destacarmos as(os) profissionais da saúde que estiveram e ainda estão na linha de frente de maneira incansável na pandemia. E afirmar que são as mulheres 85% das enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem no Brasil que estão salvando vidas. 45,6% dos médicos no país são mulheres, o equivalente a 223,6 mil mulheres³⁴.

As mulheres, e de forma mais cruel as mulheres negras, são quem mais sofre na pele toda situação tenebrosa que vivemos, onde somos nós mulheres que levantamos mais cedo e dormimos mais tarde todos os dias, temos tripla jornada de

³⁴ Dados disponibilizados pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), relativos a 2020.

trabalho, somos aquelas que sofremos múltiplas violências, tanto no âmbito privado, quanto nos espaços públicos.

Em outubro de 2020 havia 7,1 milhões de mulheres em busca de trabalho no Brasil, sendo que 4,4 milhões delas eram negras. Apesar de as mulheres representarem 53% da população economicamente ativa brasileira, elas seguem sendo sub-representadas entre os ocupados (43%), super-representadas entre os desocupados (51%) e fora da força de trabalho (64%), segundo dados 2020 da Pnad Contínua.³⁵

Segundo a pesquisa “Sem parar: o trabalho e vida das mulheres na pandemia”, da Gênero e Número e da Sempre Viva Organização Feminista, realizada em abril/maio de 2020³⁶, 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. A maior parte das entrevistadas que têm essa percepção são mulheres negras (55%), que quando responderam à pesquisa tinham como dificuldade principal o pagamento de contas básicas ou do aluguel.

As mulheres são a maioria entre as pessoas que realizam tarefas não remuneradas e estão fora da força de trabalho (64%), o que significa que não trabalham nem buscam emprego. Segundo dados do IBGE (2020) levantados para o Minera, 93% das mulheres brasileiras realizam trabalhos não remunerados, em tarefas domésticas, de cuidado, voluntariado ou produção para consumo próprio, diante de 82% dos homens.

O impacto que essas atividades não remuneradas têm na rotina das mulheres foi mais um aspecto de destaque na já referida pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, ao mostrar que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém. O estudo revelou que para 61% das entrevistadas a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidado dificultou a realização do trabalho remunerado durante o primeiro período de isolamento social. Além disso, cerca de 4% das mulheres afirmaram ter ficado inviável a dedicação às tarefas pelas quais recebiam remuneração.

³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>. Acesso em: 4 nov. 2020.

³⁶ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA – SOF. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

Vivemos tempos que nos tornamos meros(as) apêndices da máquina. Percebemos que a submissão do trabalho ao capital, seja ela formal ou real, se define pelo fato de o processo do trabalho se converter num instrumento do processo de valorização do capital.

4.1 TRABALHO, SERVIÇO PÚBLICO E AO PAPEL DO ESTADO

No sistema capitalista, o trabalho subsume-se integralmente às exigências da produção de mais-valia como um fim em si mesma – a mais-valia relativa. Marx (1985) ressalta que neste movimento destitui-se o domínio técnico e subjetivo do(a) trabalhador(a) sobre os instrumentos e os conhecimentos mais gerais do processo produtivo, além de promover também uma inversão do sujeito que, para Marx, significou, o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo.

O trabalho é a categoria que funda o ser social. Ele estará presente em qualquer sociedade. Porém, o que vai alterar não é a base ontológica dele, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história. O trabalho em Marx (1985), apresenta uma dúplice determinação: é trabalho útil concreto, destinado a atender as necessidades humanas e trabalho abstrato, inerente à sociedade capitalista, em que predomina o valor de troca, destinado à acumulação e reprodução de capital.

Considero importante trazer as reflexões de Antunes (2018). Ele busca entender como a classe trabalhadora no país tem se ajustado nos últimos anos, em que é necessário compreender se o proletariado tem se voltado para a classe média, para a indústria, ou se há uma nova configuração.

No livro “O Privilégio da Servidão” (2018), o autor busca respostas ao conjunto de mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nos últimos 40 anos, período em que houve mudanças de propostas trabalhistas que afetaram o universo do trabalho, inclusive o do capitalismo. Neste aspecto, a obra mostra que o mundo/sociedade atual tem um modo de trabalho resultante de diversas transformações sociais, políticas e econômicas. Antunes (2018) procura destacar, de um lado, a devastação do trabalho no Brasil (como por exemplo, os reflexos da reforma trabalhista); de outro, a da crise política, ou seja, o que causou essa.

O autor faz referência ao novo proletariado no campo da era do trabalho digital; na sua forma mais ampla, mostra-o em uma vertente social, ao mesmo tempo

legal (Constituição de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas, sindicatos), mas que também demonstra como o ser humano é associado ao trabalho e à era digital.

Diante de um quadro pelo qual o autor considera o cenário trabalhista devastador, ele utiliza a expressão “luz além do túnel” para especificar que ainda pode haver alguma esperança. Neste aspecto, mesmo havendo uma visão pessimista quanto ao trabalho no Brasil, sugere que a história muda e é imprevisível, podendo ainda haver reversões que resultem em uma realidade melhor. Assim, Antunes (2018) expressa seu discernimento que a história é um fenômeno que se modifica, passa por uma metamorfose constante; por isso, pode haver, sim, uma luz no final do túnel.

Certamente, tocado a escrever sobre esse universo (trabalho), Antunes (2018) mostra a realidade atual. Nela, praticamente, a “obrigação” para o trabalho, movido por interesses capitalistas, vem realmente tornando o ser humano um servo.

Nesta relação, pode-se observar que as pessoas devem ter no trabalho o privilégio de serem servas dele, “se tiverem sorte”. Fato que Antunes (2018) deixa nítido ao enfatizar em sua obra que, a partir do momento que as pessoas não têm o privilégio de serem servos, configura-se uma tragédia social, ou seja, o flagelo do desemprego completo.

Em lugares como a Índia, a África e toda a América Latina, no que se refere às formas de trabalho e a dominação desses, há uma desconstrução das relações trabalhistas, a chamada flexibilidade. Iniciada no modelo loyolista, a flexibilização do trabalho, pela qual as empresas passam a ter maior indulgência para produzir, para contratar, para, em síntese, lidar com as condições trabalhistas, significa para o trabalhador um retrocesso na seguridade laboral.

Há, também, uma colocação muito evidente de Antunes (2018), quanto ao surgimento do advento da tecnologia, da era digital, que, aos poucos, foi tomando conta do mundo todo. Por fim, a obra direciona a atenção à falta de trabalho, mais propriamente no desemprego que vai se intensificando no Brasil, não só por questões econômicas e crises, por exemplo, mas também pela maneira com que o mundo vem crescendo tecnologicamente, resultando na substituição, em muitos setores, da força humana pelas máquinas.

Historicamente, as mudanças na base material e organizacional dos processos de produção requisitaram também mudanças no papel do Estado, visando regular as relações sociais e garantir a legitimação do capital. Claro que isso

se deu a partir do momento em que a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho colocou em evidência a dimensão política da questão social, ao requisitar do Estado medidas de proteção social conformadas através dos direitos sociais.

Os contextos da sociedade capitalista que vivemos vão imprimir ao Estado diversas funções e características distintas, por vezes ampliando e suprimindo suas intervenções. O Estado neste estágio (concorrencial) apresenta-se como liberal, cujas funções se resumiam a atender os interesses do capital, restringindo-se a assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista – manutenção da propriedade privada e da “ordem pública” (leia-se: o enquadramento dos trabalhadores e trabalhadoras).

Tratava-se do Estado reivindicado pela teoria liberal: um Estado com mínimas atribuições econômicas. No entanto, isso não significa um Estado alheio à atividade econômica, pelo contrário: ao assegurar as condições externas para a acumulação capitalista, o Estado intervinha no exclusivo interesse do capital – e era exatamente essa a exigência liberal (NETTO; BRAZ, 2006).

Neste contexto, os Estados, associados ao imperialismo, caracterizam-se como intervencionistas. Para gerir tais contradições – liberal e interventor – devem ir “além da garantia das condições externas da produção e da acumulação capitalista” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 203).

O Estado passa a intervir e garantir as condições estruturais de reprodução do capital através de setores básicos (ainda considerados não rentáveis), do oferecimento de subsídios às empresas em crise e de financiamentos de serviços públicos. Passa a dar tratamento diferenciado às questões sociais, mudando o trato coercitivo desta, de questão de polícia para uma questão política.

Segundo Mascaró (2013), a organização política atual do Estado deriva do capital; equivale dizer do regime capitalista instituído desde a era contemporânea. Enquanto nas eras pré-capitalistas os domínios econômico e político andavam juntos, sob regência de um grupo ou indivíduos particularizados, como os senhores feudais, no capitalismo, essa separação é nítida.

Da mesma forma, o capitalismo se coloca para o Estado, porque, surgido este no bojo daquele, “a contrário sensu”, o Estado também se coloca ao capitalismo, por conformar o aparato necessário à reprodução do domínio econômico capitalista.

Coloca-se como o elemento intermediador e universal das relações mercantis entre os produtores diretos dos meios de produção e a força de trabalho assalariado.

O Estado é um fenômeno especificamente capitalista, garantidor, de um lado, das trocas de mercadorias; por outro lado, da exploração da força de trabalho na condição assalariada. Um terceiro, essencial para as relações capital e trabalho. De modo que o Estado não surge com a conotação negativa de repressão, mas sim afirmativa de constituição social, ainda que necessária seja a repressão para a harmonização das forças inerentes à circulação mercantil e produtiva.

A reprodução do capitalismo viabilizada pelo terceiro interventor, o Estado, se estrutura por via das formas sociais. Esta sociabilidade é, especificamente, composta pelo capital e pelo trabalho, consolidada por um vínculo contratual, juridicamente estabelecido.

De acordo com Netto e Braz (2006), no capitalismo, as crises e as guerras associadas a estas são históricas, funcionais e se constituem como mecanismos restauradores (estabilizadores automáticos) para a continuidade do sistema. Suas causas são a acumulação de riquezas, a produção e circulação de mercadorias (queda da taxa de lucro e subconsumo), estando sempre relacionadas à exploração do trabalho, aumento da produtividade do trabalho e queda do valor das mercadorias.

As fases do capitalismo podem ser diferentemente caracterizadas, apesar de o seu pilar continuar o mesmo: a exploração do trabalho humano. Podemos afirmar que nas fases concorrencial e monopolista estão as condições de emergência de novos problemas sociais e das políticas sociais, como respostas ao novo contexto social.

A fase concorrencial do capitalismo diz respeito à sua consolidação posterior ao capitalismo mercantil, pós-revolução burguesa. Caracteriza-se pelo avanço da indústria e seus lucros, pela exploração do trabalho, pela implantação das máquinas e pela concorrência entre os capitalistas.

Netto e Braz (2006) pontuam que este estágio do capital provoca um processo de urbanização sem precedentes. A “iniciativa privada” se consolida devido à concorrência desenfreada e generalizada, e assim se instauram as lutas de classes.

Segundo os autores, o Estado passa de burguês liberal para burguês monopólico. Neste sentido, incorpora para o público o que já tinha legitimidade

social, por meio das políticas sociais. Nos países centrais do sistema capitalista, as políticas sociais tiveram sua consolidação na fase de intensa acumulação e desenvolvimento do Estado interventivo, denominado de “Estado de Bem-Estar Social”, “Estado social” ou “Welfare State”.

A partir dos anos de 1970, após o capital vivenciar sua fase de “anos dourados”, este modelo se torna “insustentável” aos seus interesses. Obviamente, estas datas são referências e marcos, não correspondendo às “quebras” históricas, pois esta é processual. Os contextos também não se dão da mesma forma em países centrais e periféricos do capital, haja vista seu desenvolvimento desigual e combinado.

A ampliação e generalização das medidas de proteção social públicas somente ocorreram no período de ouro do chamado Estado de Bem-Estar, entre os anos de 1940 e 1970, nos países europeus. Nesse período, a Inglaterra, sob a coordenação de William Beveridge, incorpora o seguro social a um sistema mais amplo, o de seguridade social que atenderia, através de ações assistenciais, a cobertura dos riscos de trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário.

Inicialmente, as medidas protetivas emanadas do Estado estavam voltadas aos riscos associados ao trabalho industrial, advindas de contribuições prévias na forma de seguros sociais. Esses contributos eram geridos pelo Estado no intuito de proteger os(as) trabalhadores(as) formalmente empregados(as) e, ao mesmo tempo, controlar as ideias socialistas que rondavam a Europa (PEREIRA, 2013).

O que se evidencia é que a ampliação das políticas sociais de cunho universal nos países europeus ao longo do século XX só foi possível graças ao estabelecimento do pacto social entre Estado, mercado e trabalho. Após a crise de 1929, com base na doutrina keynesiana, para garantir o reequilíbrio econômico, instaura-se uma sociedade salarial estabelecida.

Nesse sentido, Pereira (2013) apreende este sistema de seguridade social como um estágio superior de proteção social. Significou, também, uma fórmula de segurança social bem mais ampla do que as medidas de proteção que eram efetivadas em períodos precedentes.

No entanto, a autora ressalta que, apesar da ampliação da proteção social via políticas públicas estatais, esta intervenção estatal não significou uma transformação na essência contraditória do capitalismo. Se, de um lado, tratou-se de uma

concessão à crescente luta de classe do proletariado, do outro, correspondeu aos interesses da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstrução física da força de trabalho que estava sendo ameaçada pela superexploração do capital.

Este panorama reforça que a garantia efetiva das medidas de proteção social está intimamente vinculada ao desenvolvimento da sociedade e do trabalho. Entretanto, devido às oscilações inerentes ao desenvolvimento capitalista, este pacto encontrou seu esgotamento como resultado da crise estrutural que emergiu no final dos anos 1960. Assim, uma nova mudança no campo da proteção social entra em cena em contraposição aos direitos conquistados no período anterior, justamente no intuito de enfrentar esta crise de dimensões globais e, para isso, passa-se a promover uma verdadeira inflexão na recomposição do processo de acumulação, tanto na esfera da economia como da política.

Nesse contexto, a política neoliberal ganha hegemonia, que significou uma ruptura com o pacto keynesiano, com vistas a aumentar a taxa de lucro do capital em detrimento ao investimento na proteção social. Nesta relação, o Estado perdeu o protagonismo da regulação social, dando vez ao mercado, sem descartar as iniciativas privadas não mercantis.

Com isso, como estratégia da crise capitalista, foi necessário redefinir a seguridade social para adequá-la às novas necessidades do grande capital mediante ajustes e reformas dos Estados Nacionais em escala global, particularmente nos países periféricos. A temática da Reforma do Estado tem dominado a agenda política internacional desde os primeiros anos da década de 1980.

Sob a égide do neoliberalismo, as estratégias do grande capital não se limitaram às reformas de natureza econômica. As restrições sociopolíticas abarcaram, na mesma proporção, a reforma do aparelho estatal e sua relação com a sociedade.

O termo reforma, historicamente, vinculado às lutas das classes subalternas e à perspectiva de ampliação de direitos, foi capitaneado pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado. Tal processo de contrarreformas (BEHRING, 2003) tem como objetivo central reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, principalmente em países como o Brasil.

Behring (2003) apresenta as crises de mercado e de Estado e faz uma crítica ao diagnóstico liberal. A despeito de podermos contar o início da reforma brasileira a partir dos governos Collor e Itamar (1990/1994), é no governo do presidente FHC que se efetiva uma proposta fundamentada teoricamente e determinada a ser cumprida. Seu ministro de Estado para a reforma, Bresser-Pereira, reproduziu as teorias correntes nos países centrais, difundindo ideias reformistas, por todos os meios de comunicação possíveis. Produziu uma sequência de textos, o Plano Diretor da Reforma do Estado e outras publicações destinadas a divulgar suas propostas.

Do conjunto de teses defendidas como fundamentos da reforma, devemos destacar quatro delas:

Primeira tese: A Grande Depressão dos anos 30 decorreu do mal funcionamento do mercado, a Grande Crise dos anos 80, do colapso do Estado Social do século vinte. Sua causa fundamental será agora a crise do Estado (BRASIL, 1997).

Segunda tese: A causa básica da grande crise dos anos 1980 foi o Estado: uma crise fiscal do Estado, uma crise do tipo de intervenção estatal e uma crise da forma burocrática de administração do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Terceira tese: O mercado é o melhor dos mecanismos de controle, já que através da concorrência obtêm-se, em princípio, os melhores resultados com os menores custos e sem a necessidade do uso do poder (BRASIL, 1997).

Quarta tese: Passados alguns meses, contudo, o apoio surgiu, primeiro dos governadores estaduais, depois dos prefeitos, empresários, imprensa e, finalmente, da opinião pública. De repente, a reforma passava a ser vista como necessidade crucial, não apenas interna, mas exigida também pelos investidores estrangeiros e pelas agências financeiras multilaterais (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Estas quatro teses, a um melhor exame, se demonstram insustentáveis, e a compreensão disso é o caminho para ter maior nitidez sobre as causas da reforma e as consequências dela. A primeira tese realiza uma separação mecânica entre mercado e Estado, seguindo um viés de análise simplista. O sistema capitalista, no primórdio de sua história, como se lê em Marx, Engels e mais tarde em Hobsbawm (2009), prescindiu do Estado e obteve a sua consolidação através das trocas.

Para Behring (2003, p. 94):

a ideia de crise significa rupturas no processo de reprodução. Esses rompimentos levam um intenso período de criação social, com transformações irreversíveis do modo de produção, seja no sentido de sua continuidade sob novas formas, seja no sentido de sua superação.

A reestruturação produtiva marca o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação, e a palavra de ordem deste novo padrão é flexibilização. Há uma tendência generalizada de flexibilizar os contratos e o mercado de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação. Este novo padrão de acumulação tem conjugado altos índices de desemprego estrutural, maior exploração do trabalhador(a), ganhos modestos de salários e a desestruturação do poder sindical (ANTUNES, 1999).

Estamos diante de um movimento que vem na contracorrente das conquistas históricas, principalmente as sociais. É a representação da luta de classes em torno do controle do Estado. A burguesia se firma como detentora do poder político-econômico, propondo um programa de reforma do Estado para libertar o mercado das amarras do modelo de bem-estar social e enfraquecer os movimentos sociais, principalmente, o movimento operário.

O Golpe de 1964 foi a solução encontrada pela burguesia brasileira para assegurar seu poder de dominação e neutralizar as forças democrático-populares. O regime político pós 1964 aliou-se ao grande capital monopolista e às forças político-econômicas dominantes mais atrasadas, o que possibilitou a promoção de uma rápida modernização econômica. A busca por uma rápida acumulação financeira levou o regime a investir em uma economia de produção de bens de consumo duráveis, a beneficiar o capital estrangeiro e as grandes indústrias nacionais, a privatizar a economia, diminuir drasticamente os salários e estimular o inchaço do sistema financeiro.

Conforme Behring (2003, p. 198) “esta opção implicou uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil”. Para a autora, a expressão “reforma do Estado” tem um sentido totalmente ideológico.

Trata-se, ao contrário, de uma “contrarreforma” do Estado, dado que o discurso do programa de reforma se fundamenta apenas em elementos fiscais. O discurso de preocupação com a proteção social presente nos planos e emendas

constitucionais que dão embasamento legal à reforma mais parece uma pintura para deixá-la aceitável socialmente.

Para Behring (2003), o processo de privatização significou uma profunda desnacionalização do parque industrial de base nacional e o aniquilamento de alguns setores intermediários, sem, em contrapartida, diminuir um real sequer das dívidas externa e interna. O governo de Fernando Henrique Cardoso colocou em prática no Brasil o projeto macroeconômico capitaneado pelas agências financeiras internacionais, promovendo reformas constitucionais orientadas pela ideologia neoliberal que representaram um ataque à seguridade social proclamada pela Constituição de 1988.

A contrarreforma pode ser entendida como um conjunto de alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contrarreformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país (BEHRING, 2003). Neste contexto de contrarreforma, de rompimento e solapamento dos direitos sociais em nome de uma inserção forçada na ordem financeira internacional, se faz necessária uma sociedade civil atuante e capaz de propor um projeto alternativo de mudança compatível com os princípios da justiça social.

Importante registrar que no caso brasileiro, nota-se a lenta trajetória de organização de um sistema mínimo de proteção social forjado até a década de 1980. A partir desse período, a crise econômica, por um lado, e a ideologia neoliberal, por outro, colocaram em xeque até mesmo os desígnios do capítulo dos Direitos Sociais presentes na Constituição de 1988.

Na realidade brasileira, nunca se teve um Estado de Bem-estar. Até 1930, a pobreza foi considerada disfunção social ou problema de polícia. Quando o Estado resolveu enfrentar institucionalmente os problemas decorrentes às expressões da questão social, fez com medidas pontuais mais voltadas a regular o mercado de trabalho, a exemplo da legislação sobre acidentes de trabalho (1919) e das Caixas de Aposentadorias e Pensões dos ferroviários, através da Lei Eloy Chaves de 1923.

Neste sentido, como se pode observar ao longo da exposição acima, o capitalismo aqui instalado e a ação regulatória do Estado nunca lograram universalizar o assalariamento nem o acesso às políticas de proteção social. Assim, se a inserção no mundo do trabalho já não garantia universalidade do acesso às políticas de proteção social a todos os(as) trabalhadores(as) assalariados(as), com o

processo de contrarreforma do Estado empreendido nos últimos anos a conjuntura só piorou.

Os abismos sociais entre mulheres e homens negros e não negros(as) se aprofundam cada vez mais. Os dados são nítidos no que tange a dura realidade da população negra no Brasil. A fome, o desemprego, a insegurança alimentar, a violência têm cara, cor e gênero em nosso país.

Werneck (2010, p. 76) aponta que “as mulheres negras não existem.” Ou, falando de outra forma:

as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravização, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Na sequência, abordaremos o tema da luta de uma demanda histórica que o movimento negro conquistou com muita luta, resistência, persistência e habilidade política.

4.2 COTA NÃO É ESMOLA³⁷

*Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola
Experimenta nascer preto na favela pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio-dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou! Não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já, já dá uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo, a diretora fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que*

³⁷ Música cantada por Bia Ferreira.

Se a passagem é 3, 80 e você tem 3 na mão
 Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'
 E os amigos que riem dela todo dia
 Riem mais e a humilham mais
 O que você faria?
 Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
 E no Natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
 O tempo foi passando e ela foi crescendo
 Agora lá na rua ela é a preta do sovaco fedorento
 Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
 Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
 Agora ela cresceu, quer muito estudar
 Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
 E a boca seca, seca, nem um cuspe
 Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
 Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
 Que todos são iguais e que cota é esmola
 Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
 Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
 São nações escravizadas
 E culturas assassinadas
 É a voz que ecoa do tambor
 Chega junto, venha cá
 Você também pode lutar, ei!
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio para revolucionar
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Revolução
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Revolução
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, é
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 Vamo pro canto onde o relógio para
 E no silêncio o coração dispara

*Vamo reinar igual Zumbi, Dandara
 Odara, Odara
 Vamo pro canto onde o relógio para
 No silêncio o coração dispara
 Odara, Odara, ei!
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Você vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola!
 Cota não é esmola!
 Cota não é esmola!
 Eu disse: Cota não é esmola!
 Cota não é esmola!
 Cota não é esmola!
 Cota não é esmola!
 São nações escravizadas
 E culturas assassinadas
 É a voz que ecoa do tambor
 Chega junto, venha cá
 Você também pode lutar, é
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio revolucionar!
 Cota não é esmola!*

Neste espaço, trataremos de um breve histórico sobre as ações afirmativas no Brasil, e algumas conquistas do movimento negro na luta por direitos e reparação. Para essa discussão, passaremos a dialogar com o prologo que abre esse subitem, cantado por Bia Ferreira³⁸, uma jovem negra de 26 anos que vive da sua música há doze. Em 2019, estourou com a canção “Cota não é esmola”, a qual tem uma letra muito contundente e explicita a resistência, a luta e o direito da população negra de ter ações afirmativas e reparatórias em relação ao crime de lesa-humanidade que sofreram quando foram arrancadas e arrancados do continente africano no período escravagista.

Como poderão observar, a fala, as dores, a história, as lutas e fatos que ocorreram e ocorrem na vida da Bia Ferreira são muito semelhantes às histórias das entrevistadas desta pesquisa e de todas as outras Margaridas Africanas que se encontram neste estudo. O racismo estrutural é implacável e se apresenta com grande crueldade ao longo da história da vida das mulheres negras. Desta forma, Bia Ferreira também é uma Margarida Africana!

³⁸ PORTAL GELEDÉS. **Cantora Bia Ferreira fala sobre música como “ativismo”**. Portal Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cantora-bia-ferreira-fala-sobre-musica-como-ativismo/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

Figura 14 – Bia Ferreira



Fonte: <https://www.geledes.org.br/cantora-bia-ferreira-fala-sobre-musica-como-ativismo/>. Imagem de Lubs Meireles 2019.

4.2.1 Bia Ferreira

Bia traz com muita força, resistência e sabedoria o tema cotas, que não é uma luta nova, mais se torna muito relevante na quadra política que vivemos onde o fascismo, o racismo e os preconceitos saíram do armário. Nascida em Carangola, Minas Gerais, passou boa parte da vida em Aracaju (Sergipe), e por isso costuma se apresentar como “cosmopolita”, e não como mineira. Antes de se fixar no Rio de Janeiro, morou em ocupações urbanas em São Paulo e fazia bicos para sobreviver, às vezes lavava os vasilhames da barraca de suco de uma feira de orgânicos para tirar 80 reais no final do dia.

Em uma entrevista para o jornal Brasil de Fato (09/09/2019), a cantora fala o que pensa sobre as cotas: “Eu acho que esse posicionamento contra as cotas é fruto da desinformação e da falta de oportunidade. A informação é o que liberta mentes, faz com que as pessoas queiram a mudança, e querer a mudança é um problema muito grande para esses homens que detém o poder. Fico triste de ainda precisar falar de cotas hoje em dia, mas entendo que o processo de descolonização de mentes pretas é muito recente. A abolição aconteceu há 132 anos. Quando penso nisso, lembro que meu bisavô era escravo. Não tive acesso ao nome dele,

não tive acesso a quem foi o pai dele, os irmãos dele.” A Margarida Africana Bia Ferreira fala, canta, grita, milita, se articula no coletivo e segue a luta por um mundo sem racismo.

O primeiro registro encontrado da discussão em torno do que hoje poderíamos chamar de ações afirmativas data de 1968. Nele, técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manterem uma percentagem mínima de empregados de “cor” (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e com a demanda), como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho.

Entretanto, tal lei não chega a ser elaborada. Somente nos anos 1980 haverá a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983³⁹, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação.

Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como, introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil.

Em 1984, o governo brasileiro, por decreto, considera a Serra da Barriga, local do antigo Quilombo dos Palmares, patrimônio histórico do país. Em 1988, motivado pelas manifestações por ocasião do Centenário da Abolição, foi criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, a qual teria a função de servir de apoio à ascensão social da população negra. No mesmo ano, é promulgada a nova Constituição, que traz em seu texto novidades. A exemplo: a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como parte dos direitos sociais e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes.

O Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo II Dos Direitos Sociais, artigo 7º, estabelece como direito dos trabalhadores(as) a proteção do

³⁹ NASCIMENTO, Abdias de. **PL 1332**. Rio de Janeiro: Portal da Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19074>. Acesso em: 19 fev. 2021.

mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. E o Título III Da Organização do Estado, capítulo VII Da Administração Pública, no seu artigo 37, estabelece que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão (BRASIL, 2020).

Esse trecho é interpretado por alguns juristas como prova da legalidade das ações afirmativas. Esse conjunto de iniciativas no âmbito do Poder Público indica um parcial reconhecimento da existência de um problema de discriminação racial, étnica, de gênero e de restrições em relação às pessoas com deficiência, sinalizado por meio de algumas ações.

Entretanto, estas ainda são muito circunstanciais, e políticas mais substantivas não são implementadas. Os anos de 1990 trariam algumas mudanças. Em 1995, encontramos a primeira política de cotas adotada nacionalmente. Através da legislação eleitoral, foi estabelecida uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos.

Com a possibilidade da redemocratização do país, alguns movimentos sociais começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia e a adoção de medidas específicas para sua solução, como as ações afirmativas. O Presidente da República recebe esse documento em 20 de novembro de 1995, data em que institui, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra. Em relação à discussão sobre ações afirmativas, o grupo realizou dois seminários sobre o tema, em Salvador e Vitória, a partir dos quais elaborou 46 propostas de ações afirmativas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação e saúde.

Foram implementadas algumas destas políticas. Seus recursos, contudo, são limitados e seu impacto permanece muito restrito. Alguns tratados internacionais também foram utilizados como estratégias de pressão de movimentos sociais em relação ao poder Público, para que este assumisse uma postura mais ativa no combate à discriminação.

Um exemplo foi o uso da Convenção n.111⁴⁰, da Organização Internacional do Trabalho OIT, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão,

⁴⁰ SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. 2. ed. LTR, p. 338, 1998.

ratificada em 1968 pelo Decreto n. 62.150⁴¹, em que o Brasil se compromete a formular e implementar uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho.

Em 1992, diante do sistemático descumprimento dessa convenção, a Central única dos trabalhadores (CUT), em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), envia documento à Organização Internacional do Trabalho (OIT) denunciando o Estado brasileiro. Como consequência, depois de formalmente questionado pelo organismo, admite, em 1995, a existência do problema no Brasil.

Assim, cria o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), a fim de implementar as medidas da convenção. Formado por representantes do poder Executivo e entidades sindicais e patronais, é vinculado ao Ministério do Trabalho e tem como finalidade definir um programa de ações que, no dia 13 de maio de 1996, é lançado como Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos. O programa estabelece como objetivo, dentre outros:

Desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros(as) aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (BRASIL, 1996, p. 30).

Na área educacional, podemos perceber certa atenção, ainda que pontual, do poder Público no que concerne à questão racial, como observamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Programa Nacional do Livro Didático e no Manual Superando o Racismo na Escola. Entretanto, até final dos anos de 1990, ações voltadas à melhoria do acesso e permanência no ensino superior estão restritas à sociedade civil. Essas atividades são desenvolvidas por movimentos sociais, como o movimento negro, por parcerias deste com empresas privadas, apenas por empresas, por entidades ligadas à igreja ou por grupos de estudantes em universidades.

Dentre as experiências em prática podemos identificar três tipos de ações, não necessariamente excludentes entre si: a) aulas de complementação, que

⁴¹ BRASIL. **Decreto 62.150**. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d62150.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

envolveriam cursos preparatórios para o vestibular e cursos de verão e/ou de reforço durante a permanência do estudante na faculdade; b) financiamento de custos para o acesso e permanência nos cursos, envolvendo o custeio da mensalidade em instituições privadas, bolsas de estudos, auxílio-moradia, alimentação e outros; c) mudanças no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior pelo sistema de cotas, taxas proporcionais, sistemas de testes alternativos ao vestibular .

Na esfera do poder Legislativo nacional, encontramos propostas de ações afirmativas, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Em 1993, encontramos a proposta de Emenda Constitucional, naquele momento, deputado federal, Florestan Fernandes (PT/SP); em 1995, a então senadora Benedita da Silva (PT/RJ) apresenta os projetos de Lei nº 13 e 14; no mesmo ano, é encaminhado o projeto de Lei nº 1.239, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT/RS); em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) apresenta os projetos de Lei n. 4.567 e 4.568; e, em 1999 temos o projeto de Lei nº 298, do senador Antero Paes de Barros, um legislador tucano.

Analisando o conjunto dos projetos, observamos que são apresentadas diferentes propostas: a concessão de bolsas de estudo; uma política de reparação que, além de pagar uma indenização aos descendentes de escravizados(as), propõe que o governo assegure a presença proporcional destes nas escolas públicas em todos os níveis; o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas; a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos.

O crescimento do número de negros(as) e indígenas no ensino superior é uma grande luta e cada percentual se torna uma grande conquista. No Brasil, entre 2013 e 2015, o sistema de cotas garantiu vagas para cerca de 150 mil estudantes negros(as) nas instituições de ensino superior. Um estudo feito pelo Ministério da educação (2016) afirma: em 1997, o percentual de jovens negros(as) entre 18 e 24 anos que cursava ou havia concluído o curso superior era de 1,8%, e os pardos 2,2%. Em 2013, esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. Isso se torna um avanço significativo, mas não o suficiente⁴².

⁴² BRASIL. Governo Federal. **Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas.** Governo Federal, 2016. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas. Acesso em: 3 abr. 2022.

Heringer (2010) descreve que as ações afirmativas são “políticas desenhadas para situações concretas, com a perspectiva da promoção de igualdade de oportunidades” (p. 3). As cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, como o Brasil, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais. Essas ações afirmativas podem existir em diversos meios, mas a sua obrigatoriedade é mais notada no setor público, no ingresso nas universidades, concursos públicos e bancos. As cotas raciais são uma medida de ação contra a desigualdade num sistema que privilegia um grupo racial em detrimento de outros⁴³.

Quanto aos projetos específicos para a população em situação de vulnerabilidade social ou para os alunos(as) oriundos da escola pública, sobre a proporção daqueles atingidos pelas leis propostas, não há um padrão nesse dimensionamento. Alguns projetos definem todo o grupo especificado, racial ou social, como beneficiário; outros estabelecem um percentual, como 20% das vagas para alunos(as) carentes, 10% das vagas para setores étnico-raciais discriminados, 45% dos recursos para afrodescendentes; 50% das vagas para alunos(as) oriundos das escolas públicas; ou ainda, uma percentagem proporcional à representação do grupo em cada região.

A definição dos grupos e de sua abrangência são aspectos importantes na formulação de leis e políticas. Ao dependerem do nível de aplicação se nacional, estadual ou municipal, necessitam incorporar diferenças regionais.

Dentre as justificativas que legitimam os projetos, encontramos referência à importância da educação, vista como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento do país; a exposição de dados estatísticos que mostram o insignificante acesso da população pobre e negra ao ensino superior brasileiro e a incompatibilidade dessa situação com a ideia de igualdade, justiça e democracia; o resgate de razões históricas, como a escravatura ou o massacre indígena, que contribuíram para a situação de desigualdade ou exclusão dos negros(as) e índios(as) e implicam uma dívida do poder Público para com esses setores.

Até o final dos anos de 1990, nenhum dos projetos de lei citados tinha sido aprovado ou implementado. Somente a partir de 2001 foram aprovadas políticas de

⁴³ POLITIZE. **Cotas raciais no Brasil:** o que são? Politize, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

ação afirmativa para a população negra por decisão do Poder Público, seguindo a mesma linha dos projetos anteriores e tendo como base o sistema de cotas e a ideia da necessidade de representação desse setor em diversas esferas da sociedade.

O então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, por exemplo, assinou, em setembro de 2001, uma portaria que cria uma cota de 20% para negros(as) na estrutura institucional do Ministério e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal medida, no entanto, deveria ocorrer com as empresas terceirizadas, contratadas por esses órgãos, não como servidor de carreira desse Ministério.

O Ministro da Justiça, em dezembro de 2001, assinou portaria que determina a contratação, até o fim de 2002, de 20% de negros(as), 20% de mulheres e 5% de portadores(as) de deficiências físicas para os cargos de assessoramento do Ministério. O mesmo princípio foi aplicado às empresas de prestação de serviços para o órgão federal.

O Ministério de Relações Exteriores decidiu que, a partir de 2002, seriam concedidas vinte bolsas de estudo federais a afrodescendentes que se prepararam para o concurso de admissão ao Instituto Rio Branco, encarregado da formação do corpo diplomático brasileiro. Medidas semelhantes também foram encontradas em outras instâncias.

No âmbito do ensino superior, a primeira lei com esse perfil foi aprovada no Rio de Janeiro e entrou em vigor a partir da seleção de 2002/2003. Por meio de lei estadual, estabeleceu-se que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais seriam destinadas a alunos(as) oriundos(as) de escolas públicas selecionadas(as) por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio.

Essa medida foi aplicada em conjunto com outra, decorrente de lei aprovada em 2002. Por essa lei, ficou estabelecido que as mesmas universidades destinassem 40% de suas vagas a candidatos(as) negros(as) e pardos(as).

No Paraná, o governo estadual regulamentou uma lei que garantiu três vagas em cada uma das cinco universidades estaduais a membros da comunidade indígena da região. Esse regulamento entrou em vigência também em 2002.

O racismo institucional imposto contra as mulheres negras, certamente, remete ao passado colonial. Nesse transato, institucionalizou-se o poder na

sociedade com base na ideia de raça e, desta forma, o estabelecimento de valores distintos entre as pessoas.

Sem sombra de dúvidas, as políticas públicas voltadas à população negra brasileira ganham maior apoio governamental no interregno 2003-2014. Foram muitas as conquistas relativas às reivindicações históricas do movimento negro nesse momento.

A exemplo, podemos citar: a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); a promulgação da Lei nº 10.639/2003; a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e, em decorrência, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); a implementação de políticas de ações afirmativas na modalidade cotas nas universidades públicas brasileiras; e a aprovação, de maneira unânime (2012), da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado em diferentes medidas resultantes de reivindicações históricas.

Dentre as conquistas, é importante citar: o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros(as) de baixa renda, para o acesso e conclusão do ensino fundamental e ensino médio; desenvolver ações afirmativas

para o acesso dos negros(as) aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas (MARCHA ZUMBI, 1996).

No ano de 2003, Porto Alegre foi a primeira capital do Brasil a implementar políticas afirmativas, por meio da reserva de vagas em concursos públicos, para provimento de seu quadro funcional, Lei nº 4.151/2003. As primeiras nomeações deste concurso aconteceram em 2005.

Em 2006, após mais de um ano de atuação em escolas da rede, nove professoras e um professor tiveram suas nomeações questionadas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS), que entrou com ação judicial, junto à Procuradoria Geral do Município (PGM), negando os atos de admissão dessas(es) professoras(es) ao considerar a política de cotas inconstitucional.

A partir disso, um grupo de professoras negras cotistas iniciou um processo de mobilização para a manutenção das suas nomeações e da política de cotas nos concursos municipais. A ação judicial, protagonizada pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS), considerava a política de cotas inconstitucional.

As professoras cotistas permanecem na RME e foram as pioneiras na luta por políticas afirmativas reparatórias ao crime de lesa-humanidade, que foi a escravatura; da escravidão decorrem desdobramentos do racismo institucional contra o qual essas professoras tiveram de, mais uma vez, atuarem na resistência⁴⁴.

O racismo está presente na nossa vida cotidiana, mas é normalizado e reproduzido pela sociedade. Essa realidade atinge o interior das instituições que repetem as práticas racistas, elevando ainda mais o abismo da desigualdade racial, como apontou o estudo Panorama Mulher 2019, que traz um comparativo histórico das mulheres nos cargos de liderança das organizações no Brasil.

O levantamento realizado pela Talenses e Insper⁴⁵ revelou que, das 415 empresas com cargo de presidente, 95% são homens ou mulheres brancas. Nas

⁴⁴ PEREIRA, Priscila Nunes. **Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação UFRGS, Porto Alegre, 2018.

⁴⁵ INSPEER. **Mulheres são minoria em posições de liderança, apenas 15% são presidentes.** Insper Conhecimento, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/estrategia-e-gestao/mulheres-ocupam-apenas-15-dos-cargos-de-presidencia-e-sao-minorias-nas-posicoes-de-lideranca/>. Acesso em: 20 de jan.de 2022.

organizações com mulheres na presidência, não há nenhuma mulher negra ocupando a vice-presidência ou conselho, e apenas 1% faz parte da diretoria.

Os números estão aí para mostrar a disparidade racial no mercado de trabalho. Pessoas pretas ou pardas exercem apenas 29,9% dos cargos gerenciais. Negros ganham menos que brancos, independentemente do nível educacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Nas 500 maiores empresas brasileiras, segundo o Instituto Ethos, 4,7% das lideranças são compostas por negros. Mulheres negras são nem 1%.

No país em que as mulheres negras compõem a maior parte da população, somando quase 60 milhões de pessoas, o percentual acende um alerta vermelho para a urgência de encarar e combater o racismo, que se manifesta em forma de segregação, silenciamento, violência psicológica e física.

As mulheres negras, infelizmente, em sua grande maioria, estatisticamente, fazem parte do grupo da população que se encontra em situação de pobreza, ou mesmo de extrema pobreza, muitas vezes residindo em locais com infraestrutura reduzida ou ausente, distantes dos grandes centros.

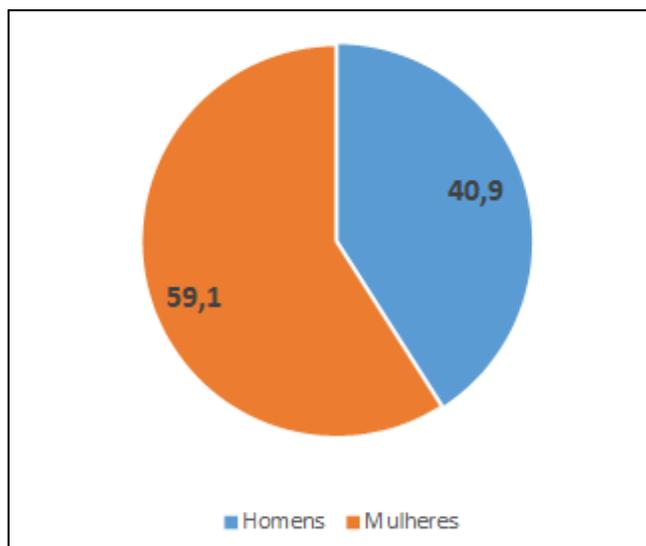
A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que não podem ser resolvidos, no máximo, mantidos sob controle. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar (ALMEIDA, 2018).

4.3 SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) NEGROS(AS) NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: OS DADOS FALAM, APONTAM E CONFIRMAM

Destacaremos, inicialmente, dados significativos que aparecem nos documentos pesquisados em relação à diminuição de servidores(as) públicos(as) em Porto Alegre no último período dos prefeitos Marchezan e Melo, demonstrando que as últimas gestões da cidade não investiram em políticas públicas, criminalizaram e perseguiram os(as) servidores(as) que fazem todas as políticas públicas funcionarem em todos os cantos de Porto Alegre. Um esforço hercúleo para que sejam de qualidade e de acesso universal.

Fica nítido que o projeto para nossa cidade é de diminuição do Estado, precarização dos serviços públicos e não ter como prioridade os concursos públicos, já que o interesse dos gestores é a privatização de Porto Alegre. Para fins demonstrar essa realidade, serão apresentados dados dos(as) Servidores(as) Públicos de Porto Alegre que foram requeridos, junto ao órgão de classe dos servidores, bem como, através de pedido de informação junto a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP/POA). Inicialmente, serão analisados os dados obtidos através de solicitação junto ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. Esses dados recebidos do SIMPA foram organizados através de análise do Dieese (2021), que obteve os dados do Portal da Transparência⁴⁶. Assim, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a distribuição de servidores em Porto Alegre, por gênero, conforme demonstrado na figura 15 era de 59,1% mulheres e de 40,9% de homens em 2019.

Figura 15 - Distribuição dos servidores municipais por gênero em Porto Alegre



Fonte: RAIS 2019. Ministério da Economia. Elaborado por Dieese.

Os(as) servidores(as) municipais(as) tiveram uma queda de pelo menos 20% no número entre 2015-2021. O órgão que mais teve perda de servidores(as), durante o período foi a Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) com 26% de queda, seguido pela Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG) com 22% de queda e

⁴⁶ PMPA 2017. Portal da Transparência. 2017.

Secretaria Municipal da Saúde (SMS) com 20% de queda, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Número de servidores públicos municipais 2015-2021 em Porto Alegre

Órgãos	2015	2020	2021	Variação 2021/2020		Variação 2021/2015	
				N. absoluto	%	N. absoluto	%
SMED	4.947	4.233	4.158	-75	-2%	-789	-16%
SMS	4.572	3.771	3.677	-94	-2%	-895	-20%
SMSEG	518	414	404	-10	-2%	-114	-22%
SMF	465	386	344	-42	-11%	-121	-26%
SMAMUS	447	382	403	21	5%	-44	-10%
Demais	2.342	1.705	1.679	-26	-2%	-663	-28%
Total	13.291	10.891	10.665	-226	-2%	-2.626	-20%

Fonte: Portal da Transparência. Elaborado por Dieese.

Observa-se uma queda de 30% no número de servidores(as) municipais no âmbito das autarquias da cidade entre 2015-2021. As autarquias com maiores quedas do efetivo de funcionários(as) foram DMLU, com queda de 43%; DEMHAB, com queda de 41%; e o DMAE, com queda de 29%, apresentados na tabela 2.

Tabela 2 - Servidores municipais ativos segundo entidade autárquica Prefeitura de Porto Alegre

Entidades Autárquicas	2015	2020	2021	Variação 2021/2020		Variação 2021/2015	
				N. absoluto	%	N. absoluto	%
DMAE	1.822	1.317	1.302	-15	-1%	-520	-29%
DMLU	1.090	643	619	-24	-4%	-471	-43%
DEMHAB	254	154	151	-3	-2%	-103	-41%
PREVIMPA	71	86	85	-1	-1%	14	20%
FASC	396	389	374	-15	-4%	-22	-6%
Subtotal	3.633	2.589	2.531	-58	-2%	-1.102	-30%

Fonte: Portal da Transparência. Elaborado por Dieese.

Trazemos algumas conclusões possíveis e caminhos para explicar estes dados tão significativos sobre o descaso dos gestores com as políticas públicas e com os(as) servidores(as) públicos(as). A queda abrupta do número de

servidores(as) ativos significa uma possível diminuição da capacidade do município em ofertar serviços públicos.

Outras possíveis explicações para a queda é que ela pode ter ocorrido por falta de concursos, situação ocasionada por alguma política dos governos do período, que pode ser por conta de diversas razões, as quais, para serem analisadas, demandam mais informações e dados sobre a realidade de cada um dos órgãos e autarquias.

É possível analisar com essa pesquisa documental o quanto essa queda tem impactado não somente os serviços prestados, mas também o quanto isso sobrecarrega os(as) servidores(as) que continuam. Em suma, de qualquer forma, é preocupante a queda no número de servidores(as) municipais no período analisado 2015-2021, pois é uma quantidade muito grande de pessoas não mais lotadas em cargos públicos, o que pode ter diversas consequências, tal como, a diminuição da qualidade dos serviços prestados.

Por exemplo, podemos fazer uma mensuração do percentual de servidores(as) públicos lotados nos órgãos analisados, adicionados aos servidores(as) lotados nas autarquias também analisadas em relação ao total de população da cidade no referido ano. Conforme a tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Variação do número de servidores de acordo com a população de Porto Alegre

Ano	Pop. Total POA	Servidores	Variação
2015	1.476.867	16.924	1,146%
2020	1.488.252	13.480	-20,959%
2021	1.492.530	13.193	-22,846%

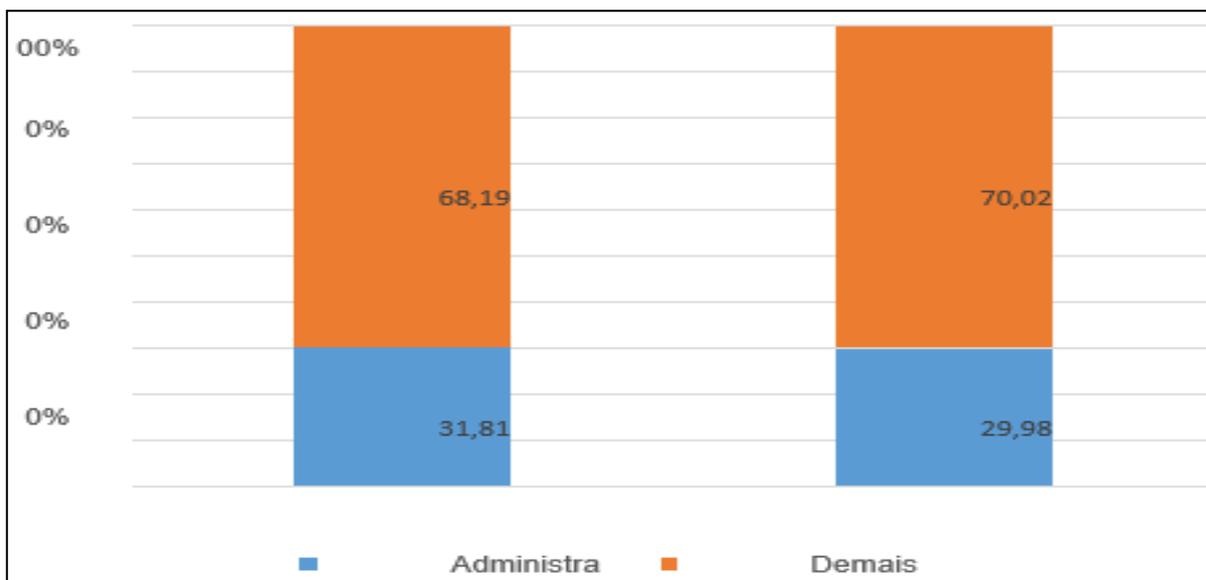
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE/PNAD (2011).

A tabela acima mostra que, mesmo com um aumento estimado da população porto-alegrense (dados populacionais retirados da base de dados do IBGE da pesquisa “População Estimada”), o quadro funcional de servidores(as) esteve em queda e, portanto, o valor da divisão entre total de servidores(as) das autarquias adicionais aos servidores(as) dos órgãos diminui, mostrando uma variação bastante negativa no período 2015-2021.

Neste sentido, podemos analisar também que a distribuição total de vínculos de emprego entre 2015-2019 em Porto Alegre teve uma modificação no âmbito de pessoas que estavam empregadas no setor público municipal e no setor privado.

Em 2015, 68,19% de todos os vínculos de emprego na cidade dava-se no setor privado e 31,81% no setor público municipal. Já em 2019, 70,02% davam-se no setor privado e 29,98% no setor público, como pode-se observar no gráfico a seguir, representado na figura 16, o que demonstra uma efetiva queda do quadro funcional de servidores(as) municipais de quase 2% no período 2015-2019, mesmo que neste período a população tenha apresentado crescimento – segundo dados do IBGE.

Figura 16 - Distribuição total de vínculos de emprego Porto Alegre/RS



Fonte: RAIS. Ministério da Economia. Nota: Administração Pública inclui todas as esferas. Elaboração: Dieese.

A limitação deste dado da RAIS está no fato de não considerar o contingente total de empregados(as) na cidade e, por isso, não podemos dizer se houve aumento no número de empregados(as) em cada setor, isto é, a mudança na porcentagem de empregados(as) no setor público municipal pode ter ocorrido mediante aumento do número de empregados(as) em ambos os setores, com maior aumento para o número de empregados no setor privado, daí a mudança da porcentagem. Contudo, não podemos afirmar nem uma coisa nem outra, dada a limitação do dado de “Distribuição total de vínculos de emprego – Porto Alegre/RS”.

A existência de mais mulheres do que homens lotados em cargos de servidores(as) municipais é algo importante de se ter na conta para conclusões sobre a realidade do serviço municipal existente. Contudo, para análise mais apurada do que este número representa, seria preciso ter informações sobre onde há mais mulheres e onde há mais homens, isto é, quais serviços são mais prestados por homens e quais são mais prestados por mulheres e, neste sentido, seria interessante analisar, no âmbito dos concursos para se tornar servidor(a), para quais cargos as mulheres mais prestam concursos e para quais conseguem aprovação – e o mesmo para os homens. Porém, para análise mais apurada destes números, seriam necessárias duas coisas mais, quais sejam: os números do Censo 2022, para termos noção mais apurada dos percentuais da população da cidade, e em quais lugares e quais setores as mulheres negras servidoras públicas estão alocadas.

Ao analisar o Indicador “Negros(as) empregados(as) no governo do município”, isto é, de elevação do número de negros(as) em quadros do serviço público municipal, fica nítido a ascensão deste grupo ao longo dos anos desde pelo menos 2006, pois entre 2006-2012 observou-se contínuo aumento de negros(as) empregados(as) em cargos públicos na cidade de Porto Alegre, devido à luta do movimento negro pelas cotas raciais no serviço público. Mesmo assim, entrou em queda no ano de 2013 com ligeira diminuição do número de negros(as) em cargos públicos, realidade que perdurou até pelo menos 2017, ano no qual existiam 2.835 servidores(as) negros na ativa, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Indicadores do tema Cor/Raça: Negros empregados no governo do município 2006-2020

(continua)

Ano	Indicador	Valor Absoluto	Varição no período	Varição na Gestão
José Fogaça – Gestão 2005 a 2010				
2006	14,89	2,784	-	-
2007	15,17	2,788	Aumentou 1,84%	-
2008	15,65	2,823	Aumentou 3,18%	-
2009	16,03	2,889	Aumentou 2,40%	-
2010	16,52	3,010	Aumentou 3,08%	-

(conclusão)

José Fortunati – Gestão de 2011 a 2016				
2011	17,27	3,158	Aumentou 4,53%	Aumentou 4,53%
2012	17,28	3,307	Aumentou 0,09%	Aumentou 4,63%
2013	17,19	3,229	Diminuiu 0,55%	Aumentou 4,06%
2014	17,13	3,136	Diminuiu 0,34%	Aumentou 3,70%
2015	17,02	3,077	Diminuiu 0,64%	Aumentou 3,03%
2016	16,97	3,048	Diminuiu 0,29%	Aumentou 2,73%
Nelson Marchezan Júnior – Gestão de 2017 a 2020				
2017	16,92	2,835	Diminuiu 0,29%	Diminuiu 0,29%

Fontes: ERGON/SMA (Secretaria Municipal da Administração).

Já em relação ao número de servidoras e servidores, e o quesito raça/cor, buscamos os dados através do Pedido de Informação 184/20 ao executivo municipal⁴⁷. Assim, os dados a serem apresentados, na sequência, foram obtidos através desse pedido e sistematizados pela mestrandia. O município possuía, em 2021, um total de 15.771 servidores e servidoras, sendo 9361 servidoras mulheres, das quais 964 são negras. Isso representa que do total de servidores(as) públicos de Porto Alegre, 6,11% são servidoras negras. E dentre as servidoras mulheres, 10,29% são negras. Ainda segundo os dados, a cidade de Porto Alegre possui 9,8% de servidoras negras ou pardas em relação ao total de servidores, e 15,44% de suas mulheres no grupo de mulheres negras (pretas e pardas), em relação ao total das servidoras mulheres.

Segundo dados quantitativos de servidores(as) por sexo e raça nos órgãos da Administração pública direta e indireta, cuja fonte é a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP), conforme pedido de informação, considerando as maiores secretarias, o maior contingente de servidoras, no ano de 2021, se dá na Secretaria municipal de educação (SMED). São 5.685 servidores(as) no total, sendo 4.794 mulheres e 891 homens. Entre as mulheres, 572 negras e 335 pardas, 5 indígenas, 7 amarelas e 709 delas não informaram.

Logo a seguir, vem a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) com total de servidores(as) de 3.776, sendo 2.496 mulheres e 1.280 homens. Sendo no quesito

⁴⁷ Documento solicitado a PMPA sobre quesito raça/cor servidores(as) públicos municipais.

raça/cor 209 mulheres negras, 151 pardas, 4 indígenas, 6 amarelas e 43 mulheres não informaram.

E em terceiro lugar aparece a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), com o total de 471 servidores(as), sendo 294 mulheres e 123 homens. Já no quesito raça/cor, são 26 mulheres negras, 14 pardas, e 1 indígena, 2 amarelas e 25 não informaram. Abaixo, são sistematizados os dados recém descritos.

Tabela 5 - Total de servidores(as), servidoras mulheres e servidoras mulheres negras/pardas da SMED, SMS e FASC do Município de Porto Alegre, em 2021

Secretaria	Total servidores(as)	Total servidoras	Total servidoras negras/pardas
Educação	5.685.	4.794	572
Saúde	3.776	2.496	209
FASC	471	294	26
Total	9932	7584	1307

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da SMAP/POA (2021).

Como é possível observar, o número de servidoras negras e pardas representa 13% do total dos(as) servidores(as) das secretarias que estão vinculadas às entrevistadas desse estudo. Ou seja, são apenas 1307 mulheres negras ou pardas, do total de 9932 servidores(as). Bem como, representam 17,2% do total de 7584 servidoras mulheres destas secretarias/órgão, evidenciando e reafirmando, assim, em relação à totalidade da análise realizadas nesse subitem, a baixa presença das mulheres negras no serviço público de Porto Alegre.

4.4 MARGARIDAS AFRICANAS NO SERVIÇO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

Apresentaremos, agora, o entrelaçamento dos dados da pesquisa documental, que levantou dados sobre o quantitativo de servidores(as) públicos de Porto Alegre, bem como, o quantitativo de servidores e servidoras negras no conjunto do quadro funcional com as falas das pesquisadas, evidenciando as principais manifestações de racismo que as trabalhadoras negras apontam terem vivenciado no exercício do serviço público municipal de Porto Alegre.

Chega-se num momento de construção dessa dissertação, que culmina com a análise da inserção das trabalhadoras Negras no serviço público municipal de

Porto Alegre pós 1990, a partir de sua história de vida e trajetória profissional. Busca-se apontar o contexto do racismo estrutural e suas formas de enfrentamento nos espaços de trabalho, os quais vinculam-se à Secretaria de Saúde, Educação e Fundação de Assistência social, tal como aponta o objetivo geral dessa dissertação.

Passaremos, a seguir, a analisar as falas das entrevistadas, que serão expostas em duplas, assim partindo do critério das políticas públicas e seus respectivos órgãos nas quais trabalham, conforme acima evidenciadas. Busca-se, com as narrativas das entrevistadas, fundamentalmente, dar visibilidade à atuação profissional das servidoras públicas e suas formas de envolvimento e contribuições na luta antirracista.

Iniciaremos com Lélia Gonzales e Rosa Parks, que são trabalhadoras da política de Assistência Social. Logo a seguir, Rainha Nzinga e Elza Soares, da Saúde. Por fim, Bell Hooks e Princesa Aqualtune, da Educação. Bem como, faremos alguns apontamentos sobre o racismo institucional vivido pelas entrevistadas nos seus locais de trabalho.

4.4.1 Lélia Gonzales

“Vou contar aqui uma das nossas experiências em um grupo de jovens, para a gente ver como o racismo está institucionalizado, éramos 4 mulheres, 4 profissionais, podíamos ser técnicas, psicólogas, assistentes sociais, mas uma foi chamada de mãe de santo porque estava com um turbante e era negra. Aí uma colega questionou: será que isso é racismo? Eu respondi que é uma das expressões do racismo. Não que o menino que me chamou de mãe de santo fosse racista, mas este estereótipo está cravado na sociedade e se expressa fortemente na mídia, nos livros didáticos, revistas, enfim, uma das expressões do racismo estrutural.

Desde que eu estou na Assistência Social, eu já passei por alguns lugares. Eu entrei como técnica, no município, e trabalhava nas (...) Tempos depois, a minha colega que estava como coordenadora pediu para sair, era um lugar muito difícil, muito difícil, as Ilhas é um dos lugares de menor desenvolvimento humano, e a miséria e a pobreza são implacáveis, é o território de Porto Alegre com a menor renda.

Eu nunca fui cogitada para postos de chefia, porque eu também sempre fui da luta dos(as) trabalhadores(as) e daí a gente fica estigmatizada. Por bastante tempo

tentaram arrumar alguém para assumir a coordenação nas (...) só que naquela época ir para as (...) era castigo, alguns lugares era assim, como ir para a Sibéria e as (...) era um castigo, como eu trabalhava no Ação Rua nas (...) quando eu passei no concurso, eu pedi para ir para as Ilhas, então fui aceita de pronto.

Então assim, como não conseguiram ninguém para ficar na coordenação, eu era a única opção. Então, o cargo de coordenação foi falta de opção da gestão de ter outra pessoa que quisesse ir para as Ilhas, e nunca tive uma coordenadora negra, não, nunca tive, nunca tive. Mas de fato, não tivemos mudança nenhuma, a gente continua sem recursos, a gente continua sem nada, não tem uma gestão que realmente, infelizmente, seja por quais motivos que forem, não tem uma gestão que está de fato vindo no local, ouvindo os(as) trabalhadores(as), a gente não teve uma visita ainda da gestão até agora.

O prefeito consegue avançar o projeto neoliberal que o Marchezan não conseguia, então tem duas realidades para a gente poder olhar. Mas estas questões não estão postas de forma alguma, as questões raciais e institucionais não estão postas e se este assunto não fizer parte do dia a dia é muito difícil.”

4.4.2 Rosa Parks

“Fiz concurso da Prefeitura em 2011, foi homologado em 2012, como já tinha a política de cotas, eu me inscrevi pelas cotas. Então as primeiras cotistas foram chamadas logo no início, 2012 já foram sendo chamadas, eu teria sido chamada na classificação geral, porque chamaram bastante colegas naquele período, desse concurso, pra FASC e como eu já tinha conhecimento da política de assistência eu queria mais era trabalhar como servidora.

E daí eu início no serviço público em 2014, sendo que sou chamada para trabalhar no CREAS e me identifico, porque a maioria dos colegas, trabalhadores ali são negros, a coordenadora na época, uma mulher negra. E aí foi o lugar que eu fui super acolhida, no sentido de poder ter mais pares técnicos, profissionais e eu fiquei bem ali naquele espaço.

Começo a acompanhar as famílias, uma coisa que eu sempre gostei de fazer e eu já conhecia o território, foi uma facilidade para mim, porque eu fui criada aqui no (...), então conhecia já a (...), conhecia o (...), conhecia o bairro (...), conhecia o (...), como um todo, e aí fui conhecendo mais ainda. E com a saída da

coordenadora, quando assume como direção técnica, a outra colega vai para a sede da FASC para ser coordenadora da Proteção Social Especial. Aí então eu sou convidada para assumir a coordenação do CREAS.

Então o serviço hoje, o CREAS tem um reconhecimento na comunidade, todos na comunidade conhecem esse serviço, porque a gente começou a fazer ações na comunidade para o serviço ter visibilidade e para as necessidades que as comunidades tinham com relação a alguma situação. E com a minha chegada ali no CREAS também, a gente fez vários trabalhos voltados para a questão racial, seja com os trabalhadores, com os usuários do serviço, nas comunidades que a gente atendeu, a gente discutia direto sobre as questões do racismo.

E eu participei também do curso de saúde da população negra da saúde, quando eu chego no CREAS em 2015 eu participo de uma turma. E depois a gente começa a fazer várias ações, do dia 25 de julho, do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, depois a gente faz um 20 de novembro, dentro do espaço do CREAS, fora do espaço do CREAS, na comunidade.

Então eu comecei a levantar essa bandeira, para também trazer isso para o espaço institucional, apesar de que na FASC não tem essa questão instituída, fica mais por conta dos serviços, mesmo assim eu não deixava de fazer, de marcar essas datas, de fazer ações durante o ano. E era também uma questão já da própria equipe, de fazer essas ações coletivas no espaço do CREAS, e a gente foi fazendo muito isso e deu muito certo.

E como negra também é difícil ver uma pessoa negra nesses espaços de chefia, de coordenação de serviço, tanto é que por muito tempo ficou só eu na coordenação de CREAS. Agora nós temos uma colega também que é psicóloga que está no CREAS (...), então somos duas, de tantas servidoras que a FASC tem hoje.

E eu vejo isso como muito bom, muito potente tu poder ter profissionais negras na coordenação de serviços. Então, mulheres negras, por exemplo a FASC, tem hoje duas técnicas em CRAS, coordenação de CRAS, uma no CRAS da 5ª unidade, outra no Cristal e até então não tinha, agora é bem recente, e duas colegas servidoras negras na coordenação de CREAS.

E infelizmente a sociedade nos vê num espaço, que não é um espaço de coordenação e não é um espaço nosso de direito, que é outros lugares, outros espaços que a gente tem que estar e não ali na coordenação de um serviço. Sinto que é muito importante eu ser coordenadora de um dos serviços da assistência

social de Porto Alegre, e depois dessa minha passagem pelo movimento negro, que eu nunca abandonei, de uma certa maneira eu sempre transitei e sempre me movimenteí.”

Ao longo da exposição, as duas servidoras públicas da política da assistência social revelam que sofreram racismo no local de trabalho, tanto pelos(as) usuários(as) da política, quanto por colegas e chefias. Também fica nítido que não existe, por parte da administração pública, nenhum esforço de oferecer formação para servidores(as) sobre as questões raciais, nem tão pouco espaços de diálogo e debates sobre o tema. As iniciativas que desenvolvem nos seus locais de trabalho são construídas por elas mesmas, por terem envolvimento na luta antirracista, e nas parcerias com colegas, mas não são sistemáticas e nem planejadas, pela falta de envolvimento da gestão.

Apontam também que nos locais onde existem mais colegas negros(as), o acolhimento acontece com maior qualidade, e as relações com as comunidades que trabalham fazem toda a diferença, já que os equipamentos da política da assistência social têm como usuários(as) as pessoas que vivem em alto nível de vulnerabilidade social, e, portanto, em sua maioria negros e negras.

Destacam que serem trabalhadoras negras envolvidas com a comunidade que trabalham, e terem envolvimento com a luta antirracista, tornam elas referências positivas para as pessoas que são usuárias da assistência social e influenciam nas relações sociais das comunidades que atuam.

No que tange a ocupação de cargos de chefia, ainda são exceção, tanto em relação as chefias dos equipamentos, quanto na representação em espaços de poder nos programas e serviços da FASC.

Também constatamos que as servidoras públicas negras terem envolvimento com a luta antirracista para além do seu trabalho, as fortalece e qualifica, para enfrentarem o racismo estrutural que é cotidiano e acontece dentro e fora dos seus espaços profissionais.

Portanto, os fios e as tramas do racismo estrutural estão colocados para as trabalhadoras negras da assistência social de Porto Alegre, e a gestão pública necessita ter políticas públicas de acolhimento, formação e ações antirracistas, além das cotas raciais para os concursos públicos.

É de fundamental importância todas as secretarias, fundações, autarquias centralizadas e descentralizadas terem em seus cadastros o quesito raça/cor, para a

proposição e implementação de políticas públicas antirracistas em Porto Alegre, a fim de fazermos o enfrentamento ao racismo estrutural e a gestão pública se responsabilizar, de fato, com a implementação das políticas afirmativas para mulheres e homens negros(as). Também é necessário cotas raciais para os cargos de chefia no secretariado, ou seja, no centro das decisões políticas da gestão municipal.

Agora passaremos para as falas da Rainha Nzinga e Elza Soares, que são trabalhadoras da Saúde.

4.4.3 Rainha Nzinga

“Nas décadas de 70, 80, 90 no hospital (...), os cargos de chefia, como é até hoje, eram só de enfermeiras brancas, principalmente do interior, de origem italiana, de origem alemã, elas chegavam até falar outra língua, e minha mãe brigou muito com isso, porque ela dizia: ‘se vocês tão falando em outra língua é porque estão falando mal da gente’. As auxiliares de enfermagem, as instrumentadoras, as atendentes eram e continuam sendo a grande maioria de mulheres negras.

Quando entrei no serviço público foi em 1999. Na verdade, eu fui das primeiras equipes de Programa da Saúde da Família (PSF) que teve em Porto Alegre, foi no final do governo do Tarso, que implantaram algumas unidades, com um novo olhar, da Saúde da Família.

Eu fui muito bem classificada, e comecei a trabalhar e achava que ali seria boa a minha vida. E não foi bem assim, foi bem complicado trabalhar nas comunidades e me deparar com comunidades muito pobres, onde tinha muita violência, usuários de drogas, com HIV, muita gravidez na adolescência, com uma série de coisas que eu nunca tinha vivido e nem tido contato mais direto.

Eu trabalhei praticamente 17 anos na Atenção Básica e vi que precisava mudar de ares. Em 2013, me inscrevi para a seleção da (...), e estou lá no núcleo de (...), até hoje.

Gosto bastante dali estou trabalhando diretamente com a campanha (...), contra a Covid, e dentro do setor ninguém pôde fazer *home office* e a gente está trabalhando direto, a gente não teve pausa, não teve afastamento, não teve nada.

E dentro do serviço público obviamente eu passei por situações de racismo, eu tive uma chefe durante 14 anos, ela veio da rede privada e chegou achando que

ia ter a gente o tratamento que tinha antes. Queria mandar, e uma vez ela chegou e disse assim: 'Ah, eu deixo vocês fazerem greve!' Eu ri né, sempre fui muito debochada e eu respondi: 'Como assim tu deixas? Isso não te compete, a gente está lutando por melhores condições de trabalho para todo mundo aqui, independente da hierarquia, e não significa que tu sejas a nossa dona'. Dentro do grupo tinham outros colegas negros e a gente percebia nitidamente a diferenciação de tratamento, tudo assim meio velado, muito sutil, mas eu via que tinha alguma coisa errada, e aí fazíamos o enfrentamento e ela recuava, mas foi assim durante muitos anos. Ela conseguiu que uma colega saísse do serviço, ela conseguiu fazer a transferência, ela tentou fazer comigo, mas não conseguiu.

Quando eu entrei no serviço público, depois que eu passei no probatório, eu comecei a entender um pouco mais das políticas, comecei a me colocar melhor em algumas situações, tu vê que as coisas não são bem assim, não, só um pouquinho né, coisa que na rede privada tu não vai confrontar a tua chefe, mesmo que tu tenhas razão, o risco de tu ficar desempregada é maior, então tu tipo engole, o que é diferente no serviço público.

A nossa equipe é de 10 pessoas, dois enfermeiros, quatro técnicos, tem um administrativo, tem os estagiários e ao mesmo tempo tem uma diferença de tratamento. Somos duas mulheres negras e um homem negro, ficamos numa outra sala, porque assim, fisicamente o prédio ele foi adaptado daquela forma. Então hoje a gente tem a sala do preparo, onde ficam as vacinas armazenadas e tem uma parte ali que tem as mesas que a gente faz a parte administrativa e do outro lado ficou a parte administrativa, onde fica a coordenação do setor.

Então é dividido a gente fala assim, a ala branca e ala negra e isso é bem evidente, até os estagiários que chegam querem aprender, eles começam a perceber a diferença do assédio, vamos dizer assim. A gente muitas vezes não participa das decisões, não recebe as informações em tempo real, as coisas são discutidas à nossa revelia.

Por mais que eu faça, eu nesse setor que eu estou hoje eu sou a mais antiga, um colega afirma que sou um mal necessário. Eu sei que eu sou um mal necessário! Porque eu sei trabalhar, eu sei o que que eu estou fazendo, eu conheço o serviço, eu sei argumentar, eu sei o que que está certo, eu sei o que que está errado. E isso choca algumas pessoas, então eu sou a preta raivosa (*risadas*). Às vezes fingir demência é uma saída, obviamente não vou comprometer minha dignidade, mas

aquilo que eu ver que passou dos limites eu vou me impor, mas já estou cansada e evito não reclamar das coisas sabe.

Nunca tive uma chefia negra, nunca, nem no hospital, nem no serviço público. E eu conheço todas as unidades de saúde de Porto Alegre. Agora com o IMESF, com as terceirizadas temos algumas enfermeiras negras em cargo de chefia, mas assim de supervisão, não de coordenação, não em um cargo mais alto, isso muito difícil.”

4.4.4 Elza Soares

Fiz dois concursos. Aí parece que foi uma diferença assim de poucos meses do Estado e para a Prefeitura me chamar, mas como a Prefeitura pagava melhor e ainda paga melhor do que o Estado, eu fui para a Prefeitura, como farmacêutica (...).

Passados alguns anos, eu comecei a auxiliar a chefia do setor que trabalhava, quando ele saiu, entrou uma outra como coordenadora e eu comecei a auxiliar de alguma forma já que ela não podia estar em todos os horários, pois ela dava aula em uma universidade.

E daí o pessoal começou a se desgostar um pouco do trabalho dela e me convidaram para assumir o lugar de chefia, e eu disse, ‘não, ela que é’, e coisa e tal, e chegou um momento que o pessoal fez uma reunião, entrou em contato com a coordenação de (...), da Secretaria de Saúde, falaram que não queriam mais a coordenadora, queriam que eu assumisse.

Aí fizeram uma reunião, saímos num acordo e eu assumi a gerência do (...), de Porto Alegre e fiquei lá por cinco anos. Tinha também a questão que passei por várias situações constrangedoras e racistas em função de ter um sobrenome de um (...), famoso, e esta família deste sobrenome ter fazendas pelo interior, enfim... As pessoas chegavam e perguntavam quem era a gerente, e mesmo eu estando na sala, sempre se dirigiam às colegas brancas e loiras.

Na maioria das vezes eu estava sentada na minha mesa, mesa da gerente, e mesmo assim não se dirigiam para mim. Passei por muitas situações assim, depois as pessoas se desculpavam, mais como é difícil identificar uma mulher negra numa situação de poder.

E ao mesmo tempo as pessoas da Secretaria começaram a me conhecer, esse lado mais militante, em função que também cruzou com o período que eu

ingressei na Associação Negra de Cultura e comecei a coordenar o Sarau Sopapo Poético. Então, todas as atividades da Secretaria que tinham a ver com a população negra ou algo parecido, me chamavam para fazer a abertura, através da poesia, e da minha escrita.

Então consegui juntar militância e profissão, com a escrita e a declamação de poemas. Foi um período muito interessante, mas ao mesmo tempo também, dentro do laboratório de análises clínicas do (...), ou também da triagem neonatal, eu era a única negra. Então tu olhas e perguntas cadê os teus pares? O pessoal começou a entrar através das cotas, mas não em cargos de chefia.

Às vezes eu acho que é fogo de palha quando dizem que é importante a luta antirracista. Surgiram aquelas várias *hashtags* depois da questão do George Floyd, que não importa não ser racista, tem que ser antirracista, porque na realidade continuam todas as dificuldades, os privilégios, e a lei 10639/2003 que trata da história e cultura afro-brasileira em todos os currículos não é cumprida.

Há pouco tempo eu estava em Salvador, na Flipelô, e conheci a professora que foi afastada de uma escola porque ela sugeriu para os(as) alunos(as) que lessem Olhos D'água, da Conceição Evaristo, e eles disseram que não tinham nada a ver com aquela dor. Então na realidade existe uma casca ainda em boa parte da população que acha que não tem nada a ver, 'isso não é com a gente, é com os negros e negras, elas que resolvam', quando não se dão conta que só vai se modificar esta estrutura quando todos se derem conta que é importante conhecer, saber o porquê, como modificar, porque quando alguém diz assim: 'ah! Não é a minha dor, não me interessa', desta forma não conseguiremos superar o racismo. Eu acho que evoluiu nestes últimos dois anos, mas ainda está muito distante de acabar."

As entrevistadas servidoras públicas negras da saúde apontam que existe uma diferenciação de cargos na área que atuam, e que são em maioria mulheres, e nesta política é onde se concentram mais trabalhadoras negras. Segundo os dados da PMPA (2020): 2.496 trabalhadoras, dentre estas, 209 negras, 151 pardas e 4 indígenas.

A diferenciação entre as trabalhadoras da saúde se dá em relação aos cargos e salários, já que a maioria das enfermeiras são brancas, têm cargo de chefia e recebem os salários mais altos. Já as auxiliares de enfermagem, instrumentadoras e atendentes são, em sua maioria, negras e recebem os menores salários.

As trabalhadoras da saúde são as que estiveram na linha de frente na pandemia do COVID 19, sem isolamento social, por muitas vezes sem equipamentos adequados, portanto, as que mais sofreram no período da pandemia, e não receberam nenhum apoio da gestão pública. Apontam que já sofreram racismo e assédio moral da chefia onde trabalharam, e observam a diferenciação de tratamento aos colegas negros e não negros. Uma das questões cruéis do racismo é criar estigmas, rótulos, preconceitos em relação aos comportamentos das trabalhadoras negras. Ser chamada de “preta raivosa”, expressa o quanto o racismo estrutural está impregnado nas instituições públicas e em toda a sociedade.

Em relação a cargos de chefia, uma delas nunca teve uma chefia negra, e a outra foi alçada à coordenação para substituir a chefia do local onde trabalhava. Esta passagem é muito significativa, pois mesmo ocupando um espaço de poder, de gerência, ou seja, de chefia, Elza Soares seguiu sofrendo racismo estrutural diariamente, tendo seu sobrenome confundido com mulheres que “deveriam” ser brancas e loiras, pois tem o mesmo sobrenome de uma “família de fazendeiros”. Desta forma, a chaga do racismo segue implacável, já que mesmo ocupando a mesa e o cargo da gerência do laboratório central de Porto Alegre, muitas pessoas que entravam não se dirigiam à gerência, tornando-a invisível, já que o racismo estrutural é sobre isso, não está dado na sociedade que mulheres negras ocupem espaços de poder.

Queremos destacar a importância das servidoras públicas negras terem, além do espaço profissional, a possibilidade de serem militantes da luta pela igualdade racial, e assim construir alternativas concretas para transformar luto em luta, exclusão em potência, conhecimento em poder de transformação.

Agora, passaremos para as entrevistadas Bell Hooks e Princesa Aqualtune que são da área da Educação.

4.4.5 Bell Hooks

“Em 2001 eu fui chamada na Prefeitura, mas aí eu tinha minha filha que nasceu com um problema de saúde que a gente só veio a descobrir depois, trabalhei em duas escolas e precisei me afastar por questões da saúde da minha filha. Em 2008 eu volto para a rede municipal de novo, e vou para duas escolas da Restinga.

Concorri ao cargo de direção em uma das escolas, e foi muito interessante, porque apareceram colegas dizendo que não iam votar em chapa preta, para ter uma ideia do nível da coisa, colegas que tomavam café e passavam o tempo todo comigo. Porque a chapa era eu como mulher negra, meu colega que era o vice, que era negro também, e a outra vice que era negra de pele clara. A comunidade votou em nós em peso, em peso mesmo, a comunidade abraçou a nossa candidatura e a comunidade se sentiu fortalecida e foi uma coisa que me fortaleceu muito também, ouvir de mães negras algumas falas dizendo o quanto elas estavam felizes por terem uma mulher negra concorrendo para a direção da escola, e isso foi muito importante na época. Eu fiquei literalmente empoderada, vendo e percebendo o quanto faz a diferença.

A (...), é uma cidade negra, e essa questão do pertencimento negro era muito forte. E à medida que o nosso projeto também foi amadurecendo, os alunos foram se empoderando e foram se dando conta, ‘não, esse espaço aqui, esse território é nosso, a gente tem uma professora negra, a gente tem um professor, enfim, pessoas que temos que olhar de uma forma diferente’ e eles falavam isso, eles diziam assim e eles falavam abertamente, ‘ah *sora*, a senhora é negra, legal, então a gente vai olhar mais pela senhora do que pela outra professora’.

E isso foi bem um processo educativo sabe, educativo assim dos alunos se reconhecerem, e reconhecerem o seu poder, de serem maioria ali e terem direito de fala e de buscar o seu espaço. Então eu acho que a experiência da escola em termos de educação antirracista para mim foi das melhores e a que mais deu resultado, pela semente que se tornou árvore, que hoje tem galhos e sabe que a coisa cresceu e o pessoal que seguiu lá, continuou, botou no currículo da escola e eu me sinto assim sempre muito lisonjeada.

E aí dessa caminhada toda, eu sempre digo que o meu trabalho antirracista e de educação mesmo, de historiadora, ele vem nessa coisa da formiguinha, um dia largando a semente, e dando o exemplo.”

4.4.6 Princesa Aqualtune

“Me formei na UFRGS, na Pedagogia, e vamos fazer o concurso, primeiro concurso com cotas da Prefeitura de Porto Alegre, fizemos um grupo de mulheres negras para estudar para o concurso.

Então estudamos horrores para esse concurso e entramos no primeiro concurso e eu em 1º lugar, na verdade, tirei 1º lugar em geral, tirei a nota mais alta, na época eu tirei 85,75, foi a nota da prova mais alta. Só que eu passei pra 7º lugar, porque nós todas aquelas mulheres negras, estavam saindo da faculdade, nós já, mesmo eu com 35 anos, nós não tínhamos nenhum título, nenhuma de nós tinha título nenhum, e pessoas brancas, passaram na nossa frente.

Aí eu me lembro, eu sempre me lembro, meu pai disse, 'viu o que que é o privilégio branco, porque mesmo tu sendo a melhor, tu vais ficar pra trás, porque por isso é as cotas, não é porque tu é menos inteligente, mas é porque a gente tá atrasado, porque nós somos os últimos a entrar na universidade e eles já tão faz 500 anos na universidade, já tão fazendo pós-doutorado, já tão não sei o que e nós estamos engatinhando, e não tem como a gente competir'.

Logo a seguir, tivemos as cotas questionadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que questionou as cotas dizendo que era inconstitucional, que feria a igualdade, a igualdade para todos(as) e não sei o que, aquela coisa né. Nós começamos um movimento, essas primeiras 10 cotistas que ingressaram, nós fomos até o TCE, daí fizemos todo aquele debate com o Tribunal de Contas, fizemos todo um movimento, que foi na época apoiado pela SMED, pela coordenação da SMED, até pela Prefeitura, que o prefeito era o (...), porque era a Prefeitura que estava sendo acionada, que não poderia ter feito aquele concurso com cotas, e com muita mobilização e luta acabamos por ter nosso direito mantido e as cotas permaneceram nos concursos públicos na Prefeitura de Porto Alegre.

Desde o período do concurso pelas cotas, estabelecemos relações e hoje temos um grupo grande de educação antirracista, temos os coletivos de educação antirracista na rede municipal de ensino de Porto Alegre e tem outras pessoas de outros lugares, de outras cidades que trabalham com educação antirracista.

Então nesse meio tempo, eu também fui eleita para o Sindicato além disso, ainda tenho uma militância partidária. Então eu tenho essa militância política no Sindicato, no partido, e tem essa relação e essa identidade com o pessoal da educação antirracista. Essa minha militância me levou no ano passado a ser candidata a vereadora no coletivo de quatro mulheres negras, professoras, servidoras públicas, que tem relação com a educação antirracista, educação e as relações étnico-raciais.

Então o processo de racismo, ele é constante, cotidiano, diariamente, toda hora, em todo lugar, e ele faz tu acabar não tendo certeza se tu é capaz, daqui a pouco tu até acha que não é, tu fica com dúvida, tu vê que com tanta dificuldade, tu te cobra tanto, porque a questão do racismo também é uma coisa que vem de fora, também é aquela inadequação que esse contexto te faz sentir, então esse outro acolhimento também te ajuda a tu também elaborar as coisas.

Eu acho que de perspectiva, eu espero que em 2022 a gente mude o rumo dessa história, nos cortaram, destruíram muito, nós praticamente temos que começar algumas coisas de novo. Mas eu acho que a gente constituiu aqui, pelo menos aqui em Porto Alegre, aqui na rede municipal de Porto Alegre, um grupo que se identifica na questão antirracista e é um grupo de certa forma coeso, que tem uma identidade, eu acho que isso que se construiu e é uma coisa muito legal, eu acredito que pode se manter para a frente, ter continuidade.”

Concluimos, de acordo com as falas das entrevistadas, que por mais que a luta por uma educação antirracista tenha avançado, com todo o esforço dos movimentos negros, ainda temos um longo caminho a percorrer. Elas destacam que mesmo com a promulgação das leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluem nos currículos em todos os níveis e modalidades de ensino a história e a cultura Africana e dos povos indígenas, infelizmente estas leis tão importantes e necessárias não foram implementadas como política pública de Estado, portanto, não estão na vida das crianças, jovens e adultos estudantes.

Nos governos populares no Brasil (2003/2016), houve iniciativas importantes, como formações, prêmios, investimentos em cursos e materiais didático-pedagógicos, mas com o fim do governo Lula e Dilma, todas estas iniciativas não se sustentaram enquanto políticas públicas, e passaram a ser iniciativas individuais ou de coletivos de professoras(es). Este fato não é isolado e não se dá por acaso. Negar a história e a cultura Africana faz parte de um projeto político que se consolida nas bases do capitalismo, do racismo estrutural e do fim do Estado Democrático de Direito.

Destacamos a experiência de Bell Hooks quando concorreu ao cargo de direção da escola que trabalhava. As eleições das direções das escolas da RME se dão através de eleições conduzidas pelos conselhos escolares que tem representação de professores, alunos, famílias e funcionários.

O racismo, mesmo que “cordial” e velado, acaba se apresentando quando alguns colegas afirmam que não votarão em uma “chapa preta.” Estes(as) colegas sempre mantiveram uma relação “respeitosa”, mas diante da possibilidade de terem uma chefia imediata negra e mulher, acabam deixando escancarado o seu racismo.

Nesta mesma situação eleitoral, a comunidade, que é de um bairro periférico eminentemente negro da cidade, se manifestou e deu grande apoio a uma chapa tão representativa para eles. Desta forma, o acolhimento se deu através da forte identidade das professoras e professores negros(as) com aquele território.

Já a princesa Aqualtune apresenta na sua história de vida e profissional um forte entrelaçamento com a militância antirracista, desde a juventude no movimento estudantil, no movimento sindical, no partido político que milita e na universidade, sendo uma das primeiras a entrar pelas cotas e participar do movimento das cotistas quando o TCE fez o questionamento sobre a validade destas. Destacamos que esta luta pela permanência das cotas nos concursos públicos em Porto Alegre alavancou a construção de dezenas de grupos de professoras(es) que lutam, resistem e trabalham com a educação antirracista nas escolas da RME.

As(os) professoras(es) da RME utilizam a educação antirracista como uma ferramenta de transformação social. Entrelaçam suas dores, resistência e luta na perspectiva de mudança da realidade, na busca de soluções construídas de forma coletiva, potente e transformadora.

Portanto, os fios e as tramas do racismo estrutural estão colocados para as servidoras públicas negras de Porto Alegre, nas mais variadas formas, lugares, épocas, e elas vem se encontrando, as Margaridas Africanas, botando portas abaixo, abrindo janelas, gritando, sorrindo, se aliançando com seus pares e com quem defende e faz a luta antirracista, a educação antirracista no chão da escola, na militância, nos sindicatos, na academia, nos partidos políticos, de forma individual e coletiva, enfim, sempre acumulando forças para virar o jogo, para sobreviver, para superar, para existir e resistir as mazelas profundas do racismo estrutural.

As entrevistadas nos apontam a necessidade de trazermos a discussão do racismo institucional, já que as servidoras públicas negras desta dissertação afirmam sofrer diariamente em seus locais de trabalho esta forma de racismo que Stokely Carmichael e Charles Hamilton, ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, em 1967, denunciaram como uma manifestação do racismo nas estruturas de

organização da sociedade e nas instituições⁴⁸. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”.

No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI)⁴⁹, implementado em 2005, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância”.

Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (CRI, 2006, p. 22). Mais recentemente, Jurema Werneck definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último” (p. 11-12).

Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas.⁵⁰

⁴⁸ RACISMO INSTITUCIONAL. **Entenda o que é racismo institucional**. Racismo Institucional, 2015. Disponível em: <https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

⁴⁹ Projeto de uma parceria que contou com: SEPPIR, Ministério Público Federal, Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo como foco principal a saúde (CRI, 2006).

⁵⁰ WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2013.

5 CONSIDERAÇÕES QUE SEGUEM CONFORME O LEITO DA LUTA...

Essa dissertação teceu nos seus capítulos os fios e tramas do racismo estrutural, tendo como protagonistas as mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre. Apontamos o racismo estrutural (aspectos da formação sócio-histórica do Brasil), e trouxemos as Margaridas Africanas para compor suas histórias com as Margaridas Africanas sujeitas da pesquisa. Evidenciou-se o entrelaçamento entre classe, raça e gênero, trazendo as lutas das mulheres negras em seu tempo histórico, compreendendo que a histórica desigualdade sobre as mulheres trabalhadoras sempre foi desfavorável, e principalmente pós golpe de 2016, com a profunda crise desencadeada pela Covid-19, o desemprego entre elas se agravou e trouxe ainda mais dificuldades objetivas de sobrevivência.

Mais da metade dos(as) 13,9 milhões de brasileiros(as) sem trabalho são do sexo feminino, e seis em cada dez (60%) se autodeclararam pretos(as) ou pardos(as). Ainda segundo os dados do IBGE divulgados em março de 2021, a população ocupada em todo país foi reduzida em cerca de 7,3 milhões de pessoas na comparação com 2019. A crise econômica afetou, inclusive, o trabalho informal no país, considerado a porta de mais fácil acesso à ocupação. E foi a queda do número de trabalhadores(as) informais a principal responsável pelos recordes da taxa de desemprego e baixo nível de ocupação.

São as mulheres, e de forma cruel, as companheiras negras, quem mais sofrem na pele com toda esta situação tenebrosa que vivemos, onde somos nós mulheres que levantamos mais cedo e dormimos mais tarde todos os dias, temos tripla jornada de trabalho. Somos aquelas que sofremos múltiplas violências, tanto no âmbito privado, quanto nos espaços públicos.

A histórica desigualdade de inserção das mulheres no mercado de trabalho é maior nos domicílios com crianças de até três anos de idade. Mães com filhos(as) nessa faixa etária participam menos do mercado de trabalho, segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero divulgada pelo IBGE. Somos 38 milhões de pessoas no Brasil abaixo da linha da pobreza; dessas, pelo menos 27,2 milhões são mulheres (IBGE).

Existe um abismo social entre homens e mulheres, entre brancos e negros e as mulheres negras e não negras. Segundo dados do IBGE, 41% de todas as mulheres ocupadas no Brasil estão no setor informal; considerando somente

trabalhadoras negras e pardas, a taxa de informalidade sobe para 47,8%. Antes da Covid-19, mulheres desempenhavam três vezes mais trabalhos não remunerados do que os homens; com o isolamento, a estimativa é que este número triplicou.

As desigualdades sociais estão escancaradas, vivemos em meio à esta crise sanitária, política, institucional e civilizatória, em que o acirramento da luta de classes se apresenta na fase mais aguda da crise estrutural do capitalismo, tendo a barbárie, o racismo estrutural e a violência institucional como regra na organização do Estado.

É muito importante destacarmos que o Estado, o capitalismo e o racismo estão estruturalmente relacionados. As formas sociais de mercado, propriedade privada, dinheiro, finanças, liberdade e igualdade são moldadas para garantir o controle da sociedade nas mãos do grupo dominante. A escravização negra, raiz da formação brasileira, é a razão para a persistente desigualdade racial que conduz o conjunto das relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país. E diante desse histórico de centenas de anos de escravização, seguidos de liberdade sem suporte, nasceu o racismo estrutural.

A luta por emancipação das mulheres faz parte da luta geral por emancipação de toda a sociedade, porém, adquire seus contornos próprios no Brasil, considerando o longo e criminoso processo de colonização tendo por base o sistema escravista e o patriarcado. Embora o povo brasileiro tenha lutado e segue lutando pela construção de uma nação livre, soberana, desenvolvida e justa, estamos distantes disso.

Na obra “A mulher na sociedade de classes” Saffioti (2013), aponta que a sociedade não comporta uma única contradição. Há três contradições fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. Para Saffioti (2013), as questões das mulheres não é algo isolado da sociedade, e superar a opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo.

Para Collins (2019), uma das dimensões da opressão de mulheres negras é a forma específica com que o trabalho dessas mulheres é historicamente explorado para a construção e manutenção do capitalismo. A autora traz que a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, um conceito analítico de “projeto de

conhecimento” e um instrumento de luta política, no combate às opressões múltiplas e imbricadas, com vistas à emancipação. Segundo Valadares (2007), é necessário compreendermos que a necessidade da luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de gênero, de raça e de classe.

E por fim, como o racismo estrutural se particulariza no trabalho como racismo institucional, a partir da realidade e vivência das mulheres negras servidoras públicas da prefeitura de Porto Alegre. Importante destacarmos que todas as servidoras negras pesquisadas sofreram e sofrem racismo em seus locais de trabalho de diversas maneiras, algumas vezes de forma velada e também de forma explícita, como destacou Elza Soares (codinome) apontando quando era chefe do seu setor de trabalho e as pessoas, na maioria das vezes, se dirigiam à sua colega branca imaginando que ela era a chefe do setor, já que o racismo nega a presença de negras e negros nos espaços de poder.

Importante destacarmos que o critério de elegibilidade que escolhemos foi as mulheres negras trabalhadoras da educação, saúde e assistência social, militantes sociais para construirmos uma possibilidade de buscarmos conexões com as fotografadas por mim e renomeadas com nomes de mulheres negras que contribuíram significativamente na construção da luta contra o racismo, vencendo os obstáculos do seu tempo.

Nossa intenção de renomear as mulheres negras da exposição fotográfica e utilizar essa mesma proposta com as participantes da pesquisa foi de visibilizar as mulheres negras históricas e conectar as suas histórias e lutas com as mulheres negras da atualidade, que seguem lutando e sofrendo racismo ao longo do tempo. Desta forma, renomeamos nesta dissertação as participantes da pesquisa que realizamos, compreendendo que as mulheres negras se conectam através de suas histórias e lutas ao longo de suas vidas pelos caminhos da ancestralidade, memórias, histórias contadas, sofridas, superadas, enfim, entendemos os nexos das individualidades e da coletividade entre elas. E, para expressar esse movimento, organizamos, uma capa para essa dissertação, também em forma de fotografia, (Apêndice A), ou seja, para além da capa formal, que abre esse trabalho.

Ainda no século XXI, é assustador que quase não se encontre mulheres negras em cargos de chefia, ou em grandes instituições. Isso demonstra o quanto ainda é necessário avançarmos no enfrentamento ao racismo estrutural.

Constatamos que poucas trabalhadoras negras exercem cargo de chefia na administração pública municipal, e não existe nenhuma política pública de formação e capacitação para tratar sobre o racismo estrutural.

O que existem são iniciativas dos(as) trabalhadores(as) da educação, da saúde e da assistência social e através da sua militância e do seu trabalho realizam o enfrentamento ao racismo estrutural sofrido cotidianamente no trabalho e na sociedade. Assim, não é possível admitir uma maquiagem ao problema. O racismo exige mudanças profundas e concretas para que não seja eternizado o cenário de desigualdade racial.

Após a abolição da escravatura, não houve mudanças significativas, já que não foram criados mecanismos ou políticas públicas que buscassem a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres negras, que, supostamente, passaram a ser “livres”. Não foi criado um sistema de políticas públicas para inseri-los(as) na sociedade e garantir a essa população dignidade e direitos humanos, como moradia, saúde, educação, trabalho. Desta forma, a população negra foi se organizando nas periferias e formando assim as favelas, que se transformaram em espaços de resistência e sobrevivência.

Ou seja, a abolição trouxe a liberdade jurídica, mas socialmente, os(as) negros e negras que foram escravizados(as) e seus descendentes permaneceram inferiorizados. Não eram inseridos no mercado de trabalho, não tinham participação na política, não frequentavam as escolas, além de apresentarem os maiores índices de mortalidade, pela qualidade de vida que levavam. Todas estas constatações se repetem na atualidade.

A educação oferecida no Brasil Colônia, por exemplo, tinha como objetivo a modelação dos povos nativos para se adequar aos modos europeus e incluí-los em uma lógica de trabalho escravizado. Desde o seu princípio, esteve direcionada em atender as necessidades dos homens da classe dominante branca, segregando a população negra do acesso e da produção intelectual.

Importante destacarmos que as trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre entrevistadas nesta pesquisa enfatizaram o quanto a escola é um espaço de reprodução do racismo. Uma questão significativa foi a maioria delas ter sofrido racismo pela primeira vez na escola, com atitudes preconceituosas e discriminatórias realizadas pelas professoras e colegas, e estes fatos terem marcado suas vidas até os dias de hoje.

Este racismo sofrido na escola me mobiliza muito, pois me reporta a minha infância, quando me perguntavam na escola se minha mãe era minha empregada, como relatei no início desta dissertação, também sendo o primeiro espaço que me deparei com a crueldade que minha família passava, e só mais tarde fui compreender o significado.

Destacamos que os fios e as tramas do racismo estrutural permeiam as histórias de vida das pesquisadas, da mesma forma que atravessaram as vidas das mulheres negras escravizadas, da minha mãe, das militantes fotografadas, militantes dos movimentos da atualidade, enfim, a conexão e a luta das mulheres negras vêm de longe. Desta forma, destacamos que ações concretas e imediatas precisam ser tomadas pela gestão pública municipal para que através da política pública da educação e de outras, possamos construir possibilidades de enfrentamento ao racismo estrutural.

Portanto, para fazermos o enfrentamento ao racismo estrutural, defendemos a educação antirracista, uma educação comprometida com o combate a todo tipo de discriminação e preconceito racial. Entendemos a educação antirracista como uma educação das relações étnico-raciais voltada para o combate ao racismo, recontando a história da nossa sociedade, buscando atribuir os devidos papéis aos atores(atrizes) envolvidos(as), e atribuindo não somente a negros e negras, mas também aos indígenas seu protagonismo na história e na cultura do país.

Constatamos que muitos séculos se passaram e a escravização negra, raiz da formação brasileira, é a razão para a persistente desigualdade racial que conduz o conjunto das relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país. Portanto, as políticas sociais associadas ao Estado não promovem e nem emancipam as pessoas em situação desigual, pelo contrário, funcionam para manter as desigualdades e perpetuar a dominação dos grupos do poder.

Buscamos compreender o racismo estrutural e as lutas sociais vividas pelas trabalhadoras negras servidoras públicas da cidade de Porto Alegre, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra o racismo estrutural e o racismo institucional no serviço público municipal

Considerando o fortalecimento da resistência como um aspecto central para a luta pela emancipação humana, Tonet (2005) aponta que:

A emancipação humana, não é um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade. É na forma do trabalho associado que se construirá uma forma de sociabilidade plenamente livre, onde a auto edificação humana encontrará diante de si um horizonte ilimitado. (TONET, 2005, p. 106).

Marx (1983) faz a distinção entre emancipação política e emancipação humana; no limite da primeira, como resultado das contradições capitalistas, a conquista da autêntica emancipação somente acontecerá com a superação dessas contradições. Destaca que a cidadania (emancipação política), é apenas uma mediadora no processo emancipatório. Portanto, emancipação humana é a superação do trabalho alienado, engendrado pela sociedade de classes. Como se trata de uma totalidade social, a emancipação não pode ser apenas econômica ou política, precisa ser total, enfim, a emancipação humana é uma necessidade tão nítida nesses tempos de domínio global do capital, domínio gerenciado pelo Estado.

Em síntese, há muito tempo as mulheres negras resistem, lutam e denunciam o racismo, as violências sofridas diariamente. Na busca pela criminalização do racismo, fizeram a disputa no período de construção da Constituição Brasileira, na proposição e implementação das políticas afirmativas e legislação antirracista, na persistente denúncia do genocídio da população negra, feminicídio das mulheres negras, violência política que tenta nos calar, a sub-representação da população negra nos espaços de poder, dentre outras reivindicações que expõem a dureza do perverso projeto político que se pauta no entrelaçamento do racismo com o sexismo e com o capitalismo.

No tocante à representatividade da população negra, Almeida (2019) elucida que por si só ela não é suficiente para resolver o racismo, pois, embora enxergar negros(as) em espaços de poder seja importante, o recrutamento de alguns negros(as) nesses espaços serve puramente para reforçar o racismo, visto que visibilidade negra não é poder.

Consideramos importante destacar que as eleições municipais de 2020 trouxeram um dado eleitoral inédito no Brasil: pela primeira vez, o número de candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) foi maior que o total de candidatos brancos. Foram 276 mil candidatos(as) negros(as), o que representou 49,95% do total de candidaturas. Candidaturas brancas somaram 48,04% do total. O crescimento do debate antirracista se expressou no processo eleitoral de 2020

através de candidaturas individuais e coletivas com representantes da população negra, especialmente jovens mulheres negras.

As considerações aqui não são finais, mas sim considerações que indicam a necessidade de que a marcha das mulheres negras seja permanente e num processo histórico contínuo, conforme o leito da luta... É preciso continuar marchando, o racismo é uma chaga social, uma ferida aberta que dói, machuca, mata, aprisiona, cala milhares de mulheres e homens negros(as) que cotidianamente enfrentam no seu trabalho, na escola, na sociedade, o racismo implacável. Apesar das grandes lutas travadas pelos movimentos negros e pelas pessoas que são parceiras da luta antirracista, temos muitos motivos para seguir marchando.

E sobre o leito da luta... as Margaridas Africanas se encontraram. Milhares delas. O grande encontro aconteceu, e foi um momento único, potente, que traduziu e traduz a grande organização e articulação das mulheres negras na atualidade. A ocupação das ruas de Brasília em 2015, por mais de 50 mil mulheres negras, denominada de Marcha das Mulheres Negras, significou a denúncia do racismo, o genocídio da população negra, o rompimento com os estereótipos de não ser padrão de beleza, denunciou a exclusão, a pobreza, o feminicídio, a violência, significou romper com as cortinas do passado, com o ranço da escravidão, ainda presentes no cotidiano das mulheres negras, independentemente da posição social que ocupem na sociedade brasileira. A Marcha das Mulheres Negras foi um marco para o movimento de mulheres negras brasileiras, um divisor de águas na vida das mulheres negras, o mais importante movimento político no Estado brasileiro no ano de 2015.

Peço licença nessas considerações que apontam o leito da luta para publicizar o documento que foi construído por muitas mãos em todos os cantões do Brasil no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras. É muito importante que todas, todas e todos leiam, se comprometam e publicizem, pois a luta antirracista precisa ser uma luta de toda a sociedade, não somente das mulheres e homens negros(as). A Carta da Marcha das Mulheres Negras⁵¹ é um documento balizador que traz a voz, a luta, a ancestralidade daquelas que sempre

⁵¹ Fragmento da Carta da Marcha das Mulheres Negras na pauta: Direito ao Trabalho, ao Emprego e à Proteção das Trabalhadoras Negras em todas as atividades. 2015.

estiveram, estão e estarão à frente do seu tempo, como vanguarda e exemplo de poder, força, resistência, e sabedoria que movem o mundo.

E abram alas que as Margaridas Africanas vão passar! A carta inicia assim:

“Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade, somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório. Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua. Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à sociedade brasileira nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros. Declaramos que a construção desse processo se inicia aqui e agora.

Por tudo isso, nós, Mulheres Negras, estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública, cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver.

Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades. Para a consolidação desse Pacto de consenso, é necessário que Estado e Sociedade acolham as seguintes reivindicações. Apresentaremos as reivindicações ao Estado Brasileiro no que tange ao Direito ao Trabalho, ao Emprego e à Proteção das Trabalhadoras Negras em todas as atividades:

Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;

Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;

Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;

Oferecer trabalho decente para migrantes negros oriundos de países latino-americanos e africanos;

Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar nº 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;

Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;

Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;

Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações

centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);

Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei nº 12.288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico;

Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver; Direito ao Trabalho, ao Emprego e à Proteção das Trabalhadoras Negras em todas as atividades;

Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;

Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho⁵² (...)

A carta da Marcha das Mulheres Negras finaliza apontando que: “A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcadas na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).”

E sobre o leito da luta, fiz um poema para expressar que a luta segue sempre, e temos muitos motivos para seguir marchando.

5.1 SOBRE O LEITO DA LUTA⁵³

*Às vezes grito, empurro a porta com força, choro baixinho e bem alto, mas não me conformo, sigo resistindo e lutando!
Tantas perguntas que não querem calar!*

⁵² ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Marcha das Mulheres Negras**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵³ Poema escrito por essa mestrandia em 2016 no período que sofremos o golpe no Brasil.

Meu peito, meus pensamentos, meus sonhos, se misturam pelo ar.
 Racismo mata e machuca!
 Machismo destrói e inculca que somos mercadorias, objetos, abjetas, reféns
 da hipocrisia, da sociedade e do capital.
 A opressão de classe continua implacável, injusta, abominável marca que
 divide os “bons” e os “maus”.
 Qual a medida da dignidade?
 Porque uns tem palácios e muitos(as) não tem pão?
 Binarismo selvagem que tira a dignidade, o chão, mata os sonhos e as
 vontades, capitalismo cruel.
 Racismo disfarçado...
 Lesbofobia velada, que encaixota, suspende, prende mentes e corações
 dentro de armários, dentro de prisões.
 Tantas perguntas, tantas mentiras, tantas misérias, tantas histórias mal
 contadas.
 Os navios negreiros não transportaram escravas, e sim mulheres cheias de
 ciência, cultura, criatividade que foram arrancadas, roubadas do seu
 continente, e escravizadas.
 O ministério da igualdade de oportunidades adverte:
 Os direitos sexuais e reprodutivos fazem bem à saúde.
 “Respeitem meus cabelos, brancos(as)”.
 O armário traz sofrimento, mas quem está lá também precisa ser
 respeitado(a).
 Quem é racista: Assuma! Reveja seus conceitos e ações.
 Machistas de plantão: Sempre é tempo de se recuperar desta doença
 terminal.
 Por fim, ou para começar:
 Vamos jogar os preconceitos fora!
 Vamos unir nossas bandeiras!
 Vamos ampliar nossas fronteiras!
 Quem sabe, cantamos a mesma música?
 Quem sabe, damos um grito de liberdade?
 Quem sabe a luta pelo socialismo se torne a nossa unidade!
 Vamos ocupar as ruas, os “três poderes” e tudo mais!
 É nossa hora, é nossa vez, o nosso século!
 Bote a boca no trombone!
 O amor vai vencer o ódio! Temos que esperar!

Cidades das Mulheres é o grito do povo!
 Mulherada, vamos construir o novo!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- _____. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- _____. **Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?** Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 17 de fev. de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O Sentido do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Gênero no Trabalho**. Cadernos Pagu, n. 17-18, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a05.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2021.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Marcha das Mulheres Negras**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.
- _____. **Decreto nº 7.031**. Brasília: Presidência da República, 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- _____. **Decreto 62.150**. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d62150.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BRASIL. Governo Federal. **Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas**. Governo Federal, 2016. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas. Acesso em: 3 abr. 2022.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

_____. **Resolução 196/96**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 10 de out. de 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: MARE, 1997. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARAGNATO, Rita Carolina de Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Revista Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARLOS, Anna Beatriz Passos da Silva. **“Amar a negritude”**: a descolonização na luta antirracista. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/amar-a-negritude-a-descolonizacao-na-luta-antirracista/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de Uma Vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

COELHO, Leonardo. **João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro**. El País, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.htm>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DHNET. **Linha do tempo dos direitos humanos Brasil**. DHnet, s.d. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/tempo/tempo_br.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Tradução de Leando Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: UFJF, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

G1. **Caso George Floyd**: morte de homem negro filmado com policial branco om joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. Globo.com, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GARCIA, Maria Fernanda. **A princesa escravizada no Brasil que lutou pela liberdade de seu povo**. Observatório do terceiro setor, s.d. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma Limo. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

GORDON, Lewis R. Prefácio. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HERINGER, Rosana. **Políticas Públicas de ações afirmativas para estudantes**: promovendo a igualdade. Conferência Nacional de Educação - CONAE - Eixo VI, Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. Colóquio 6.42, p. 3, 2010.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão sexual do trabalho?** São Paulo. Boitempo, 2002.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSPER. **Mulheres são minoria em posições de liderança, apenas 15% são presidentes**. Insper Conhecimento, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/estrategia-e-gestao/mulheres-ocupam-apenas-15-dos-cargos-de-presidencia-e-sao-minorias-nas-posicoes-de-lideranca/>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. IBGE, 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>. Acesso em: 16 de jan. 2022.

JUSTIÇA DO TRABALHO. Tribunal Superior do Trabalho. **Especial: discriminação racial no ambiente de trabalho**. TST, s.d. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/racismo>. Acesso em: 09 de jan. 2022.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas**. Tradução: Eliana Aguiar. Recife: SOS CORPO, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação. Episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia *et al.* (orgs.). **A história oral na pesquisa em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Global, 1989.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**. v. 2, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Bruni, J. C.; Nogueira, A. N. São Paulo: Grijalbo, 1997.

MARINGONI, Gilberto. **História: O destino dos negros após a abolição**. ed. 70. São Paulo: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 18 fev. 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Ed. Antígona, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 1988.

MUNANGA, Kabengele. O Anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo desmascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Jadson. **Rosa Sparks: ativista na luta contra a segregação racial, “mãe do movimento dos direitos civis” EUA**. Agência de notícias da favela, 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/rosa-parks-ativista-na-luta-contra-a-segregacao-racial-mae-do-movimento-dos-direitos-civis-eua/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis, n. 3. Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006
NUNES, Eduarda; ALMEIDA, Ludmila. **Lélias em movimento**. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lelias-em-movimento/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

OLIVEIRA, Semayat S. **Jurema Werneck: ‘O racismo faz com que pessoas negras adoçam mais**. 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/jurema-werneck-o-racismo-faz-com-que-pessoas-negras-adoecam-mais>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES – OAS. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Declaração de Durban. Durban, África do Sul: 31 de ago. a 8 de set. de 2001. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/2001_Declara%C3%A7%C3%A3o_e_Programa_de_A%C3%A7%C3%A3o_adotado_pela_Terceira_Confer%C3%A2ncia_Mundial_contra_o_Racismo,_Discrimina%C3%A7%C3%A3o_Racial,_Xenofobia_e_Formas_Conexas_de_Intoler%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 17 fev. de 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, Potyara Camila. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Unb, 2013.

PEREIRA, Priscila Nunes. **Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação UFRGS, Porto Alegre, 2018.

POLITIZE. **Cotas raciais no Brasil: o que são?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Cantora Bia Ferreira fala sobre música como “ativismo”**. Portal Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cantora-bia-ferreira-fala-sobre-musica-como-ativismo/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **“Nasci feminista”**: 7 lições que Elza Soares deixou para todas as mulheres. Portal Geledés, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nasci-feminista-7-licoes-que-elza-soares-deixou-para-todas-as-mulheres/>. Acesso em: 12. jan. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Nzinga, a rainha negra que combateu os traficantes portugueses**. Portal Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, n. 14, São Paulo, 1997.

PRATES, Jane. **O planejamento da Pesquisa**. Temporalis, Porto Alegre, n. 7, p. 123-143, 2003.

RACISMO INSTITUCIONAL. **Entenda o que é racismo institucional**. Racismo Institucional, 2015. Disponível em: <https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Preto no branco**: 9 visões sobre onde está o racismo estrutural. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/preto-no-branco-9-visoes-sobre-onde-esta-racismo-estrutural-24466876>. Acesso em: 19 fev. 2020.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revistas Estudos feministas**. v. 3, n. 2, 1995.

SABERES E FAZERES. **Modos de interagir**. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Disponível em: http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno3_ModosDeInteragir.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SECAD. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA – SOF. **Sem parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

SENADONOTÍCIAS. **PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai à promulgação**. Senado Federal, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVEIRA, Oliveira. **Perfil**: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Negraldeia, 2007. Disponível em: http://negraldeia.blogspot.se/2007/01/perfil-petronilha-beatriz-gonalves-e_01.html. Acesso em: 25 abr. 2022.

SILVEIRA, Renato da. Nota do tradutor. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. 2. ed. LTR, p. 338, 1998.

TONET, Ivo. **Educação cidadania e emancipação humana**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2005.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil**. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20a%20frobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2019.

VALADARES, Loreta. **As Faces do Feminismo**. Ed. Anita Garibaldi, 2007.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2013.

APÊNDICE A



Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social



Margaridas Africanas

Trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre - Fios e tramas do racismo estrutural



Silvana Brazeiro Conti

Orientadora:
Prof. Dolores Sanches Wunsch

